

## **NOTA INFORMATIVA:**

Esclarece-se que as deliberações tomadas na presente sessão constam de vários Boletins Municipais que se encontram junto.

- **2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 623 – Deliberações**
- **BM N.º 659 – Rectificações ao 2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 623**

*B O L E T I M*

# MUNICIPAL

*CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA*



2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 623

## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão de 24 de Janeiro de 2006)  
pág. 248 (46)

#### CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação (Reunião de Câmara realizada em 11 de Janeiro de 2006)  
pág. 248 (72)

## RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### Deliberações

Sessão de 24 de Janeiro de 2006

- *Voto de Pesar n.º 1/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

#### **Voto de Pesar n.º 1/AML/2006**

Artur Ramos, realizador, actor, encenador e figura destacada da vida cultural do país, faleceu no dia 9 de Janeiro, em Lisboa.

Artur Ramos foi um dos primeiros realizadores da televisão portuguesa. Obteve uma bolsa do Governo Francês para o Instituto de Altos Estudos Cinematográficos. Foi responsável pelas emissões experimentais da RTP, fundador de duas companhias de Teatro - o Grupo de Acção Teatral e do Teatro Maria Matos, crítico de teatro na Seara Nova e professor das Escolas de Teatro e Cinema do Conservatório Nacional.

Artur Ramos foi um lutador pela democracia e pelo desenvolvimento cultural no nosso país. Aderiu ao PCP em 1957 e levou a cabo, antes e depois do 25 de Abril, uma intensa actividade política, social, cultural e também associativa em instituições como a Sociedade Portuguesa de Autores, de que foi dirigente.

Na sua reunião extraordinária de 24 de Janeiro de 2006, a Assembleia Municipal de Lisboa apresenta as mais sentidas condolências à sua esposa, Helena Ramos, às suas filhas e netos, guarda um minuto de silêncio em sua memória e propõe à Câmara Municipal que atribua o seu nome a uma artéria da cidade onde nasceu em 20 de Novembro de 1926 e onde desenvolveu uma importante e reconhecida actividade cívica e cultural.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Voto de Pesar n.º 2/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

#### **Voto de Pesar n.º 2/AML/2006**

No passado dia 18 de Janeiro faleceu o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, advogado de profissão que desempenhou algumas das mais altas e relevantes funções do Estado no Portugal democrático, sem esquecer a sua oposição ao regime anterior ao 25 de Abril.

Efectivamente, o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida participou na campanha de Humberto Delgado, aderiu ao PSD imediatamente após o 25 de Abril, foi Deputado, estreando-se na Assembleia Constituinte, foi Presidente da Assembleia da República entre 1980 e 1983 e foi Ministro da Defesa Nacional entre 1985 e 1987, tendo ainda exercido funções no Conselho Superior da Magistratura e no Conselho de Estado.

No exercício das suas funções, sempre o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida se bateu pelos valores da Democracia, da Liberdade e do Desenvolvimento do nosso País, fazendo-o com um sentido de Estado e de Cidadania irrepreensíveis, que o fazem lembrar com saudade.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 24 de Janeiro de 2006, delibera:

- 1 - Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, expressando os seus mais sentidos pêsames à sua família;
- 2 - Recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que seja atribuída, a uma das ruas de Lisboa, o nome do Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Voto de Pesar n.º 3/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PS:

#### **Voto de Pesar n.º 3/AML/2006**

No dia 19 de Janeiro de 2006, faleceu Ricardo da Costa Ferraz, beatense, grande pugilista, apelidado de «Senhor Boxe», treinador de várias centenas de jovens, homem de grande generosidade e humanismo, que aproveitou a modalidade para ajudar muitos jovens a formarem-se como homens, tirando-os da rua.

Ricardo Ferraz iniciou a sua carreira no Vitória Clube de Lisboa, tendo sido o primeiro campeão internacional deste clube. Projectou-se no Sporting Clube de Portugal, onde foi campeão de tudo o que havia para ser, destacando-se ter sido campeão nacional da sua categoria por 18 vezes e os vários títulos internacionais obtidos.

Como treinador, formou vários campeões e levou para o pugilismo muitos jovens, tendo tido sempre grande preocupação com a formação destes enquanto cidadãos, sendo de louvar a sua preocupação constante com o bem da comunidade. Destaque ainda, para o facto de ter sido o treinador de João Miguel «Paquito», nas olimpíadas de 1980, o único pugilista português a marcar presença numa competição olímpica.

Foi durante vários anos director técnico e presidente da Federação Portuguesa de Boxe. Manteve sempre grande ligação ao «seu» clube: o Vitória de Lisboa, sendo paralelamente à sua actividade, dirigente e treinador desta colectividade da zona da Picheleira, onde sempre residiu.

O Sporting agraciou-o por duas vezes com o prémio Stomp e o prémio Rugido de Leão, enquanto que o Vitória Clube de Lisboa, deu o seu nome à sala nobre do Clube.

Foi professor na Academia Militar, tendo recebido três louvores concedidos pelo comandante da referida instituição, e sido condecorado com a Medalha de D. Afonso Henriques, patrono do Exército.

Actualmente era membro da Comissão de Honra do Centenário do Sporting Clube de Portugal.

À sua família, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 24 de Janeiro de 2006, apresenta as mais sentidas condolências, guarda um minuto de silêncio e recomenda à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do seu nome a uma rua da Cidade, sugerindo-se que seja na freguesia do Beato, onde nasceu, residia e era uma referência para muitos.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Moção n.º 1/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

#### **Moção n.º 1/AML/2006**

Lisboa tem vindo a fazer um grande esforço para se modernizar, sem perder os seus traços mais característicos, que a definem há séculos. Não é um propósito deste Executivo ou dos anteriores é antes uma aposta permanente de Lisboa e dos lisboetas.

A beleza das cidades faz-se de grandes intervenções que as modernizam nas suas acessibilidades, na recuperação urbana, na habitação, nos espaços comerciais, culturais, de lazer ou desportivos. Também se faz de pequenas mas permanentes intervenções, nos passeios, nos espaços verdes, na circulação pedonal, na higiene e limpeza, criando segurança e facilitando a vida dos cidadãos.

Um dos aspectos marcantes na beleza de uma cidade tem a ver com a limpeza e ambiente dos espaços públicos.

Nada mais negativo para o aspecto urbano do que observar meses a fio as paredes cobertas de cartazes colados e descolados, uns sobre os outros, numa amálgama de papel, cola, cores e mensagens que suja e polui o ambiente.

Lisboa está assim um pouco por todo o lado, desde os bairros históricos às avenidas mais modernas. As paredes estão cheias de cartazes sobre cartazes muitos dos quais, senão a maioria, ostentando o símbolo de Câmara Municipal de Lisboa como patrocinadora.

Existe um Regulamento de Publicidade que expressamente define os locais e a forma a que a publicidade exterior deve obedecer em Lisboa, mas a Câmara contra todas as regras permite sem actuar todo o tipo de publicidade selvagem.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 24 de Janeiro de 2006, constata que a Câmara Municipal de Lisboa não tem actuado conforme a lei lhe permite na defesa do ambiente da cidade no que respeita à proibição e remoção da publicidade selvagem, pelo que vivamente lhe recomenda a reposição, o mais urgente possível, da legalidade nesta matéria.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e abstenções (PCP).]

- *Moção n.º 2/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

#### **Moção n.º 2/AML/2006**

Lisboa é uma capital europeia, cujos pergaminhos estão bem afirmados ao longo de séculos pelo seu valor histórico, cultural, político, económico e turístico.

A missão de Lisboa é ser ao nível da Europa e do Mundo uma capital histórica, moderna, acolhedora e economicamente desenvolvida.

Estes objectivos são permanentes e por isso estratégicos, devendo ser desenvolvidos de acordo com parâmetros definidos periodicamente de forma a integrar-se na sua missão, já que esta é permanentemente comparativa e assim competitiva.

A estratégia da Autarquia, definida e executada pelos Órgãos competentes, através de planos anuais e plurianuais deve ter em consideração toda a problemática que envolve a gestão de uma grande cidade e de uma ainda maior região já que todos os factores são importantes e interdependentes.

O turismo porque se apresenta como uma actividade multidisciplinar e abrangente deve recolher para a sua estratégia praticamente todos os indicadores e pressupostos da actividade camarária.

Por esse motivo quer o Executivo quer a Assembleia Municipal devem no âmbito das suas competências intervir e/ou fiscalizar todos os planos e estratégias que visem o desenvolvimento turístico de Lisboa e da sua região.

A constituição de um grupo de trabalho para a cidade de Lisboa e especialmente a forma como o mesmo foi anunciado não sendo à partida um acto negativo, deve ser convenientemente analisado para que se tenha consciência do seu interesse, custos e objectivos.

A escolha para seu coordenador de uma personalidade influente ao mais alto nível na vida política nacional e simultaneamente um dos maiores defensores do que se considera o golpe mais negativo para o turismo de Lisboa, o Aeroporto da Ota, não pode deixar de preocupar os Órgãos Autárquicos.

A concordância dos Senhores Presidente e Vice-presidente da Câmara de Lisboa, sabendo que objectiva e formalmente se têm afirmado opositores da deslocalização do Aeroporto de Lisboa para a Ota, obriga à necessidade de um amplo esclarecimento a esta Assembleia.

O peso que têm no Orçamento Camarário as transferências para a Associação de Turismo de Lisboa, bem como o valioso património que lhe foi cedido, dão-nos toda a autoridade moral e política para exigirmos ser informados sobre os seus gastos.

Assim, requer-se à Câmara Municipal de Lisboa que faça chegar à Assembleia Municipal de Lisboa toda a documentação relativa à criação do Grupo de Trabalho encarregue da definição da estratégia para o turismo de Lisboa, dossier da responsabilidade da Associação de Turismo de Lisboa.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Moção n.º 3/AML/2006* - Subscrita pelo Deputado Municipal do PSD - Pedro Portugal:

**Moção n.º 3/AML/2006**

Considerando a importância das efemérides históricas, não só no sentido de assinalar o decurso temporal sobre determinada data e evento, mas antes, e principalmente, potenciar uma nova apreciação e análise sobre esses mesmos eventos;

Considerando que no ano de 2005 decorreu toda uma actividade em volta dos 250 anos do terramoto de Lisboa, acontecimento singular na História Nacional e Europeia;

Considerando que grande parte dessas iniciativas foram desenvolvidas pela Câmara Municipal, designadamente a reconstituição histórica de Lisboa, exposta no Museu da Cidade;

Considerando que tal facto deve ser realçado, mas também servir de motor para uma maior dinamização/actualização do Museu de Lisboa, cuja mostra termina em 1910.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 24 de Janeiro de 2006, delibera:

- 1.º - Expressar o seu voto favorável pelas acções comemorativas, protagonizadas pela CML, em torno do terramoto de 1755;
- 2.º - Recomendar à CML, na sequência da dinâmica alcançada pelo ponto anterior, uma actualização da mostra do Museu da Cidade, por forma a que o mesmo abarque o Século XX em Lisboa.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Moção n.º 4/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

**Moção n.º 4/AML/2006**

Por Mais Segurança em Lisboa

Considerando que, Lisboa é hoje uma Cidade cada vez mais insegura;

Considerando que, na Cidade de Lisboa, em determinadas freguesias, nomeadamente na freguesia da Ajuda os assaltos a crianças, idosos, residências, estabelecimentos comerciais, IPSS, colectividades, escolas do 1.º Ciclo, etc., tem sido uma constante do dia-a-dia;

Considerando que esta situação começa a ser alarmante, provocando um certo medo nas pessoas quando saem à rua;

Considerando que, cada vez se vê menos agentes da PSP nas ruas, o que faz aumentar o sentimento de insegurança nos cidadãos;

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2006/01/24, delibere:

- Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que apresente ao Governo a necessidade de um maior número de agentes da PSP na Cidade de Lisboa, assim como a dotação de mais esquadras de policiamento de proximidade;

- Recomendar à CML a conclusão das Esquadras da Ajuda, Ameixoeira, Campolide (Bela Flor), Alto do Lumiar e Santa Maria dos Olivais (Alfredo Bensaúde), que deveriam estar concluídas no verão de 2005 pela Gebalis, segundo a proposta que foi a sessão de Câmara em Novembro de 2004.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, PEV e CDS/PP) e abstenções (Bloco de Esquerda).]

- *Moção n.º 5/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

**Moção n.º 5/AML/2006**

A Segurança Rodoviária constitui, actualmente, uma preocupação de âmbito nacional, tendo em consideração o aumento gritante de situações que a põem em causa, como sejam acidentes de viação e atropelamentos de peões.

Se é verdade que existem questões de natureza material e financeira que podem ser invocadas nesta questão, as consequências sociais da insegurança no espaço rodoviário, sobretudo para cada um dos cidadãos nelas envolvidos, são aquelas que devem merecer a maior e imediata preocupação dos diversos poderes públicos.

Podem identificar-se responsabilidades diversas que contribuem para este aumento, e é importante que as mais variadas estruturas do Estado, com intervenção nesta matéria, percebam a necessidade de, aos seus níveis, tudo continuarem a fazer para reforçar a segurança de todos aqueles que utilizam o espaço público rodoviário.

Mas, em nenhuma circunstância, se podem eximir os Cidadãos de uma responsabilidade alargada e indeclinável em contribuir para elevar os níveis de segurança rodoviária, sobretudo respeitando escrupulosamente as regras e os outros, como forma de exercício de uma Cidadania responsável, plena e com ética.

Para que os cidadãos assumam esta postura, de forma consciente e permanente, é essencial proceder à sua sensibilização, através de campanhas criativas, fortes e regulares.

Uma das entidades que, há mais de 40 anos, tem contribuído para a sensibilização dos Portugueses para a relevância da Segurança Rodoviária é a Prevenção Rodoviária Portuguesa, associação privada sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública.

Nesse sentido, é com preocupação que se lêem notícias de que, por força do corte do financiamento por parte do Governo, a Prevenção Rodoviária Portuguesa está em riscos de ver reduzida, drasticamente, a sua capacidade para manter a sua actividade, cuja relevância e interesse público é por demais evidente.



Esta é uma decisão que, claramente, põe em causa a Segurança Rodoviária e não contribui para o seu reforço, podendo até permitir a leitura de que o Governo desistiu de sensibilizar os Portugueses para este flagelo nacional.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 24 de Janeiro de 2006, delibera:

- 1 - Manifestar a sua preocupação com o desinvestimento que o Governo está a fazer na sensibilização dos Portugueses em matéria de Segurança Rodoviária;
- 2 - Reforçar, junto do Governo, a necessidade de a Prevenção Rodoviária Portuguesa continuar a ser dotada dos instrumentos necessários ao bom desempenho da sua missão, designadamente não vendo cortado o seu financiamento, nem sendo as verbas destinadas a acções de segurança rodoviária utilizadas para outros fins;
- 3 - Dar conhecimento desta Moção ao Ministro da Administração Interna e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, PEV e CDS/PP), votos contra (PS) e abstenções (Bloco de Esquerda).]

- Moção n.º 6/AML/2006 - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD:

#### **Moção n.º 6/AML/2006**

Na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada em 20 de Dezembro de 2005, foi discutida, e aprovada, a Proposta n.º 813/2005, relativa a determinação do percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2006 (nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, do Regulamento n.º 38/2004, do ICP-ANACOM e do Regulamento Municipal de Obras na Via Pública, aprovado pela Deliberação n.º 77/AM/2004, desta Assembleia Municipal).

Durante a discussão foram suscitadas dúvidas sobre o sujeito passivo desta Taxa, atendendo a que a Lei acima identificada não é clara a este respeito.

Considerando que foi opinião unânime de todos os Partidos representados nesta Assembleia que o sujeito passivo desta Taxa deve ser a empresa que oferece redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, e não o consumidor desses mesmos serviços.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 24 de Janeiro de 2006, delibera:

- 1 - Sensibilizar os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República para a necessidade de ser aprovada legislação que altere a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro,

esclarecendo que o sujeito passivo da Taxa Municipal de Direitos de Passagem são as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público;

- 2 - Dar conhecimento desta Moção aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

(Aprovada por unanimidade.)

- Moção n.º 7/AML/2006 - Subscrita pela Assembleia Municipal:

#### **Moção n.º 7/AML/2006**

Foi eleito no passado Domingo um novo Presidente da República Portuguesa.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 24 de Janeiro de 2006, saúda todos os candidatos, felicita a eleição do Prof. Aníbal Cavaco Silva para Presidente da República e deseja-lhe um óptimo mandato para bem de Portugal.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e abstenções (PCP).]

- Moção n.º 8/AML/2006 - Subscrita pelos Deputados Municipais do PS:

#### **Moção n.º 8/AML/2006**

No passado dia 20 de Dezembro de 2005, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou a Proposta n.º 813/2005, através da qual se fixou o percentual relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), antes aprovada em Reunião da Câmara Municipal, por maioria, com os votos favoráveis do PPD/PSD e CDS/PP, votando contra, o PS, o PCP e o BE. Em sede de Assembleia Municipal, a votação conheceu a mesma tendência.

Da discussão que antecedeu a aprovação daquela proposta, resultou claro o entendimento perfilhado pelas forças partidárias que votaram favoravelmente a Proposta n.º 813/2005: o sujeito passivo da TMDP serão os clientes finais dos serviços de comunicações electrónicas prestados pelos vários operadores presentes no mercado, cabendo a estes o bizarro papel de cobrador e intermediário na relação tributária que, pretendem o Executivo Camarário e os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS/PP, se estabelece entre o Município - credor - e o consumidor - devedor. Apoiando-se no entendimento do ICP-ANACOM - a quem, legalmente, apenas é cometida a função de regulação do mercado de telecomunicações, e não o papel de interprete da Lei - os responsáveis pela proposta e subsequente aprovação da Proposta n.º 813/2005,

invocaram o artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas e o artigo 38.º do Regulamento Municipal de Obras na Via Pública, como base bastante para a cobrança da TMDP, nos termos acima referenciados.

Ora, a interpretação do artigo 106.º da mencionada Lei das Comunicações Electrónicas tem-se revelado tarefa de extrema complexidade, de tal sorte que diversas operadoras, Municípios e a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses (doravante ANMP), tem promovido diligências várias junto das instâncias competentes, *maxime* o Governo e a Provedoria de Justiça, no sentido de apurar qual o verdadeiro sujeito passivo da TMDP. A ANMP pronunciou-se já, de forma expressa, contra a configuração da TMDP como taxa a cobrar aos clientes finais das operadoras de comunicações electrónicas, antes defendendo que aquela deve ser suportada pelas operadoras, nomeadamente a PT - Comunicações, como custo da sua actividade.

Não é descabida a referência, nesta Moção, à PT - Comunicações. De facto, a TMDP surge na sequência da transposição de uma Directiva Comunitária (a Directiva n.º 2002/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Março) e num cenário em que aquela empresa se encontrava isenta do pagamento das taxas municipais devidas pela concessão de licenças para a realização de obras e ocupação ou utilização do solo, subsolo e espaço aéreo do domínio público municipal, bem como pela ocupação e utilização do solo, subsolo e espaço aéreo do domínio público municipal, dada a sua condição de concessionária do serviço público de telecomunicações. Ou seja, a TMDP surge como meio de levar aquela operadora a pagar aos Municípios pelo aproveitamento do domínio público municipal. Sucede que o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias veio já através do Acórdão de 20 de Outubro de 2005, condenar o Estado português por não assegurar a transposição de uma outra Directiva (n.º 90/388/CEE, da Comissão, de 28 de Junho de 1990) relativa à concorrência nos mercados de serviços de telecomunicações. Ou seja, as isenções de que beneficiava a PT - Comunicações foram objecto de censura por parte daquela Instância e, assim, caíram.

Assim, entendemos que a TMDP deverá ser cobrada não aos clientes finais, mas aos operadores que fornecem serviços de comunicações electrónicas, posição em favor da qual colhem argumentos jurídicos mas também argumentos da mais elementar justiça.

No plano jurídico, a Lei Geral Tributária define as taxas como tributos que «assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização de um bem de domínio público ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares». Ora, quem é que retira vantagem económica da utilização do domínio público e privado municipal, senão as operadoras? Ainda que se argumente que estas empresas farão sempre repercutir os tributos que suportam nos preços cobrados aos seus clientes, trata-se de um mercado liberalizado, que funciona em regime de concorrência, podendo os clientes escolher os seus consumos.

E qual o sentido de justiça e proporcionalidade a retirar da cobrança da TMDP aos clientes finais dos serviços de comunicações electrónicas, quando aquela taxa é devida, nos termos da Lei das Comunicações Electrónicas e do Regulamento Municipal de Obras na Via Pública - quando os Municípios entendam proceder a sua cobrança - relativamente aos «direitos e encargos relativos a implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal»?

Conscientes da importância da receita gerada pela cobrança da TMDP para o orçamento municipal, mas cientes da injustiça inerente a execução de legislação deficiente, cujos preceitos são ambíguos e geradores de situações de injustiça e iniquidade fiscal, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere no sentido de:

- 1.º - A Assembleia Municipal diligencie junto da Assembleia da República e do Governo, com vista a revisão do normativo referente à TMDP, dadas as dificuldades da sua aplicação, tal como actualmente em vigor;
- 2.º - A Câmara Municipal de Lisboa rever, e subsequentemente sujeitar a aprovação por parte desta Assembleia, o artigo 38.º do Regulamento Municipal de Obras na Via Pública, eliminando incoerências resultantes da transcrição (quase) integral do artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas e oferecendo maior transparência e justiça à norma, no respeito pelo princípio da legalidade;
- 3.º - Propor à Câmara Municipal de Lisboa, para cumprimento do ponto anterior desta Moção, que ao rever o artigo 38.º do referido Regulamento Municipal, consagre o seguinte teor:
  - «1 - Pela implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal, é devida uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a cobrar àquelas empresas, nos termos da lei;
  - 2 - A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a facturação emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas, para todos os clientes do Município de Lisboa;
  - 3 - Quando a Câmara Municipal decida cobrar a TMDP, deve sujeitar a aprovação da Assembleia Municipal o percentual a aplicar para determinação da taxa a cobrar, até Dezembro do ano anterior ao qual se destina a sua vigência.».

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (CDS/PP).]

- *Moção n.º 9/AML/2006* - Subscrita pelos Deputados Municipais do PS:

**Moção n.º 9/AML/2006**

Nos últimos anos temos vindo a assistir a um envelhecimento cada vez maior do parque habitacional de Lisboa, verificando-se uma crescente deterioração do edificado, principalmente o de índole particular, onde se constata uma enorme falta de escrúpulos por parte de alguns senhorios, que preferem continuar a deixar degradar os seus prédios, do que investirem na sua recuperação.

Pese embora a construção social por parte da CML que nos últimos anos acabou com grandes aglomerados de barracas, continua a haver uma enorme falta de habitações sociais.

Assim e dado que a Freguesia de Marvila tem graves problemas habitacionais, quer a nível camarário, quer a nível de prédios particulares, propomos que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 24 de Janeiro de 2006, delibere:

1 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa uma efectiva intervenção nos Bairros Sociais de Marvila, nomeadamente nos Bairros do Condado e Amendoeiras.

(Aprovada Ponto por Ponto - Ponto 1: Aprovado por unanimidade.)

- *Moção n.º 10/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

**Moção n.º 10/AML/2006**

Moção sobre a defesa da Segurança Social alicerçada em valores de solidariedade e de justiça social

A Segurança Social que sempre defendemos e mais uma vez reafirmamos é aquela cujo sistema se baseia em valores de solidariedade e de justiça social e, consequentemente, constitui um bem civilizacional. É esta filosofia que o Governo e as várias Associações de interesses querem por em causa.

As trabalhadoras e os trabalhadores portugueses, bem como aqueles que conosco colaboram na construção deste País sabem que a matriz universalista e de solidariedade entre gerações é a que mais confiança oferece a todos os que vivem do seu salário e que mais tarde querem usufruir da reforma a que têm direito. A afirmação alarmista só poderá ter como objectivo a preparação da opinião pública para medidas que o Governo tenciona tomar contra os trabalhadores e, promove, objectivamente, os fundos de pensões privados porque gera medo e falta de confiança na Segurança Social pública. São conhecidos os modelos aplicados noutros países onde a privatização é a lei que vigora e onde a falência do sistema já mostrou os seus resultados. Um exemplo recente, entre outros, foi o da ENRON nos EUA.

A situação financeira da Segurança Social exige, isso sim, muita atenção no percurso que descreve e não se compadece com alarmismos como aquele em que o actual Ministro das Finanças fez questão de insistir ainda há bem pouco tempo num programa de televisão. Trata-se de um bem que a todos nos envolve e que exige a máxima responsabilidade na sua abordagem. Para além da verdade e da transparência que se exige, a pedagogia não pode ser arredada dessa mesma abordagem.

Enquanto o Ministro das Finanças explora de forma alarmista o Relatório anexo ao Orçamento de Estado sobre a sustentabilidade da Segurança Social, o Ministro do Trabalho dá ênfase às razões que constituem preocupação se não forem tomadas medidas adequadas. Há, assim, duas leituras de um mesmo relatório por dois membros do mesmo Governo.

Defendemos que não é possível melhorar a situação financeira da Segurança Social sem actuar ao nível das políticas envolventes: da política económica para assegurar o crescimento económico; da melhoria salarial; do crescimento do emprego; da redução da precariedade laboral. Urge também, prosseguir um esforço de diversificação das fontes de financiamento; por termo ao financiamento pela Segurança Social do custo das reestruturações das empresas, através de esquemas de antecipação legal da idade da reforma por motivo de desemprego; combater a fraude e evasão contributiva, havendo indicações de um elevado volume de subdeclaração de salários; compensar o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social pelas verbas não recebidas nos últimos anos.

Assim, e porque as medidas de sustentabilidade económica, financeira e social, como as que defendemos para a Segurança Social atingem toda a população e por isso implicam todas e todos os que vivem e trabalham em Lisboa, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2006/01/24, delibere:

2 - Continuar a aumentar significativamente a eficácia do combate à evasão e à fraude no pagamento das contribuições e quotizações à Segurança Social;

3 - Continuar o cruzamento de dados entre a Segurança Social e o Sistema Tributário;

5 - Continuar o reforço e a articulação entre a Inspeção-Geral do Trabalho e a Segurança Social para detectar situações de falso trabalho independente;

8 - Remeter a presente Moção aos Órgãos de Soberania: Presidente da República, Assembleia da República e Governo.

(Aprovada Ponto por Ponto - Pontos 2, 3, 5 e 8: Aprovados por unanimidade.)

- *Moção n.º 11/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

**Moção n.º 11/AML/2006**

1 - Considerando que o Plano Director Municipal (PDM) constitui um instrumento fundamental para a sustentabilidade da cidade, no combate a discricionariedade das decisões, obrigando a definição de princípios, critérios e prioridades para Lisboa;



2 - Considerando que a revisão do PDM é essencial para reforçar a salvaguarda dos valores e sistemas citadinos, definindo limites para eventuais mudanças de uso e ocupação urbana, devendo constituir a oportunidade para um debate alargado sobre as necessidades, o futuro da cidade e as suas grandes opções;

3 - Considerando que o PDM deverá ser elaborado de forma a assegurar a coesão social, territorial e ambiental em detrimento de um zonamento espartilhado em interesses casuísticos, desarticulados e especulativos;

4 - Tendo em conta que cabe às Autarquias Locais a concretização do princípio constitucional da participação dos cidadãos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território (artigo 65.º, n.º 5 da Lei n.º 1/2005, de 12 de Agosto e artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 380/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro);

5 - Tendo em conta que as Autarquias Locais, ao promoverem reais possibilidades de participação pública na vida da cidade, estão a agir no sentido da transparência;

6 - Atendendo a que os cidadãos tem o direito de participar, não só na elaboração, mas também na alteração e revisão dos instrumentos de gestão territorial;

7 - Atendendo a que o PDM iniciou a sua revisão ainda em 2001 e continua em revisão, sem data de conclusão definida, apesar da finalização de alguns estudos sectoriais;

8 - Tendo em conta que é inadmissível que ainda não haja para discussão pública qualquer anteprojecto ou proposta estratégica que esclareça os princípios, critérios e instrumentos a accionar num novo quadro de planeamento;

9 - Considerando que o próprio processo de planeamento da cidade de Lisboa se encontra num impasse, dada a contradição entre operações casuísticas, e alguns planos de pormenor, e o PDM em vigor, que resultam numa série de casos particulares frequentemente solucionados através do recurso constante ao mecanismo da revisão simplificada;

10 - Considerando que múltiplas vezes se pretende proceder a alterações do Plano Director Municipal de Lisboa recorrendo a um mecanismo procedimental simplificado, tal como acontece na Ordem de Trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de hoje;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 24 de Janeiro de 2006, decida:

- Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que preste, com urgência, a esta Assembleia Municipal a calendarização de todo o processo de revisão do Plano Director Municipal de Lisboa, nomeadamente sobre a sua apresentação para Consulta Pública e conclusão de todo o processo.

(Aprovada por unanimidade.)

- Moção n.º 12/AML/2006 - Subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda:

#### Moção n.º 12/AML/2006

1 - Considerando que a EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, pagou a 20 de Abril de 2005, uma remuneração, a título de «profissão liberal», no valor de 110 081 euros, a um funcionário para este abandonar os quadros da empresa, onde trabalhava desde 2002;

2 - Tendo em conta que, passado exactamente um mês, a 19 de Maio de 2005, esse mesmo funcionário auferiu, também agora como trabalhador «liberal», um salário de 7259 euros, correspondente a um contrato de prestação de serviços externos por três anos, pelo exercício das mesmas funções como consultor externo;

3 - Considerando que na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada dia 5 de Julho, o Bloco de Esquerda questionou o Presidente da Câmara de Lisboa sobre aqueles dois recibos de vencimento;

4 - Atendendo a que o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, não soube justificar, de imediato, os dois montantes, tendo, depois de «questionar a Vereadora», Eduarda Napoleão, Presidente da EPUL, apenas explicado a passagem do recibo de Abril;

5 - Tendo em conta que o Dr. Pedro Santana Lopes afirmou que *«esses 100 000 euros num mês eram relativos ao pagamento de uma indemnização a um quadro da empresa, portanto um dos 16 com quem foi negociada a rescisão [contrato] para saírem porque a empresa estava com o orçamento de pessoal excessivamente pesado»*, tal como consta na Acta n.º 92 do anterior mandato desta Assembleia Municipal;

6 - Considerando que em declarações ao «Correio da Manhã», na sua edição de 19 de Setembro de 2005, um administrador da EPUL confirma que esse mesmo funcionário «recebeu uma indemnização para prescindir de um contrato em que estava nos quadros da empresa. Depois foi feito um contrato de prestação de serviços, a recibo verde, para desempenhar a mesma função»;

7 - Considerando que a 5 de Julho de 2005, na sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, o então Presidente da Câmara de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, se comprometeu a averiguar esta situação, admitindo que *«Em primeiro lugar, sobre a indemnização ao tal senhor, a Vereadora Eduarda Napoleão deu-lhe uma explicação antes de subir agora à tribuna, a qual sinceramente, não o convencera, pelo que tinha que esclarecer mais a questão. Ouviu, sabia que foi uma indemnização, depois havia ali um recibo do mês de Maio em que ainda recebera, portanto ia pedir o esclarecimento dessa questão»*;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 24 de Janeiro de 2006, delibere requerer que a Câmara Municipal de Lisboa esclareça esta Assembleia sobre a situação de um funcionário da EPUL ter recebido indemnização para prescindir de um contrato celebrado enquanto quadro da empresa, tendo subsequentemente celebrado contrato de prestação de serviços a recibo verde, para desempenhar a mesma função.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 24 de Janeiro de 2006, delibere:

- Requerer que a Câmara Municipal de Lisboa esclareça a Assembleia Municipal sobre a situação vinculada pela Comunicação Social, segundo a qual a EPUL teria pago, a 20 de Abril, uma remuneração, a título de profissão liberal, no valor de 110 081 euros, a um funcionário para este abandonar os quadros da empresa onde trabalha desde 2002 e a razão porque subsequentemente o mesmo funcionário recebeu uma indemnização para rescindir de um contrato em que estava nos quadros da empresa mas depois foi feito um contrato de prestação de serviços, a recibo verde, para desempenhar a mesma função.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Recomendação n.º 1/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

#### **Recomendação n.º 1/AML/2006**

##### **Segurança dos peões**

Lisboa é uma cidade cada vez menos virada para o peão. As grandes avenidas tornaram-se quase auto-estradas, onde os veículos atingem velocidades muito acima do permitido por lei.

Os semáforos para os peões demoram a ficar verdes e o tempo de passagem é, em muitos casos, bastante reduzido. Um idoso ou alguém que tenha mobilidade reduzida não consegue atravessar uma das grandes artérias com sinal constantemente verde e arrisca-se a ser atropelado, como já tem acontecido.

Apesar de terem sido já colocados em muitos dos semáforos de Lisboa, botões para acelerar a passagem dos peões a verde, constata-se que muitos destes não funcionam, demoram muito tempo ou porque estão mal temporizados ou simplesmente porque estão desligados. Depois de um tempo de espera razoável, muitos peões acabam por atravessar com vermelho, apesar dos riscos e das perturbações de trânsito que estes comportamentos acarretam.

Sabemos que a ACA-M propôs que o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, apresentado pelo Governo, prestasse alguma atenção a este assunto. Em particular propunha-se:

- A colocação de mecanismos de *feedback* nos semáforos das passagens de peões controladas por botão, para que o peão saiba claramente que o sistema está activo e a responder ao seu pedido;
- Sendo razoável haver um intervalo mínimo, neste tipo de semaforização, entre os sinais verdes consecutivos para peões, não deve existir a imposição de um tempo de espera mínimo entre a acção de carregar no botão e a passagem a verde do semáforo para os peões (isto é, se já se esgotou o tempo de intervalo mínimo entre duas mudanças de sinal, a passagem a verde por solicitação do peão deve ser imediata).

Apesar destes importantes contributos da ACA-M, o assunto parece não ter merecido muita atenção, de qualquer forma, o próprio Plano Nacional de Prevenção Rodoviária reconhece que «... a falta de critério não só na escolha dos locais para implantação das passadeiras, mas também a falta de qualidade na pintura, na sinalização, no arranjo das áreas adjacentes, nos estabelecimentos dos ciclos da sinalização semaforica, bem como na ausência de refúgios de segurança, tornam este equipamento pouco seguro e pouco cómodo e consequentemente, muitas vezes, desprezado pelos peões».

Assim, os eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes» propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, delibere recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que:

1 - Proceda à revisão de todos os semáforos com botão em Lisboa, assegurando o seu pleno funcionamento, nomeadamente, de forma a que:

- 1.1 - O peão saiba claramente que o sistema está activo e a responder ao seu pedido;
- 1.2 - A passagem a verde por solicitação do peão seja imediata, sempre que se tenha esgotado o tempo de intervalo mínimo entre duas mudanças de sinal.

2 - Proceda à realização de um estudo do trânsito nas artérias de Lisboa e se avalie onde se devam colocar mais botões e passadeiras que assegurem a segurança da passagem dos peões.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PS, PCP, PEV e CDS/PP) e abstenções (PPD/PSD e Bloco de Esquerda).]

- *Recomendação n.º 2/AML/2006* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

#### **Recomendação n.º 2/AML/2006**

##### **Reposição da pista ciclável Entrecampos-Telheiras**

A pista ciclável que liga Entrecampos a Telheiras, e que atravessa as Freguesias do Campo Grande e do Lumiar, foi inaugurada em 2001.

Todavia, acontece que, para além de os automobilistas circularem e estacionarem indevida e frequentemente na referida pista, as obras realizadas há mais de dois anos na via de acesso ao novo estádio do Sporting fez com que o troço desde o Museu da Cidade de Lisboa, passando pela interface do Campo Grande, até às imediações da entrada da Estrada de Telheiras, se encontre parcialmente destruído e interrompido, cortado por barreiras físicas que impedem qualquer forma de circulação segura dos utentes de bicicletas.

A Câmara e o Sporting já reconheceram não apenas a necessidade da sua reconstrução, como a responsabilidade pela sua reposição pertencer ao Sporting, opinião emitida publicamente pelo engenheiro da NEJA responsável pelas obras, aquando da visita dos membros dos Órgãos Autárquicos do Lumiar às instalações do novo estádio.

O que não se compreende é que, como vem citado na comunicação social, a direcção da SAD do Sporting afirme que em 2005 «o presente exercício fechará com um lucro na ordem dos 60 milhões de euros» (*vide* jornal «O Jogo», no URL [www.ojogo.pt/21-122/Artigo476834.htm](http://www.ojogo.pt/21-122/Artigo476834.htm)), mas o clube não seja responsabilizado pelos seus compromissos para com os munícipes.

Deste modo, considerando o protelar da sua solução e o manifesto perigo da situação exposta, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que:

- a) Sejam urgentemente estabelecidos os contactos necessários com os responsáveis pela SAD do Sporting no sentido da imediata reposição do troço interrompido da pista ciclável Entrecampos-Telheiras, em condições de utilização segura pelos seus utilizadores;
- b) O Departamento do respectivo Pelouro da Câmara implemente uma melhor sinalização da pista entre Entrecampos e Telheiras;
- c) Se iniciem estudos conducentes ao prolongamento da actual pista para outras zonas limitrofes, designadamente em direcção a edifícios escolares e a zonas de lazer, como a Alameda Roetgen e as Quintas das Conchas e dos Lilazes;
- d) Sensibilize os cidadãos para a correcta utilização das pistas cicláveis através de campanhas de sensibilização.

(Aprovada por unanimidade.)

-Recomendação n.º 3/AML/2006-Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS/PP:

#### **Recomendação n.º 3/AML/2006**

Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no artigo 38.º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste Órgão, apresentar a presente Recomendação à Câmara Municipal de Lisboa.

Considerando que:

- 1 - A Rua Garrett no Chiado, entre a Rua Ivens e a Rua Serpa Pinto, encontra-se fechada ao trânsito automóvel, com excepção do trânsito local e acesso às obras;
- 2 - Essa situação provoca graves prejuízos aos comerciantes da zona;
- 3 - As queixas sobre a manutenção, alegadamente, injustificada desta situação, é uma constante por parte dos moradores da zona;
- 4 - A situação actual tem permitido o estacionamento irregular nas ruas adjacentes;
- 5 - No espaço em causa tem-se alastrado actividades perturbadoras da ordem pública, prejudiciais para o comércio e para o bom nome e qualidade do Chiado;
- 6 - Não se conhece qualquer projecto para aplicação imediata na zona.

Propõe-se o seguinte:

- 1 - Que a Câmara Municipal de Lisboa informe porque razão é que a citada parte da Rua Garrett se encontra, parcialmente, fechada ao trânsito;
- 2 - Que a Câmara Municipal de Lisboa informe se possui algum projecto para a área;
- 5 - Que esta Recomendação seja enviada às Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia dos Mártires e Sacramento.

[Aprovada Ponto por Ponto - *Ponto 1*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e votos contra (PS); *Ponto 2*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, PEV e CDS/PP) e votos contra (PS); e *Ponto 5*: Aprovado por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, PEV e CDS/PP) e abstenções (PS e Bloco de Esquerda).]

-Recomendação n.º 4/AML/2006-Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS/PP:

#### **Recomendação n.º 4/AML/2006**

Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no artigo 38.º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste Órgão, apresentar a presente Recomendação à Câmara Municipal de Lisboa.

Considerando que:

- 1 - A zona envolvente do Forte de Santa Apolónia, na Freguesia de São João, encontra-se totalmente degradada;
- 2 - O que resta das muralhas do Forte está continuamente a degradar-se;
- 3 - O espaço serve de refúgio a toxicodependentes, prostituição e acumulação de lixo;
- 4 - A situação provoca uma grave diminuição da qualidade de vida na zona;
- 5 - O espaço tem uma importante vertente histórica;
- 6 - Os vários Executivos Camarários e da Freguesia nunca tomaram medidas para a resolução desta questão;
- 7 - As queixas da população são uma constante.

Propõe-se o seguinte:

- 1 - Que a Câmara Municipal de Lisboa apresente, num prazo razoável, um projecto de recuperação da zona;
- 2 - Que esse projecto inclua, nomeadamente, zonas de lazer e espaços verdes, destinados à juventude e à terceira idade;
- 3 - Que esta Recomendação seja enviada à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de São João.

(Aprovada por unanimidade.)

-Deliberação n.º 1/AM/2006 (Deliberação n.º 814/CM/2005):

**Proposta n.º 814/2005**

Considerando que:

- a) Cojade - Sociedade de Construções, S.A., na qualidade de proprietária de um imóvel constituído por um Palacete e uma antiga Fábrica de Curtumes sito na Travessa Horta Navia, 6, apresentou à CML um projecto de aproveitamento em reconversão urbanística do mesmo através do processo 746/EDI/2003, o qual veio a merecer indeferimento por violação de várias disposições legais do Regulamento do Plano Director Municipal e do RGEU, para além de um parecer desfavorável do IPPAR;
- b) Não obstante a resolução final de indeferimento a apreciação expandida pelos Serviços Municipais do processo reconheceu que a intervenção constituirá uma mais-valia urbanística para o local, atento o estado de degradação em que aquele trecho urbano se encontra, posição que veio a ser reiterada ulteriormente;
- c) Em 2004/10/26, foi apresentado um novo pedido de licenciamento através do processo 1794/EDI/2004, que genericamente retomando os aspectos morfológicos da proposta de ocupação apresentada em sede do processo 746/EDI/2003, integrava já os ajustamentos tidos como necessários no âmbito da apreciação desse processo;
- d) Uma das questões que foram oportunamente discutidas no âmbito do presente licenciamento prende-se com a necessidade de a aprovação do projecto estar condicionada à aquisição de uma faixa de terreno municipal, de modo a que o logradouro - em «poço» - a tardoz que constitui frente para a Rua Projectada à Rua D. Maria Pia, poder permitir o cumprimento dos artigos 62.º, § 2.º e 73.º do RGEU;
- e) Para esse efeito, do que se refere no ponto anterior, apresentou a requerente o processo 13 869/DMSC/04, onde através da nossa Informação n.º 5425/DEVPI/04 nos pronunciámos favoravelmente quanto a uma permuta de terrenos com a condição de que para futuro o limite entre o domínio municipal e o domínio particular da requerente seja equidistante do alçado tardoz do futuro edifício e com um afastamento tal que nos termos do n.º 2 do artigo 62.º do RGEU, assegure um distanciamento livre de obstáculos de 6 m;
- f) Atento o facto de a natureza e aptidão das parcelas a permutar e parcelas não edificáveis o diferencial de áreas seria compensado com a execução dos trabalhos de arranjos exteriores e paisagismo da parcela municipal em toda a frente tardoz do empreendimento;
- g) O projecto já se encontra aprovado por despacho da Vereadora Eduarda Napoleão, de 2005/06/08, imperando agora proceder-se aos acertos patrimoniais para uma definitiva resolução da operação urbanística.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 64.º, n.º 6, alínea a) e do artigo 53.º, n.º 4, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro:

- Permutar com Cojade - Sociedade de Construções, S.A., pessoa colectiva com o n.º 504021850, com sede na Avenida D. Carlos I, 32, na Freguesia da Damaia, Concelho da Amadora, ou a quem no acto da escritura prove ser legítimo proprietário do prédio sito na Travessa Horta

Navia, 6, e titular do processo 1794/EDI/2004, a parcela A com 80 m² a transmitir pela CML representada a cor verde na Planta DPI/DEVPI 05/154/04, destinada a logradouro do futuro edifício a construir no prédio da referenciada, e à qual se atribui o valor de 7524 euros (sete mil quinhentos e vinte e quatro euros), pela parcela B a receber pela CML com a área de 13 m² também referenciada na mesma Planta com cor amarela, à qual se atribui o valor de 65 euros (sessenta e cinco euros) e destinada a integrar o domínio público;

- Submeter à Assembleia Municipal, respectivamente, a desafecção do domínio público da parcela A a transmitir à Cojade e a afectar ao domínio público municipal a parcela B a vir à posse da CML por transmissão de Cojade, S.A., na presente operação de permuta.

**Área, valor e confrontações**

*Parcela A, a transmitir pela CML a Cojade:*

- Área: 80 m²;
- Valor: 7524 euros;
- Confrontações: Norte - Cojade, S. A.; Nascente - Câmara Municipal; Sul - Prédio a que corresponde os n.ºs 1 a 4 da Travessa Horta Navia; e Poente - Cojade, S. A.

*Parcela B, a transmitir por Cojade à CML:*

- Área: 13 m²;
- Valor: 65 euros;
- Confrontações: Norte - Câmara Municipal; Nascente - Câmara Municipal; Sul - Câmara Municipal; e Poente - Cojade, S. A.

**Condições de Acordo**

1 - A parcela a transmitir ao Município deverá estar livre e desocupada e convenientemente arranjada paisagisticamente aquando da conclusão da obra.

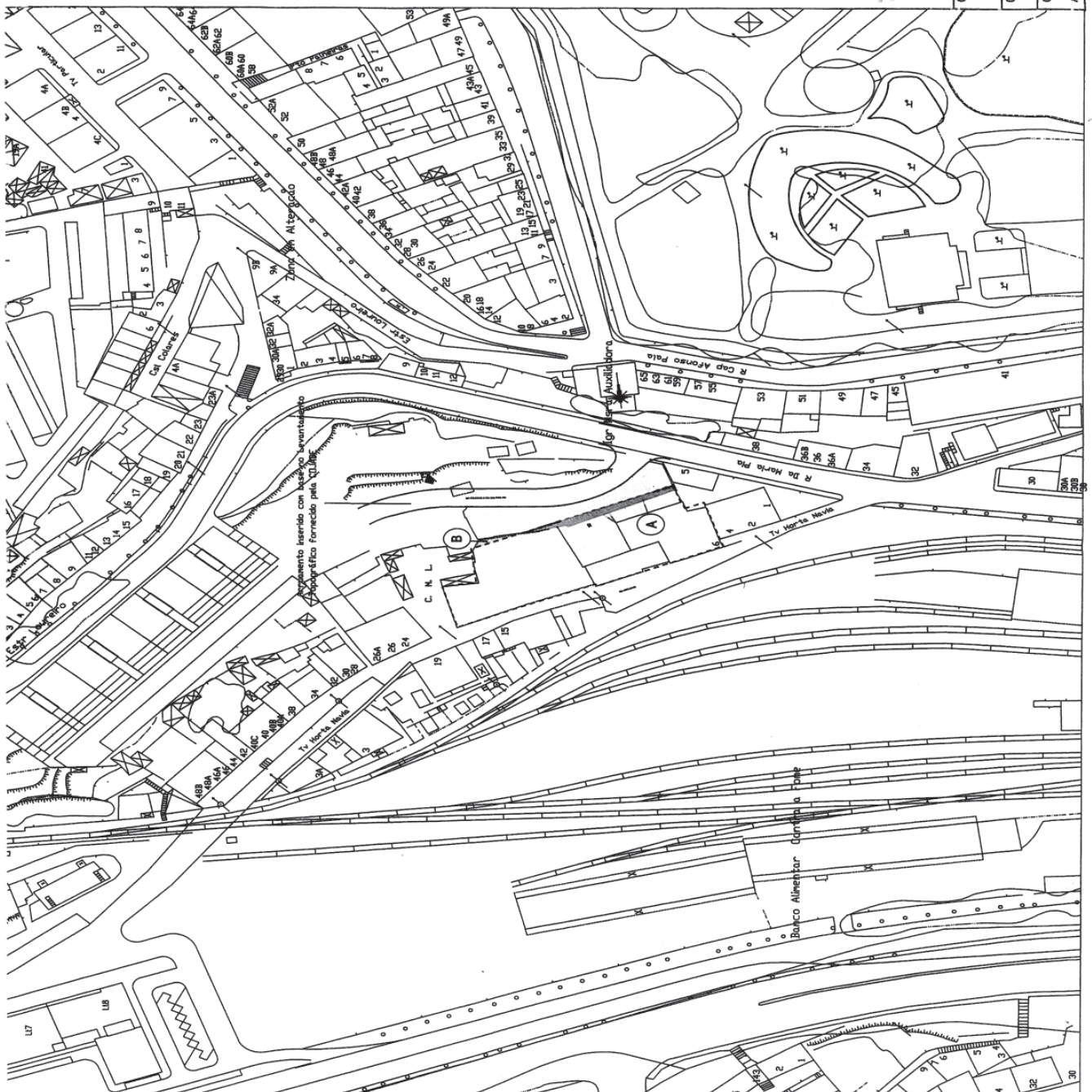
2 - Que de acordo com o previamente estabelecido na Informação n.º 5425/DEVPI/04 como compensação ao diferencial de valores das parcelas permutadas, Cojade, S.A., fica obrigada à realização de obras de arranjos exteriores e tratamento paisagístico em todo o espaço a afectar ao domínio público municipal compreendido na frente tardoz entre o lancil da Rua Nova Projectada à Rua D. Maria Pia e o seu empreendimento, de acordo com o projecto de paisagismo e arranjos exteriores a aprovar pela CML e para os quais se estima um encargo global de 19950 euros (dezanove mil novecentos e cinquenta euros).

(Processo privativo n.º 145/DPI/05.)

(Processo «E» n.º 86/05.)

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (Bloco de Esquerda) e abstenções (PS e PCP). PEV, ausente.]





ZONA DE DOMÍNIO PÚBLICO COM A ÁREA APROXIMADA DE 386.00m<sup>2</sup> CILIO ARRANHO E TRATAMENTO PANSAGÍSTICO E DA RESPONSABILIDADE DA COAJUDE NO ÂMBITO DA PRESENTE OPERAÇÃO DE PERMUTA E LICENCIAMENTO, RESPONSABILIDADE QUE SE ESTENDE IGUALMENTE À PARCELA B A VIR À POSSE DA CAMARA

Date: 2005/11/24

Ver.	Substitui.	Substituido por.
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12
13	13	13
14	14	14
15	15	15
16	16	16
17	17	17
18	18	18
19	19	19
20	20	20
21	21	21
22	22	22
23	23	23
24	24	24
25	25	25
26	26	26
27	27	27
28	28	28
29	29	29
30	30	30
31	31	31
32	32	32
33	33	33
34	34	34
35	35	35
36	36	36
37	37	37
38	38	38
39	39	39
40	40	40
41	41	41
42	42	42
43	43	43
44	44	44
45	45	45
46	46	46
47	47	47
48	48	48
49	49	49
50	50	50
51	51	51
52	52	52
53	53	53
54	54	54
55	55	55
56	56	56
57	57	57
58	58	58
59	59	59
60	60	60
61	61	61
62	62	62
63	63	63
64	64	64
65	65	65
66	66	66
67	67	67
68	68	68
69	69	69
70	70	70
71	71	71
72	72	72
73	73	73
74	74	74
75	75	75
76	76	76
77	77	77
78	78	78
79	79	79
80	80	80
81	81	81
82	82	82
83	83	83
84	84	84
85	85	85
86	86	86
87	87	87
88	88	88
89	89	89
90	90	90
91	91	91
92	92	92
93	93	93
94	94	94
95	95	95
96	96	96
97	97	97
98	98	98
99	99	99
100	100	100

OD

A-11

0 Arg.

Charles Dickens

**Advertisement**



-Deliberação n.º 2/AM/2006 (Deliberação n.º 816/CM/2005):

**Proposta n.º 816/2005**

Considerando que:

- A extensa rede de colectores de esgotos da Cidade de Lisboa carece de uma limpeza cuidada;
- Urge executar os referidos trabalhos, a fim de minorar os efeitos nefastos da ocorrência de chuvas de grande intensidade;
- Para o efeito foi preparado um Caderno de Encargos e um Programa para lançamento de um procedimento para adjudicação da Prestação de Serviços de «Limpeza e desobstrução de colectores municipais de esgotos da cidade de Lisboa», que deu origem ao Processo de Concurso Público Internacional n.º 7/DMPO/DOIS-DCMIS/2005;
- Com esta intervenção, serão evitados custos mais elevados para o Município;
- Face à natureza destes trabalhos, será possível proceder a intervenções imediatas em situações urgentes de limpeza e desobstrução de colectores municipais.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- 1 - Aprovar o Programa do Concurso, o Caderno de Encargos e respectivos Anexos que acompanham a presente proposta;
- 2 - Proceder, nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, à designação do Júri, ao qual competirá a condução de todas as operações do Concurso, com a seguinte constituição:

**Membros Efectivos:**

*Presidente:* Dr. José Avelino de Afonseca, técnico superior (jurista), da DMSC/DA;

*1.º Vogal:* Dr.ª Tatiana Duarte Santos Silva, jurista, da DMSC/DA;

*2.º Vogal:* José Guerra Monteiro, engenheiro civil principal, da DMPO/DOIS/DCMIS.

O 1.º Vogal Efectivo substituirá o Presidente nas suas falhas e impedimentos.

**Membros Suplentes:**

*1.º Vogal:* Engenheira química Ana Maria Freitas, da DMPO/DOIS/DCMIS;

*2.º Vogal:* Dr. João Miguel Fidalgo do Carmo, técnico superior (geólogo), da DMPO/DOIS/DCMIS.

3 - Delegar, ainda, nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no Júri do Concurso, designado no número anterior, a competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes;

4 - Submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e do n.º 4.1 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, a abertura do procedimento - Concurso Público Internacional - para a Prestação de Serviços n.º 7/DMPO/DOIS-DCMIS/2005 - «Limpeza e desobstrução

de colectores municipais de esgotos da cidade de Lisboa», nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 78.º e n.º 1 do artigo 80.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, pelo valor estimado de 750 000 euros (setecentos e cinquenta mil euros), com exclusão do IVA e o prazo de execução de 365 dias, com verba inscrita na Rubrica 14.01/02.02.25 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Conservação e Manutenção da Rede de Esgotos», Código 04/03/A102/02 do Plano Anual de Actividades.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS e CDS/PP) e votos contra (PCP e Bloco de Esquerda). PEV, ausente.]

-Deliberação n.º 3/AM/2006 (Deliberação n.º 847/CM/2005):

**Proposta n.º 847/2005**

Considerando:

- A necessidade de se desenvolverem políticas ambientais na cidade de Lisboa, com o objectivo de continuar a melhorar a qualidade do serviço prestado a nível da remoção dos resíduos sólidos urbanos (RSU's);
- Que se pretende alargar a recolha selectiva «Porta-a-Porta», de resíduos valorizáveis, a toda a cidade, contribuindo para o aumento dos índices de reciclagem e consequente redução do volume de resíduos conduzidos à incineração e aterros;
- Que a utilização das fitas permite identificar, mais facilmente, os resíduos separados selectivamente pelos munícipes e, conforme a nossa experiência recente, se adequa a edifícios sem condições para armazenamento de contentores;
- Para o efeito foi preparado um Caderno de Encargos e um Programa para lançamento de um procedimento - Concurso Público - para adjudicação do «Fornecimento de 30 000 conjuntos de fitas em PEAD»;
- Que a recolha selectiva pretende contribuir para o cumprimento das metas de reciclagem impostas pela União Europeia;
- A redução nos custos do tratamento e destino final dos RSU's, associada ao crescimento das recolhas selectivas.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- 1 - Aprovar o Programa do Concurso, o Caderno de Encargos e respectivos Anexos que acompanham a presente proposta;
- 2 - Proceder, nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, à designação do Júri, ao qual competirá a condução de todas as operações do Concurso, com a seguinte constituição:

**Membros Efectivos:**

*Presidente:* Eng.ª Rita João dos Santos Lucas, técnica superior (ambiente);

*1.º Vogal:* Dr. José Avelino de Afonseca, técnico superior (jurista);

*2.º Vogal:* Eng.ª Maria Inês Bento Cristóvão, técnica superior (ambiente).

O 1.º Vogal Efectivo substituirá o Presidente nas suas falhas e impedimentos.

*Membros Suplentes:*

1.º *Vogal:* Dr. Armando Pereira da Silva, técnico superior;  
2.º *Vogal:* Eng.º Paulo Jorge Lobo Cabral Sacadura, técnico superior (ambiente).

3 - Delegar, ainda, nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no Júri do Concurso, designado no número anterior, a competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes;

4 - Submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e do n.º 4.1 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, a abertura do procedimento - Concurso Público - para adjudicação do «Fornecimento de 30 000 conjuntos de fitas em PEAD», nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 78.º e n.º 1 do artigo 80.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, pelo valor estimado de 120 000 euros (cento e vinte mil euros), com exclusão do IVA, com verba inscrita na Rubrica 09.02/02.01.21 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Recolhas Selectivas/Equipamento e Material Diverso», Código 04/04/A102/02 do Plano Anual de Actividades.

(Aprovada por unanimidade. PEV, ausente.)

- *Deliberação n.º 4/AM/2006* (Deliberação n.º 848/CM/2005):

**Proposta n.º 848/2005**

Considerando:

- A necessidade de se desenvolverem políticas ambientais na cidade de Lisboa, com o objectivo de continuar a melhorar a qualidade do serviço prestado a nível da remoção dos resíduos sólidos urbanos (RSU's);
- Que se pretende dar continuidade à actividade, iniciada em 2003, de recolha selectiva «Porta-a-Porta», nos Bairros Históricos, de resíduos indiferenciados e valorizáveis, alargando-a a novos Bairros;
- Para o efeito foi preparado um Caderno de Encargos e um Programa para lançamento de um procedimento - Concurso Público Internacional - para adjudicação do «Fornecimento de sacos em polietileno (PEBD) de 30 e de 50 litros, de cor preta, azul e amarela»;
- Que este sistema visa contribuir para uma maior adesão dos munícipes à separação de resíduos, tornando a sua recolha mais simples e prática, reduzindo os custos com a sua recolha e tratamento;
- Que a recolha selectiva e de resíduos indiferenciados pretende contribuir para o cumprimento das metas de reciclagem impostas pela União Europeia.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- 1 - Aprovar o Programa do Concurso, o Caderno de Encargos e respectivos Anexos que acompanham a presente proposta;
- 2 - Proceder, nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, à designação do Júri, ao qual competirá a condução de todas as operações do Concurso, com a seguinte constituição:

*Membros Efectivos:*

*Presidente:* Eng.º Paulo Jorge Lobo Cabral Sacadura, técnico superior (ambiente);

1.º *Vogal:* Dr. José Avelino de Afonseca, técnico superior (jurista);

2.º *Vogal:* António Jorge Almeida Ferreira, encarregado de serviços de higiene e limpeza.

O 1.º Vogal Efectivo substituirá o Presidente nas suas falhas e impedimentos.

*Membros Suplentes:*

1.º *Vogal:* Dr. Armando Pereira da Silva, técnico superior;

2.º *Vogal:* Maria do Carmo Silva Fernandes, chefe de armazém.

3 - Delegar, ainda, nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no Júri do Concurso, designado no número anterior, a competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes;

4 - Submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e do n.º 4.1 do artigo 11.º do Regulamento do Orçamento em vigor, a abertura do procedimento - Concurso Público Internacional - para adjudicação do «Fornecimento de sacos em polietileno (PEBD) de 30 e de 50 litros, de cor preta, azul e amarela», nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 78.º e n.º 1 do artigo 80.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, pelo valor estimado de 600 000 euros (seiscentos mil euros), com exclusão do IVA, com verba inscrita na Rubrica 09.02/02.01.21 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção «Recolhas Selectivas/Equipamento e Material Diverso», Código 04/04/A102/02 do Plano Anual de Actividades.

(Aprovada por unanimidade. PEV, ausente.)

- *Deliberação n.º 5/AM/2006* (Deliberação n.º 855/CM/2005):

**Proposta n.º 855/2005**

Considerando que:

A parcela de terreno que confronta a norte com a Avenida Lusíada, a sul com a Rua Frederico de Freitas, a poente com a Avenida Professor Reinaldo dos Santos e a nascente com a Escola Delfim Santos, na Freguesia de Benfica e está classificada na Planta de Ordenamento com duas subclasses de espaço;

A área da referida parcela se encontra, maioritariamente, classificada na Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal, como Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional;

A área envolvente está maioritariamente classificada como Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional;

A classificação de parte da parcela como Área de Equipamentos e Serviços Públicos, constante da Planta de Ordenamento, configura um erro material de cartografia, resultante da transposição para o sistema informático dos levantamentos cartográficos manuais, executados à data da elaboração do Plano;

Na sequência da transposição para o sistema informático, a parcela em análise foi parcialmente classificada como Área de Equipamentos e Serviços Públicos, sem considerar os limites cadastrais da mesma;

À Câmara Municipal cumpre corrigir os erros dos instrumentos de gestão territorial, procedendo à respectiva alteração de natureza técnica, mediante o procedimento de alteração em Regime Simplificado, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro;

Nestes termos, tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que, nos termos da alínea a) do n.º 2 e da alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º, conjugadas com o disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere o seguinte:

-Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração em regime simplificado do Plano Director Municipal, junta em anexo, nos termos da alínea e) do n.º 1 e das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, dando conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e assegurando os demais procedimentos, de acordo com o n.º 4 do citado artigo.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PS e PCP).]

#### **PARCELA A POENTE DA ESCOLA DELFIM SANTOS**

Alteração ao Plano Director Municipal de Lisboa, em Regime Simplificado

Dezembro 2005

*Oportunidade de alteração ao PDM*

A parcela em análise confronta a norte com a Avenida Lusíada, a sul pela Rua Frederico de Freitas, a poente pela Avenida Professor Reinaldo dos Santos e a nascente pela Escola Delfim Santos.

A referida parcela foi, até há pouco tempo, propriedade do Estado, tendo por este sido alienada através de hasta pública realizada em 2001/11/20, pela Direcção-Geral do Património do Estado, na qual toda a parcela foi considerada como integrada em Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional.

A Planta de Ordenamento classifica a maioria da parcela como Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional e uma pequena faixa da mesma como Área Consolidada de Equipamentos e Serviços Públicos.

Sucede porém, que a classificação de parte da parcela como Área de Equipamentos e Serviços Públicos, constante da Planta de Ordenamento do Plano Director Municipal de Lisboa, configura um erro material de cartografia resultante da transposição para o sistema informático dos levantamentos cartográficos existentes à data da elaboração deste instrumento de Gestão Territorial.

Com efeito, os levantamentos cartográficos que serviram de base à elaboração do Plano Director Municipal de Lisboa foram executados manualmente, resultando deste modo, alguns erros materiais e de cartografia com origem na transposição para o sistema informático, os quais devem ser colmatados sempre que detectados.

A parcela identificada foi, assim, parcialmente classificada como Área de Equipamentos e Serviços Públicos, verificando-se ainda que não foram respeitados os limites cadastrais da mesma, conforme resulta da Planta de Classificação de Espaço Urbano, junta em anexo.

O Plano Director Municipal de Lisboa, foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/94, e publicado no «Diário da República», I Série, n.º 226, de 1994/09/29.

Face ao exposto, considera-se que a classificação parcial da referida parcela como Área de Equipamentos e Serviços Públicos, constante na Planta de Ordenamento do PDM, configura um erro material passível de alteração sujeita a regime simplificado, nos termos da alínea e) do n.º 1 e alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

Reconhecendo a necessidade de proceder à alteração dos instrumentos de Gestão Territorial e atendendo ao disposto na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Lei n.º 48/98, é da responsabilidade da Administração Pública a execução e actualização dos instrumentos de planeamento e gestão territorial.

No presente contexto, é considerada oportuna a alteração proposta.

Lisboa, Dezembro, de 2005.





Parcela em análise



Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL**  
Enquadramento na Cidade

Fonte: CML/DPPEL - 1995.  
Dezembro 2005

1:75000



Parcela em análise



Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

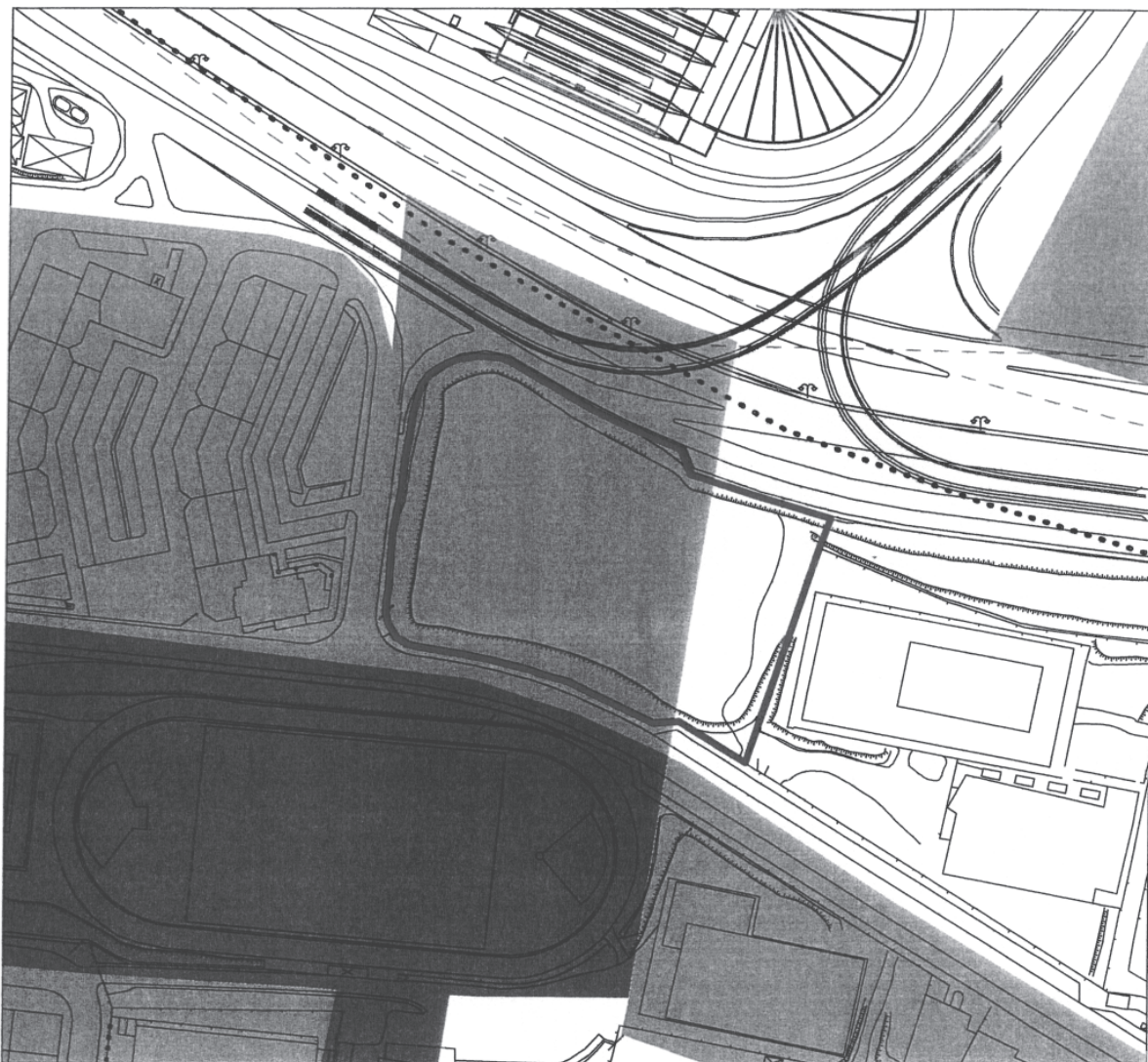
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
ORTOFOTOMAPA

Fonte: CML/DPEL - 1995.  
Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000





#### CATEGORIAS DE ESPAÇO URBANO

- Área Histórica Habitacional
- Área Histórica da Baixa
- Quintas Integradas nas Áreas Históricas
- Área Consolidada de Moradias
- Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional
- Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Terciária
- Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Mista
- Área Consolidada Industrial
- Área de Reconversão Urbanística Habitacional
- Área de Reconversão Urbanística Mista
- Área de Estruturação Urbanística Habitacional
- Área de Estruturação Urbanística Terciária
- Área de Estruturação Urbanística Mista
- Área Verde de Recreio
- Área Verde de Protecção
- Área Verde de Produção
- Quintas e Jardins Históricos
- Quintas a Reconverter
- Áreas de Usos Especiais
- Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos
- Área de Investigação e Tecnologia
- Zona de Intervenção da EXPO 98

#### REDE RODOVIÁRIA PRINCIPAL

- Via Arterial Existente
- Via Arterial Proposta
- Via Principal Existente
- Via Principal Proposta
- Túnel Existente
- Túnel Proposto
- Via em Construção
- Vias

#### NÓS

- 1 Nível 1
- 2 Nível 2
- 3 Nível 3

#### REDE FERROVIÁRIA

- Rede Ferroviária Pesada - Existente
- Rede Ferroviária Pesada - Proposta
- Rede Ferroviária Pesada - Túnel Existente
- Rede Ferroviária Pesada - Túnel Proposto

#### INTERFACES

- Interface de Mercadorias - Nível 1
- Interface de Passageiros - Nível 1
- Interface de Passageiros - Nível 2
- Interface de Passageiros - Nível 3
- Terminal de Mercadorias
- Terminal de Passageiros



Parcela em análise



Direcção Municipal de Planeamento Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

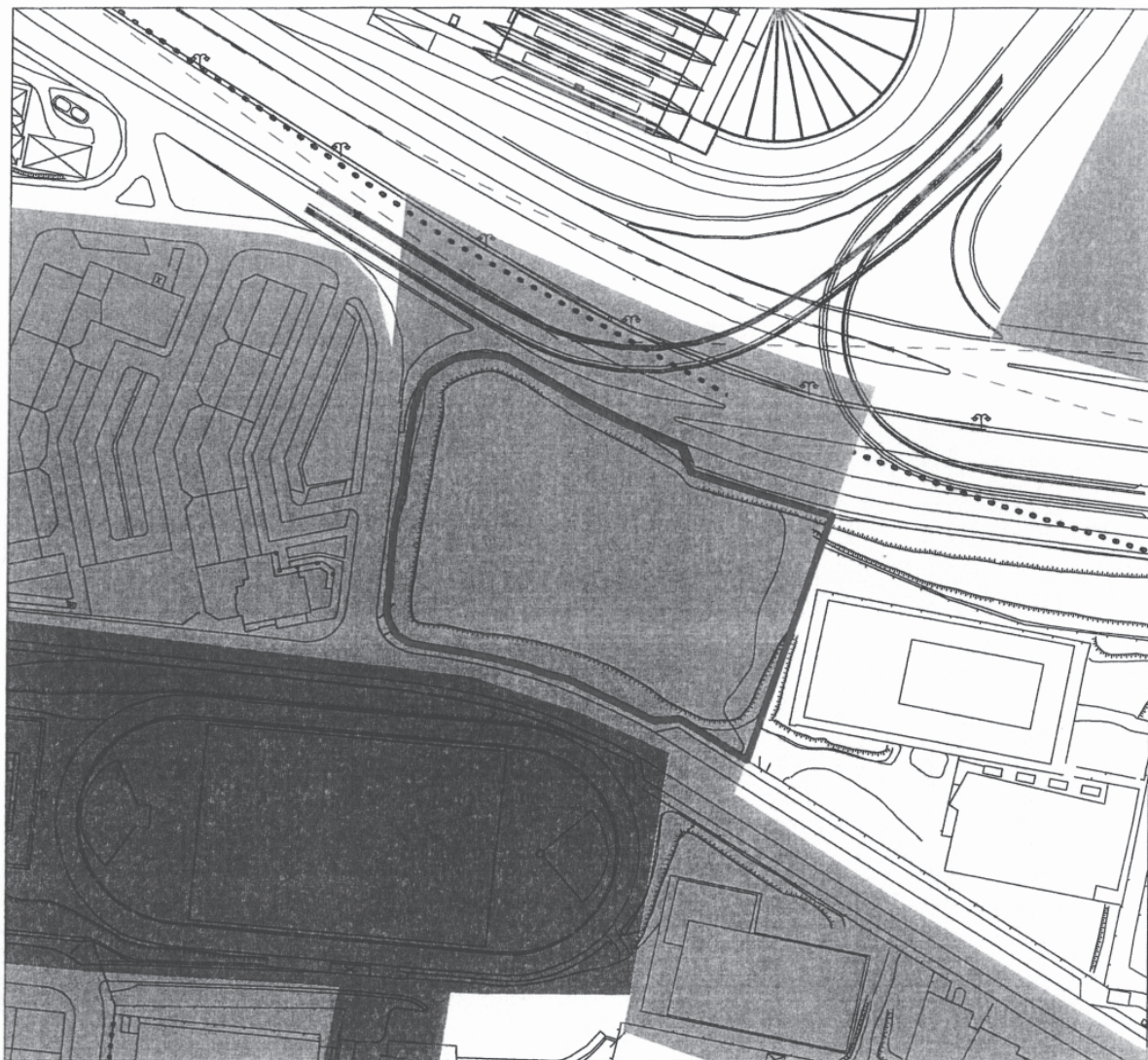
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
PLANTA DE ORDENAMENTO  
Classificação do Espaço Urbano  
EXTRACTO

Fonte: CM/LDPPEL - 1995.  
Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000





#### CATEGORIAS DE ESPAÇO URBANO

- Área Histórica Habitacional
- Área Histórica da Baixa
- Quintas Integradas nas Áreas Históricas
- Área Consolidada de Moradias
- Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Habitacional
- Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Terciária
- Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva Mista
- Área Consolidada Industrial
- Área de Reconversão Urbanística Habitacional
- Área de Reconversão Urbanística Mista
- Área de Estruturação Urbanística Habitacional
- Área de Estruturação Urbanística Terciária
- Área de Estruturação Urbanística Mista
- Área Verde de Recreio
- Área Verde de Protecção
- Área Verde de Produção
- Quintas e Jardins Históricos
- Quintas a Reconverter
- Áreas de Usos Especiais
- Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos
- Área de Investigação e Tecnologia
- Zona de Intervenção da EXPO 98

#### REDE RODOVIÁRIA PRINCIPAL

- Via Arterial Existente
- Via Arterial Proposta
- Via Principal Existente
- Via Principal Proposta
- Túnel Existente
- Túnel Proposto
- Via em Construção
- Vias

#### NÓS

- 1 Nivel 1
- 2 Nivel 2
- 3 Nivel 3

#### REDE FERROVIÁRIA

- Rede Ferroviária Pesada - Existente
- Rede Ferroviária Pesada - Proposta
- Rede Ferroviária Pesada - Túnel Existente
- Rede Ferroviária Pesada - Túnel Proposto

#### INTERFACES

- Interface de Mercadorias - Nivel 1
- Interface de Passageiros - Nivel 1
- Interface de Passageiros - Nivel 2
- Interface de Passageiros - Nivel 3
- Terminal de Mercadorias
- Terminal de Passageiros

Parcela em análise

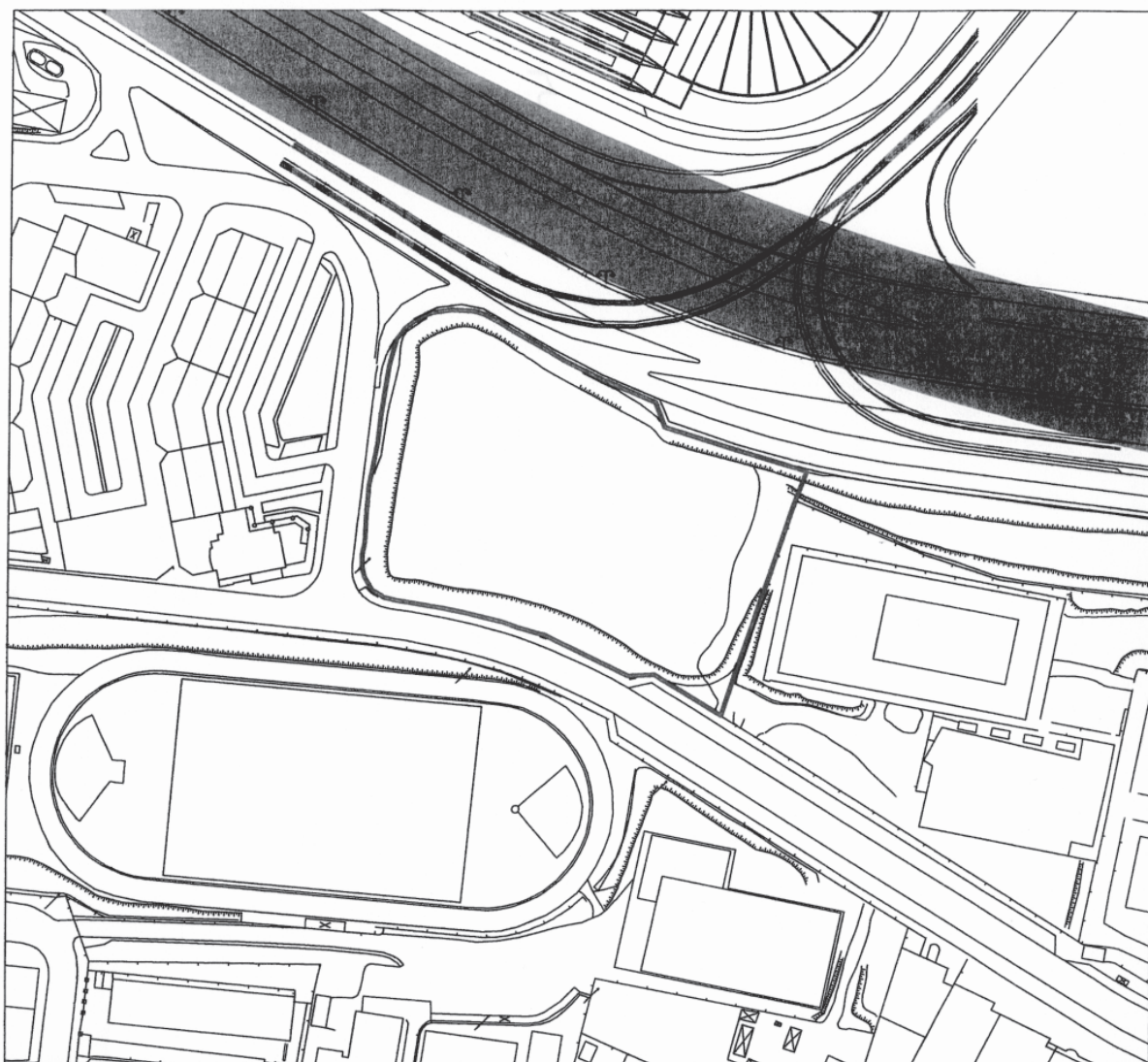







Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
PLANTA DE ORDENAMENTO  
Classificação do Espaço Urbano / Proposta de alteração  
EXTRACTO  
Fonte: CM/LDPPEL - 1995.  
Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000



-  Sistema Seco
-  Sistema Húmido
-  Sistema de Corredores
-  Áreas Integradas na Estrutura Verde da Cidade
-  Logradouros Integrados na Estrutura Verde da Cidade

 Parcela em análise



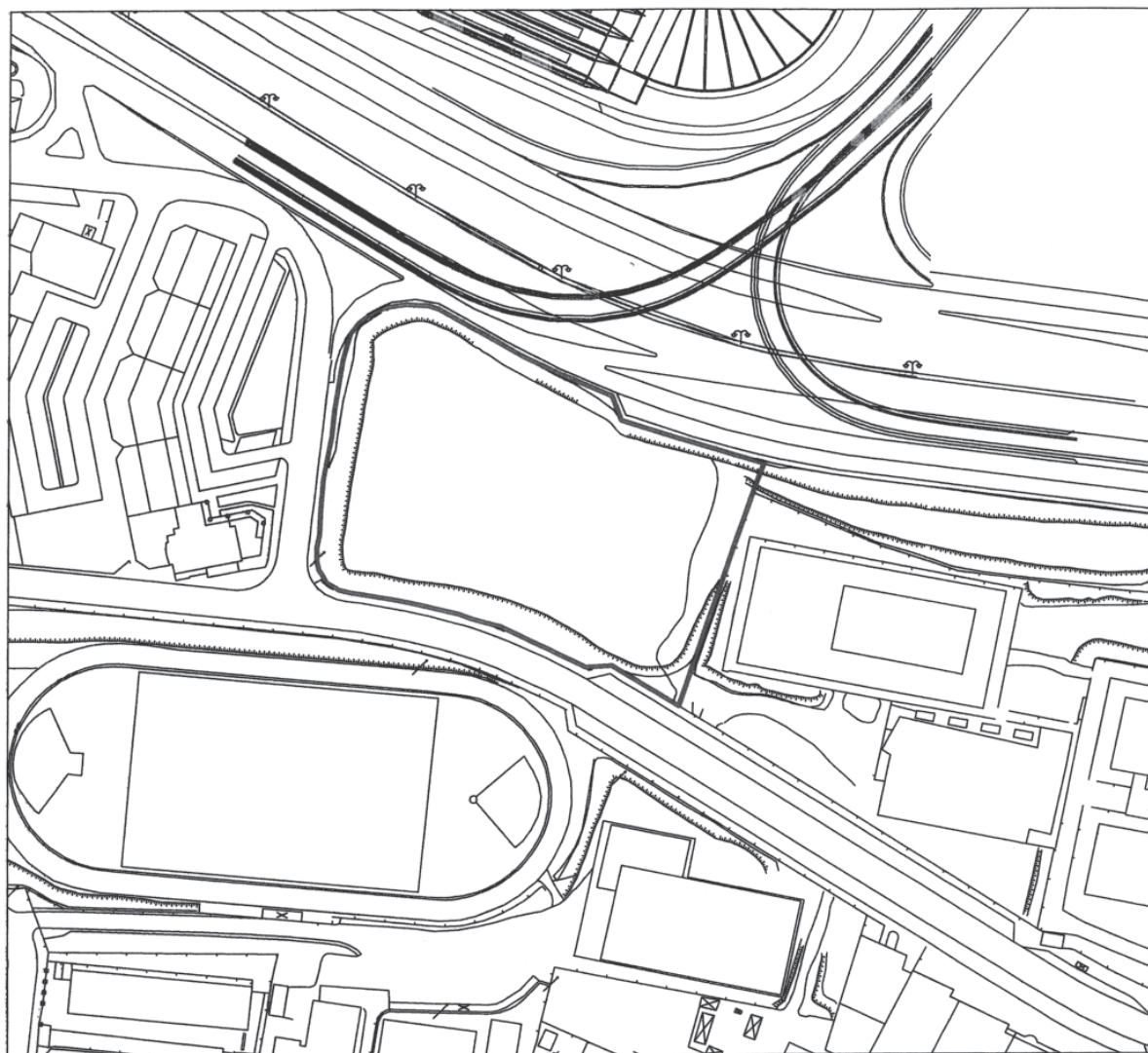
Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
PLANTA DE ORDENAMENTO  
Componentes Ambientais Urbanas - I  
EXTRACTO  
Fonte: CML/DPPEL - 1995.  
Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000





-  Conjunto Urbano Edificado
-  Azinhagas
-  Núcleos de Interesse Histórico
-  Espaço Público Ribeirinho
-  Cumeadas Principais
-  Vales e Frente Ribeirinha
-  Pontos de Vista
-  Zona de Risco da Área Industrial de Cabo Ruivo
-  Zona de maior Risco Sísmico sujeita a Condicionantes

 Parcela em análise



Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
PLANTA DE ORDENAMENTO  
Componentes Ambientais Urbanas - II  
EXTRACTO  
Fonte: CMLÖPPEL - 1995.  
Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000



— Caminhos de ferro

**CORREDORES DE ALTA TENSÃO**

- AT 1
- AT 2
- AT 3
- AT 4
- AT 5

**AQUEDUTOS**

- 1
- 2
- 3
- Junta Autónoma das Estradas
- Feixe hertziano
- Feixe hertziano militar
- △ Vértices Geodésicos

■ Escolas

Aeroporto de Lisboa

Administração do Porto de Lisboa

Estabelecimentos tutelares de menores

3 Travessia do Tejo

Zona de Protecção da 3 Travessia do Tejo

Edifícios públicos

Instalações militares

Regime Florestal

Conduta de abastecimento de combustível ao Aeroporto

Reserva Ecológica Nacional

Parcela em análise



Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

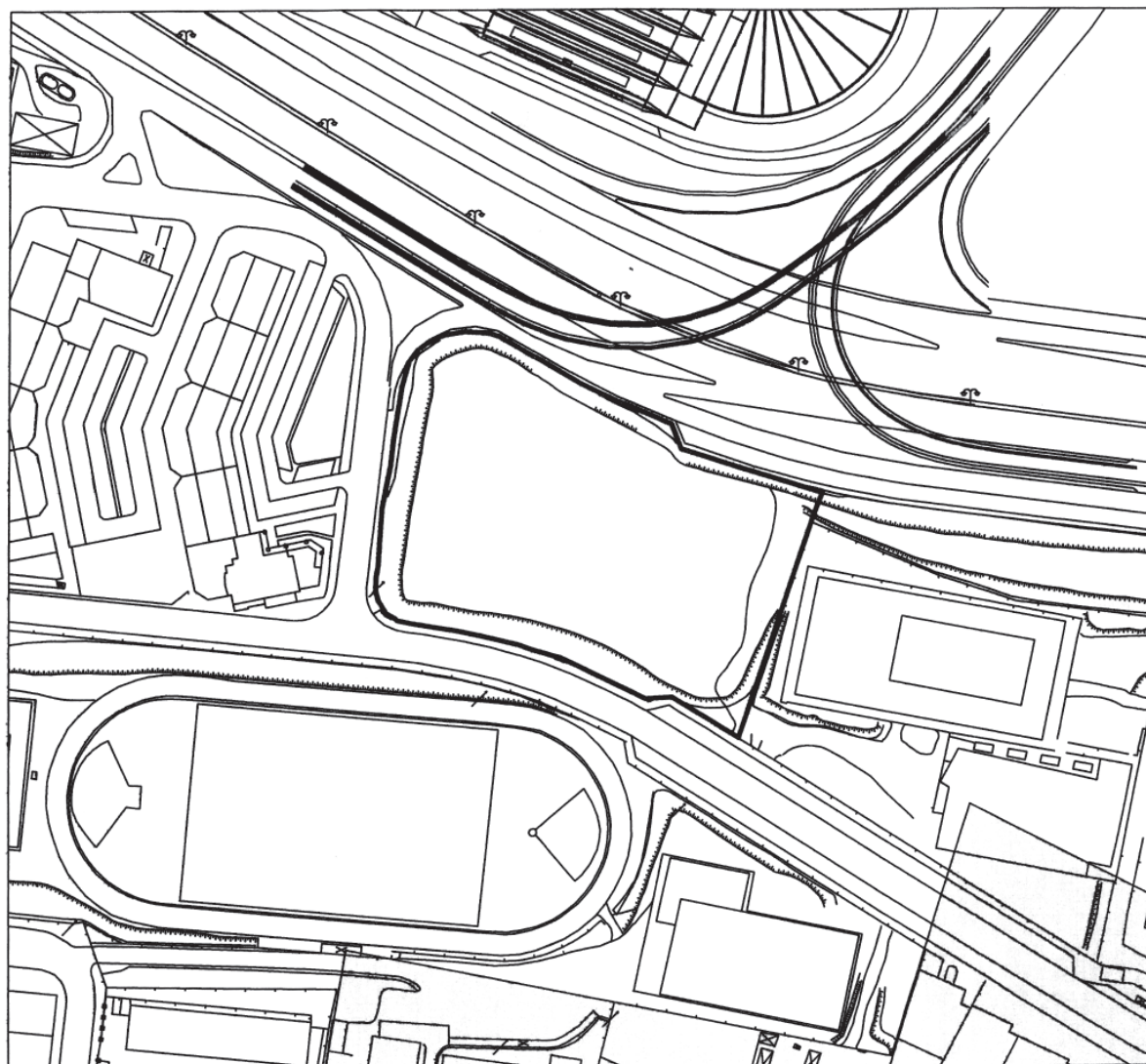
**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
PLANTA DE CONDICIONANTES  
Outras Serviços e Restrições de Utilidade Pública  
EXTRACTO**







Fonte: CML/DPPEL - 1995.  
Dezembro 2005

60 0 60 Metros

1:2000





-  Monumento Nacional
-  Imóveis de Interesse Público
-  Imóveis em Vias de Classificação
-  Imóveis de Valor Concelhio
-  Zona de Protecção
-  Zona Especial de Protecção

 Parcela em análise



Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

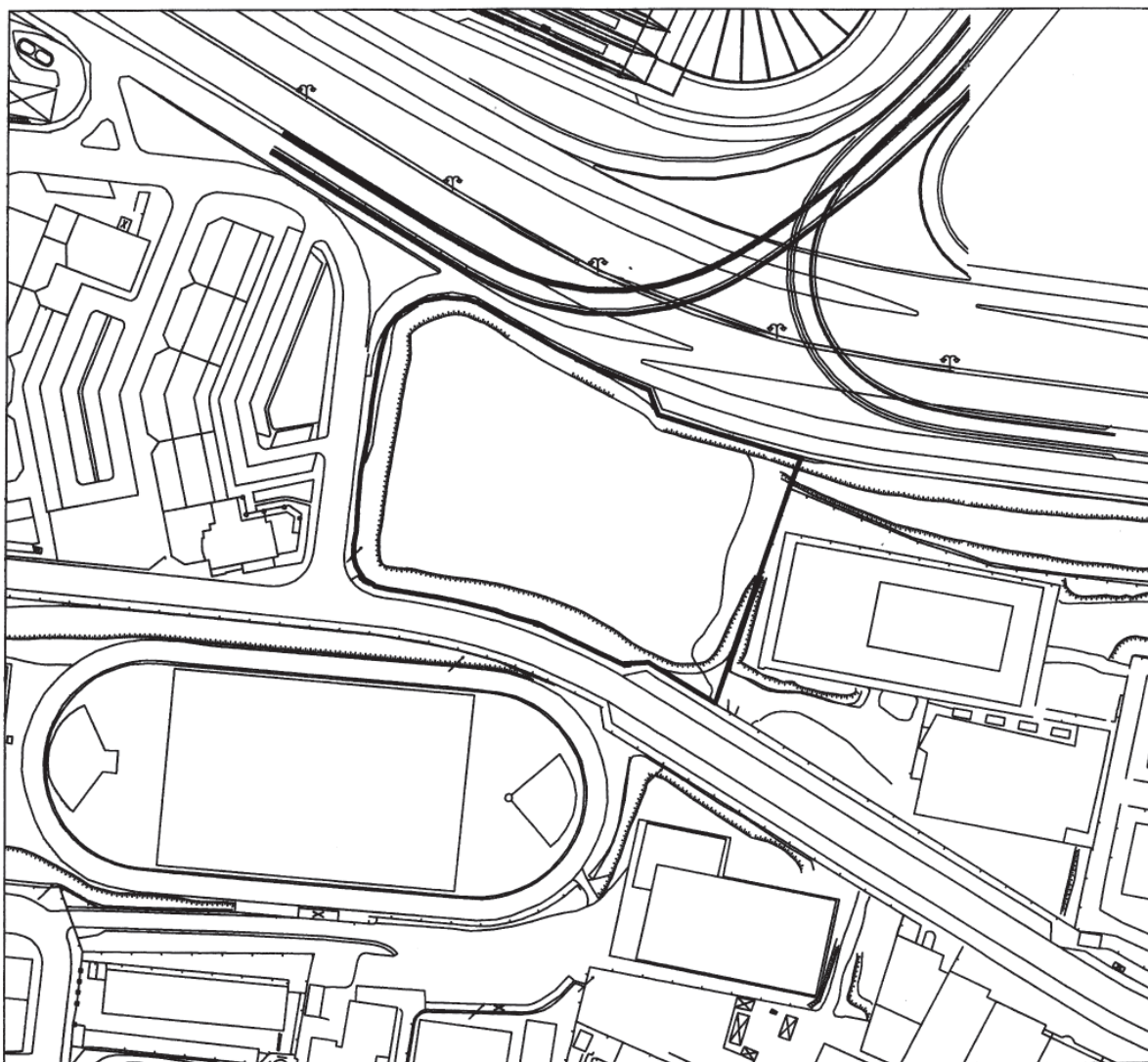
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
PLANTA DE CONDICIONANTES - II  
Inventário Municipal do Património  
EXTRACTO




Fonte: CML/DPPEL - 1995.  
IPPAR - 1999

Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000



-  Imóvel
-  Imóvel (com área anexa)
-  Conjunto edificado

**ÁREAS DE POTENCIAL VALOR ARQUEOLÓGICO**

-  Nível de Intervenção 1
-  Nível de Intervenção 2

-  Parcela em análise



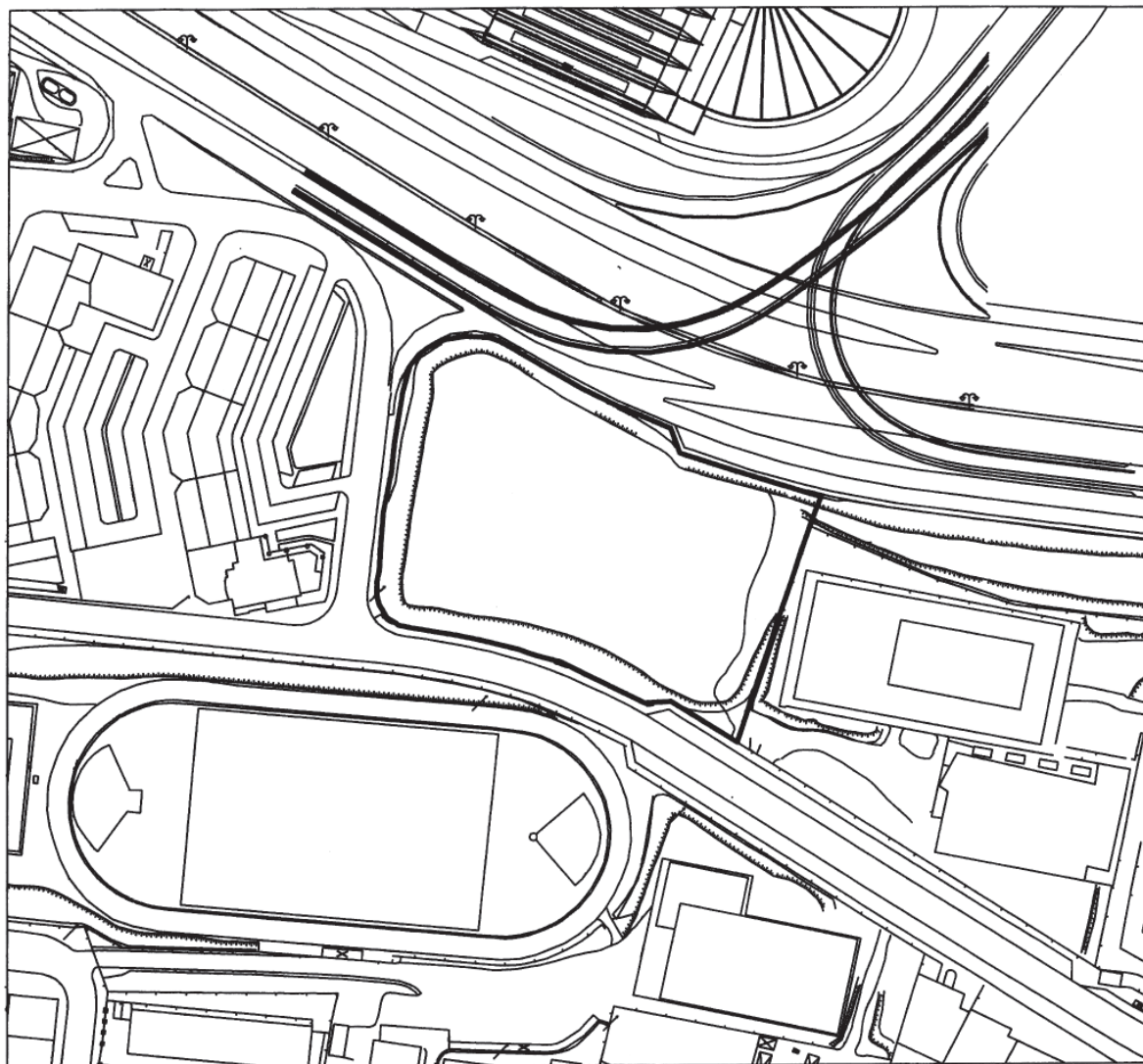
Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL**  
**PLANTA DE ORDENAMENTO**  
Inventário Municipal do Património  
EXTRACTO

Fonte: CML/DPPEL - 1995.  
Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000



 Parcela em análise



Direcção Municipal de Planeamento  
Urbano  
Departamento de Planeamento Urbano  
DCIP

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL  
PLANTA DE ORDENAMENTO  
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão  
EXTRACTO  
Fonte: CML/DPPEL - 1005.  
Dezembro 2005

50 0 50 Metros

1:2000



- Deliberação n.º 6/AM/2006:

#### **Deliberação n.º 6/AML/2006**

Constituição da Comissão Eventual Para a Revisão do Regimento, das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Lisboa, da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Transferência da Titularidade de Fogos Situados em Marvila, Bairro das Amendoeiras e Bairro dos Lóios, do IGAPHE para a Fundação D. Pedro IV e da Comissão Eventual para Apreciação dos Procedimentos Administrativos que Recaíram Sobre a Designada Casa Almeida Garrett e Acompanhamento das Medidas Necessárias à Preservação da Memória do Escritor;

Ao abrigo e nos termos do artigo 60.º do seu Regimento:

Elenco

Comissão Eventual para a Revisão do Regimento;

*Nota:* Propõe-se o prazo de 60 dias, a contar da data da tomada de posse dos membros da Comissão para apresentação do respectivo Relatório.

Comissões Permanentes

1.ª Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico.

2.ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida.

3.ª Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade.

4.ª Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais.

5.ª Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto.

6.ª Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura.

7.ª Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil.

8.ª Comissão Permanente para a Promoção da Igualdade de Direitos e de Oportunidades.

9.ª Comissão Permanente da Divisão Administrativa da Cidade.

10.ª Comissão Permanente para o Acompanhamento do Plano Director Municipal.

Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Transferência da Titularidade de Fogos Situados em Marvila, Bairro das Amendoeiras e Bairro dos Lóios, do IGAPHE para a Fundação D. Pedro IV.

Comissão Eventual para Apreciação dos Procedimentos Administrativos que Recaíram Sobre a Designada Casa Almeida Garrett e Acompanhamento das Medidas Necessárias à Preservação da Memória do Escritor.

#### *Composição das Comissões*

Ao abrigo e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 62.º do Regimento e com ressalva do disposto nos seus n.ºs 4 e 5, a composição das Comissões seria fixada do seguinte modo:

- PSD: 4 Deputados Municipais;
- PS: 3 Deputados Municipais;
- PCP: 2 Deputados Municipais;

- BE: 1 Deputado Municipal;
- CDS/PP: 1 Deputado Municipal;
- PEV: 1 Deputado Municipal.

#### *Indicação dos membros*

Ao abrigo e nos termos dos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do artigo 62.º do Regimento, os Grupos Municipais com assento na Assembleia procedem à indicação dos membros efectivos e suplentes das Comissões sendo marcado como prazo para esse efeito, o dia 6 de Fevereiro de 2006.

#### *Posse*

Ao abrigo e nos termos do n.º 1 do artigo 64.º do Regimento, é agendada a posse dos membros das Comissões para o dia 7 de Fevereiro de 2006, às 14 horas e 30 minutos, nas instalações da Assembleia Municipal.

Método proposto para o processo de escolha das Presidências e Secretariados das 13 Comissões acima referenciadas: Lista única de 26 lugares, seguindo as séries do mapa de resultados apurados com base no Método de Hondt, evitando-se, que o mesmo Partido ocupe em simultâneo na mesma Comissão, os lugares de Presidente e de Secretário.

Ordem da escolha dos lugares de acordo com o mapa de resultados apurado com base no Método de Hondt:

#### *Partidos*

- 1.º PSD
- 2.º PS
- 3.º PSD
- 4.º PSD
- 5.º PS
- 6.º PSD
- 7.º PCP
- 8.º PSD
- 9.º PS
- 10.º PSD
- 11.º PSD
- 12.º PS
- 13.º PSD
- 14.º PCP
- 15.º PSD
- 16.º PS
- 17.º PSD
- 18.º BE
- 19.º PSD
- 20.º PS
- 21.º PSD
- 22.º PCP
- 23.º PSD

24.º PS  
25.º PSD  
26.º PSD

(Aprovada por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 7/AM/2006:*

#### **Deliberação n.º 7/AM/2006**

### Forma de constituição das representações externas da Assembleia Municipal de Lisboa

#### Bloco 1

Entidades - Número de representantes da AML

Comissão Concelhia de Saúde [nos termos da alínea *f*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro] - 1.

Conselho Municipal das Comunidades e Minorias Étnicas [nos termos da alínea *b*) do artigo 4.º da Proposta n.º 55/93, de 10 de Fevereiro e da Deliberação n.º 455/AM/93, de 18 de Março] - 1.

Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência [nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento constante da Deliberação n.º 88/AM/97 (Deliberação n.º 571/CM/97, publicado no *Boletim Municipal* n.º 191, de 14 de Outubro)] - 1.

Comissão Municipal de Lisboa [nos termos da alínea *b*) do n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março (cfr. o n.º 1 do artigo 3.º da Proposta do Regulamento interno de organização e funcionamento da Comissão Municipal)] - 1.

Conselho Geral da EMARLIS - Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E. M. [nos termos da alínea *c*) do artigo 15.º dos respectivos Estatutos, publicados no *Boletim Municipal* n.º 285, de 5 de Agosto de 1999] - 5.

Conselho Geral da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E. M. [nos termos da alínea *c*) do artigo 15.º dos respectivos Estatutos, publicados no *Boletim Municipal* n.º 285, de 5 de Agosto de 1999, e em conformidade com as alterações introduzidas pela Proposta de alteração n.º 4/2003] - 4.

Ordem da escolha dos lugares: De acordo com o mapa de resultados apurado com base no Método de Hondt:

1.º PSD  
2.º PS  
3.º PSD  
4.º PSD  
5.º PS  
6.º PSD  
7.º PCP  
8.º PSD  
9.º PS  
10.º PSD  
11.º PSD  
12.º PS  
13.º PSD

#### Bloco 2

Entidades - Número de Presidentes de Junta de Freguesia, representantes da AML

Assembleia Distrital de Lisboa [nos termos da alínea *b*) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro] - 1.

Conselho Municipal de Segurança [nos termos da alínea *d*) do artigo 5.º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho e da alínea *f*) do artigo 4.º do Regulamento do respectivo Conselho, aprovado pela Deliberação n.º 55/AM/99, publicada no *Boletim Municipal* n.º 283, de 22 de Julho] - 8.

Conselho Municipal de Educação [nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, com a alteração introduzida pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto] - 1.

Ordem da escolha dos lugares: De acordo com o mapa de resultados apurado com base no Método de Hondt:

1.º PSD  
2.º PS  
3.º PSD  
4.º PSD  
5.º PS  
6.º PSD  
7.º PCP  
8.º PSD  
9.º PS  
10.º PSD

#### Bloco 3

Entidade - Número de representantes da AML

Conselho Municipal de Segurança [nos termos da alínea *j*) do artigo 5.º da Lei n.º 33/98 e da alínea *s*) do Regulamento do Conselho, aprovado pela Deliberação n.º 55/AM/99, com a alteração introduzida pela Deliberação n.º 51/AM/2002, publicada no *Boletim Municipal* n.º 463, de 2 de Janeiro] - 17 cidadãos de reconhecida idoneidade.

Método adoptado para a constituição da lista de nomes:

Dos 17 lugares existentes, cada Partido Político com assento na Assembleia Municipal de Lisboa indica um nome independentemente do número de eleitos e a escolha dos restantes 11 lugares terá por base o mapa de resultados apurado através do Método de Hondt, resultando a composição que a seguir se indica:

PSD - 8 representações;  
PS - 4 representações;  
PCP - 2 representações;  
BE - 1 representação;  
CDS/PP - 1 representação;  
PEV - 1 representação.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, CDS/PP e PEV) e abstenções (Bloco de Esquerda).]



## CÂMARA MUNICIPAL

### Deliberação

Reunião de Câmara realizada em 11 de Janeiro de 2006

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 11 de Janeiro de 2006, deliberou aprovar o seguinte Voto de Pesar que lhe foi presente e que tomou a forma de Deliberação, como se segue:

- *Voto de Pesar n.º 1/CM/2006* - Subscrito pelo Sr. Presidente:

Artur Manuel Moreira Ramos faleceu no dia 9 de Janeiro de 2005, aos 79 anos de idade, consagrando-se como um nome incontornável no teatro e igualmente na televisão.

Nasceu em Lisboa, em 20 de Novembro de 1926, tendo-se licenciado em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras e iniciado a sua carreira como actor amador no então Teatro do Salitre.

Em 1951, e durante os cinco anos que se seguiram, trocou a Literatura pelo Cinema, ingressando nos cursos de Realização e Montagem, em Paris, no Institut des Hautes Études Cinématographiques, beneficiando de uma bolsa do Governo Francês.

Regressou posteriormente a Portugal, onde iniciou a sua longa colaboração com a Radiotelevisão Portuguesa, tornando-se no primeiro realizador efectivo da RTP.

Ficou encarregue de dirigir as emissões experimentais da Feira Popular, em 1956, e a ele se deve uma das primeiríssimas séries televisivas de grande qualidade - «Retalhos da Vida de um Médico» - a partir da obra homónima de Fernando Namora.

Numa altura em que havia teatro na televisão, Artur Ramos foi o principal responsável de uma rubrica que apresentou aos portugueses obras da melhor dramaturgia mundial, dirigindo peças de Tchekov, Marivaux, Almeida Garrett, Gil Vicente, Óscar Wilde, Bernard Shaw, Cervantes, etc.

Enquanto encenador, destaca-se a direcção da peça de Samuel Beckett «Dias Felizes», tendo sido o primeiro encenador português a levar à cena uma peça daquele autor, que contou com as interpretações de Glicínia Quartin e Ruy Furtado.

No cinema, realizou os filmes «Pássaros de Asas Cortadas», a partir de uma obra de Luiz Francisco Rebello e «A Noite e a Madrugada», com base num original de Fernando Namora.

Artur Ramos foi ainda um activo democrata, tendo aderido ao Partido Comunista Português, primeiramente em clandestinidade, em 1957, e desenvolvido vasta actividade política, cultural e associativa em estruturas profissionais e de solidariedade internacional. Foi ainda crítico de teatro da Revista «Seara Nova» e professor no Conservatório Nacional.

Nos últimos anos da sua vida dedicou-se sobretudo à tradução, tendo publicado em colaboração com a sua mulher, vários ficcionistas contemporâneos.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

- 1 - Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do encenador e realizador Artur Manuel Moreira Ramos, que ocorreu no passado dia 9 de Janeiro;
- 2 - Atribuir ao Pelouro da Cultura a incumbência de preparar uma forma de homenagem adequada à sua memória.

(Aprovado por unanimidade.)

*Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras*

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 800

Assinatura Semestral: € 57,04 Assinatura Anual: € 114,08

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal*  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **Fax** 21 812 00 36 **E-mail:** imprensa.municipal@cm-lisboa.pt

*B O L E T I M*

# MUNICIPAL

*CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA*



## SUMÁRIO

### RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Convocatória - 2.º Aditamento (Sessão Ordinária de 2006/  
/09/26) - Rectificação  
pág. 1879

#### CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião Extraordinária de 13 de Setembro  
de 2006) - Rectificação  
pág. 1879

#### PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despacho n.º 236/P/2006  
pág. 1887

#### DIRECÇÕES MUNICIPAIS

#### SERVIÇOS CENTRAIS

#### DEPARTAMENTO JURÍDICO

#### DIVISÃO DE NOTARIADO E APOIO À CONTRATAÇÃO

Processo  
pág. 1888

#### DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

#### DIVISÃO DE ALVARÁS, ESCRIVANIA E TOPONÍMIA

Numeração de polícia  
pág. 1888

#### RECURSOS HUMANOS

#### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### DIVISÃO DE CADASTRO E REMUNERAÇÕES

Cessação de regime especial da semana de 4 dias  
pág. 1888

#### NÚCLEO DO PROCESSO DISCIPLINAR

Vacatura de lugar  
pág. 1888

#### GESTÃO URBANÍSTICA

#### DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E APRECIACÃO LIMINAR

Processos  
pág. 1888

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA I

DIVISÃO DA ZONA OCIDENTAL

**Processos**

*pág. 1890*

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA II

DIVISÃO DA ZONA NORTE

**Processos**

*pág. 1896*

DIVISÃO DA ZONA ORIENTAL

**Processos**

*pág. 1903*

**CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA**

**Processos**

*pág. 1906*

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO  
DE EDIFÍCIOS PARTICULARES

DIVISÃO DE PROJECTO

**Processos**

*pág. 1908*

**ACTIVIDADES ECONÓMICAS**

DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTOS

DIVISÃO DE GESTÃO DE FEIRAS, VENDA AMBULANTE  
E COMÉRCIO NÃO SEDENTÁRIO

**Requerimentos - Processos - Carta**

*pág. 1909*

**AMBIENTE URBANO**

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ESPAÇO  
PÚBLICO

DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

**Processos**

*pág. 1911*

**PROTECÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E TRÁFEGO**

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA  
E TRÁFEGO

**Processos - Revogação de despachos**

*pág. 1912*

**PROJECTOS E OBRAS**

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO  
E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

GABINETE DO DIRECTOR

**Autos de consignação de trabalhos - Autos de recepção  
provisória de trabalhos - Autos de recepção definitiva  
de trabalhos**

*pág. 1914*

DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO  
E CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES  
ELÉCTRICAS E MECÂNICAS

**Processo**

*pág. 1915*

**ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO**

**ANÚNCIOS**

**Anúncios de concurso - N.ºs 261/06/DCEP a 264/06/DCEP -  
N.ºs 220/06/DRGUP a 228/06/DRGUP**

*pág. 1916*

**AVISOS**

**N.ºs 39/2006 e 40/2006**

*pág. 1926*

**EDITAIS**

**N.ºs 61/2006 a 65/2006**

*pág. 1926*



# RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### Convocatória

Leva-se ao conhecimento dos Srs. Deputados Municipais, que a Sessão Ordinária iniciada no dia 26 de Setembro de 2006 prosseguirá no próximo dia 3 de Outubro, pelas 15 horas, no Fórum Lisboa - Avenida de Roma, 14, com a restante Ordem de Trabalhos.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2006/09/26.

A Presidente,

(a) *Paula Teixeira da Cruz*

### 2.º Aditamento

São aditados à Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária do dia 26 de Setembro de 2006 os seguintes pontos:

11 - *Proposta n.º 418/2006* - Aprovar a repartição de encargos para o «Fornecimento de sacos de polietileno (PEBD) de 30 e 50 litros de cor preta, azul e amarela», nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

12 - *Proposta n.º 419/2006* - Aprovar a repartição de encargos para o «Fornecimento de 300 000 conjuntos de fitas em PEAD», nos termos da proposta, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2006/09/27.

Pel'a Presidente,

(a) *Jorge Antas*

### Rectificação

No 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 623, de 2006/01/26, em «Assembleia Municipal - Deliberações - Reunião de Assembleia realizada em 24 de Janeiro de 2006 - Deliberação n.º 3/AM/2006 (Proposta n.º 847/2005) - Subscrita pelo Vereador Pedro Feist», folhas 248 (57), 2.ª coluna, linhas 38, onde se lê: «... 30 000 conjuntos de fitas...», deve ler-se: «... 300 000 conjuntos de fitas...», e folhas 248 (58), 1.ª coluna, linhas 16, onde se lê: «... 30 000 conjuntos de fitas...», deve ler-se: «... 300 000 conjuntos de fitas...».

## CÂMARA MUNICIPAL

### Deliberações

Reunião Extraordinária de Câmara realizada em 13 de Setembro de 2006

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 13 de Setembro de 2006, deliberou aprovar as seguintes Propostas que lhe foram presentes e que tomaram a forma de Deliberações, como se seguem:

- *Voto de Pesar n.º 6/CM/2006* - Subscrito pela Câmara:

Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio faleceu no dia 11 de Setembro de 2006, aos 70 anos de idade, vítima de doença prolongada.

Maria Teresa Ambrósio foi uma cidadã exemplar, que pugnou ao longo da sua vida pela elevação do papel da mulher portuguesa nos campos da Cultura, da Educação e da Política, às quais consagrou a sua vida.

Foi eleita Deputada à Assembleia da República pelo Partido Socialista (1976-1983), tendo sido eleita Presidente da Comissão Parlamentar da Condição Feminina, Vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e Vice-presidente da Comissão Parlamentar de Educação.

Foi igualmente eleita Deputada pelo Partido Socialista à primeira Assembleia Municipal de Lisboa, em 1977, onde assumiu o lugar de 2.ª Secretária da Assembleia, entre 1977 e 1979.

Maria Teresa Ambrósio foi, ainda, entre 1996 e 2002, a primeira mulher a presidir ao Conselho Nacional de Educação, cargo para o qual foi eleita pela Assembleia da República.

A nível internacional, para além de Professora Agregada da Universidade de Tours, foi Maria Teresa Ambrósio também consultora da Comunidade Europeia e da Unesco para as áreas da Educação, do Ensino Superior e da Formação.

Podemos destacar do seu vasto *curriculum* académico:

- Doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade de Tours (Doctorat d'Etat) e pela Universidade de Lisboa;
- Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Grenoble (1975);
- Licenciatura em Ciências Físico-Químicas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1959);
- Professora Associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa - Departamento das Ciências e Tecnologias de Educação e Formação;
- Professora «Agrégee» da Universidade de Tours - François Rabelais;
- Membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa;

- Membro da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação;
- Membro da Associação Internacional de Língua Francesa de Investigação Educativa;
- Membro do Conselho Executivo da Rede Europeia da Modelisation de la Complexité;
- Participante em várias Redes Internacionais de Formação de Recursos Humanos, Mudança Social e Desenvolvimento.

A Câmara Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera:

- 1 - Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento da Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio;
- 2 - Recomendar à Comissão Municipal de Toponímia que pondere a atribuição do nome da Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Ambrósio a uma artéria, praça, ou jardim de Lisboa, cidade que ela tanto amou;
- 3 - Recomendar à Comissão Municipal de Toponímia que pondere a atribuição do nome da Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Ambrósio a uma Escola da cidade de Lisboa, por ser a Educação uma área a que ela se dedicou a vida a inteira.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 417/CM/2006* (Proposta n.º 417/2006) - Subscrita pelo Sr. Vice-presidente e pelo Vereador Pedro Feist;

Considerando que:

- 1 - O teor e o sentido de documentos como o Protocolo de Kyoto (Quioto) e de Lisboa, o Relatório da World Commission on Environment and Development (WCED) «Our common future» de 1987 (mais conhecido como Brundtland Report), a declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992) e da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis lançada na Conferência de Aalborg, que alerta para a necessidade de medidas urgentes para a defesa do meio ambiente e consequente melhoria do desempenho energético-ambiental das cidades, e deu já origem a documentos como a Carta de Aalborg, o Plano de Acção de Lisboa denominado «da Carta à Acção», a Declaração de Hanôver e mais recentemente a Declaração de Joanesburgo;
- 2 - A Lisboa E-NOVA - Agência Municipal de Energia - Ambiente de Lisboa, é uma Associação que tem por objecto contribuir para a gestão da procura da energia, a eficiência energética, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, a gestão ambiental na interface com a energia e para o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável na cidade de Lisboa;
- 3 - Com vista à prossecução do seu objecto, esta Associação deverá promover e colaborar, junto da Câmara Municipal de Lisboa, na definição, aplicação e desenvolvimento da estratégia energético-ambiental e da estratégia para a mobilidade da cidade, integrando estas estratégias no planeamento e na gestão urbana;

- 4 - Em cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa, propõe-se desenvolver o projecto «Veículos Mais Amigos do Ambiente», cujo objectivo passa pela sensibilização dos munícipes da Cidade de Lisboa para a adopção de veículos que contribuam para a optimização do desempenho energético-ambiental da cidade;
- 5 - O desenvolvimento deste projecto enquadra-se no facto de em Lisboa, os transportes serem responsáveis por 42 % do consumo de energia primária (dados de 2001) e dependerem essencialmente da disponibilidade de combustíveis fósseis, constituindo uma importante fonte de emissões de CO<sub>2</sub>, partículas e monóxido de carbono. Neste contexto, revela-se indispensável avaliar necessidades e identificar oportunidades de intervenção que levem a um melhor desempenho energético-ambiental no sector dos transportes, criando as condições para a dinamização de um mercado para «Veículos Mais Amigos do Ambiente»;
- 6 - Pretende-se com este Projecto reduzir a procura de energia primária, mediante, entre outras medidas, o aumento da eficiência dos transportes; o aumento da diversificação da oferta de energia primária; o aumento da qualidade do ar na cidade ao eliminar a poluição de partículas; e o aumento da qualidade de vida na cidade ao reduzir a poluição sonora;
- 7 - A Câmara Municipal de Lisboa pretende liderar com boas práticas o processo de planeamento e de gestão urbana, à luz dos valores do desenvolvimento sustentável, promovendo a eficiência energética e as energias renováveis a par de uma maior qualidade de vida para os cidadãos de hoje e para as gerações que habitem a cidade no futuro;
- 8 - Estão previstas iniciativas concertadas com a Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o desenvolvimento de um plano de avaliação de renovação de frotas, tendo em consideração os benefícios energético-ambientais associados, em função das condições de disponibilidade de infra-estruturas de abastecimento energético para as soluções tecnológicas disponíveis, a proposta de introdução de sistema de certificação energético-ambiental de veículos («eco labeling») e a criação de uma nova categoria de veículo nas Centrais de Compras;
- 9 - Este projecto, a implementar em Lisboa, insere-se no Plano para a Mobilidade Sustentável de Lisboa, e representa uma iniciativa que deverá ser divulgada e aplicada a outros Municípios nacionais;
- 10 - As Partes propõem-se colaborar entre si com o objectivo de criar as condições necessárias para a promoção da adopção de «Veículos Mais Amigos do Ambiente», veículos com um melhor desempenho energético-ambiental;
- 11 - O papel da Lisboa E-NOVA será o de promover e coordenar todas as acções, dinamizando as melhores práticas que garantam o desenvolvimento equilibrado do território, melhorem a qualidade do ambiente, promovam a produção e consumo sustentáveis e evoluam para uma Lisboa solidária e do conhecimento, uma cidade que proporciona aos seus cidadãos uma melhor qualidade de vida;
- 12 - O Projecto «Veículos Mais Amigos do Ambiente» já consta do Plano de Actividades para 2006 da Lisboa E-NOVA;
- 13 - De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos da Lisboa E-NOVA, constituem receitas da Associação os apoios financeiros que sejam atribuídos pela Câmara Municipal de Lisboa ou por outras entidades públicas ou privadas;

14 - De acordo com a alínea *b)* do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, constitui competência da Câmara Municipal de Lisboa apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, designadamente de carácter social, cultural, recreativa e desportiva.

Temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo dos artigos 64.º, n.º 4, alínea *b)*, e 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

1 - Aprovar a celebração de um Protocolo entre o Município de Lisboa e a Lisboa E-NOVA, Agência Municipal de Energia - Ambiente de Lisboa, bem como a respectiva minuta, que se junta, e que aqui se dá por integralmente reproduzida;

2 - Autorizar a despesa resultante da Cláusula 4.ª da Minuta do Protocolo referido em 1, relativa a atribuição de subsídio no montante de 30 000 euros (trinta mil euros);

3 - Autorizar uma repartição de encargos referente ao subsídio indicado em 2, com incidência nos anos económicos de 2006 e 2007, conforme abaixo se indica:

- Em 2006: 15 000 euros;

- Em 2007: 15 000 euros.

O encargo relativo ao ano de 2006 tem cabimento na Rubrica 09.01/05.01.01.02.01 do Orçamento em vigor, no âmbito do projecto «Lisboa E-NOVA - Agência Mun. Energia», Código 03/03/A202 do Plano de Actividades.

(Aprovada por maioria, com 8 votos a favor e 8 abstenções.)

### Protocolo de Cooperação

#### «Veículos Mais Amigos do Ambiente»

Entre,

por um lado:

O Município de Lisboa, adiante também designado por CML, com sede nos Paços do Concelho, pessoa colectiva número 500051070, devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhor Professor António Carmona Rodrigues, com poderes para o acto,

e, por outro lado:

Lisboa E-NOVA - Agência Municipal de Energia - Ambiente de Lisboa, adiante designada por Lisboa E-NOVA, pessoa colectiva n.º 504194569, com sede no Município de Lisboa, neste acto representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Senhor Vereador António Prôa e pela Administradora-delegada, Senhora Arquitecta Livia Tirone, com poderes para o acto,

Adiante conjuntamente designadas por Partes,

E considerando que:

- a) O teor e o sentido de documentos como o Protocolo de Kyoto (Quioto) e de Lisboa, o Relatório da World Commission on Environment and Development (WCED) «Our common future» de 1987 (mais conhecido como Brundtland Report), a declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992) e da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis lançada na Conferência de Aalborg, que alerta para a necessidade de medidas urgentes para a defesa do meio ambiente e consequente melhoria do desempenho energético-ambiental das cidades, e deu já origem a documentos como a Carta de Aalborg, o Plano de Acção de Lisboa denominado «da Carta à Acção», a Declaração de Hanóver e mais recentemente a Declaração de Joanesburgo;
- b) A Lisboa E-NOVA - Agência Municipal de Energia - Ambiente de Lisboa, é uma Associação que tem por objecto contribuir para a gestão da procura da energia, a eficiência energética, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, a gestão ambiental na interface com a energia e para o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável na cidade de Lisboa;
- c) Com vista à prossecução do seu objecto, esta Associação deverá promover e colaborar, junto da Câmara Municipal de Lisboa, na definição, aplicação e desenvolvimento da estratégia energético-ambiental e da estratégia para a mobilidade da cidade, integrando estas estratégias no planeamento e na gestão urbana;
- d) Em cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa, propõe-se desenvolver o projecto «Veículos Mais Amigos do Ambiente», cujo objectivo passa pela sensibilização dos munícipes da Cidade de Lisboa para a adopção de veículos que contribuam para a optimização do desempenho energético-ambiental da cidade;
- e) O desenvolvimento deste projecto enquadra-se no facto de em Lisboa, os transportes serem responsáveis por 42 % do consumo de energia primária (dados de 2001) e dependerem essencialmente da disponibilidade de combustíveis fósseis, constituindo uma importante fonte de emissões de CO<sub>2</sub>, partículas e monóxido de carbono. Neste contexto, revela-se indispensável avaliar necessidades e identificar oportunidades de intervenção que levem a um melhor desempenho energético-ambiental no sector dos transportes, criando as condições para a dinamização de um mercado para «Veículos Mais Amigos do Ambiente»;
- f) Pretende-se com este Projecto reduzir a procura de energia primária, mediante, entre outras medidas, o aumento da eficiência dos transportes; o aumento da diversificação da oferta de energia primária; o aumento da qualidade do ar na cidade ao eliminar a poluição de partículas; e o aumento da qualidade de vida na cidade ao reduzir a poluição sonora;
- g) A Câmara Municipal de Lisboa pretende liderar com boas práticas o processo de planeamento e de gestão urbana, à luz dos valores do desenvolvimento sustentável, promovendo a eficiência energética e as energias renováveis a par de uma maior qualidade de vida para os cidadãos de hoje e para as gerações que habitem a cidade no futuro;



- h) Estão previstas iniciativas concertadas com a Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o desenvolvimento de um plano de avaliação de renovação de frotas, tendo em consideração os benefícios energético-ambientais associados, em função das condições de disponibilidade de infra-estruturas de abastecimento energético para as soluções tecnológicas disponíveis, a proposta de introdução de sistema de certificação energético-ambiental de veículos («eco labelling») e a criação de uma nova categoria de veículo nas Centrais de Compras;
- i) Este projecto, a implementar em Lisboa, insere-se no Plano para a Mobilidade Sustentável de Lisboa, e representa uma iniciativa que deverá ser divulgada e aplicada a outros Municípios nacionais;
- j) As Partes propõem-se colaborar entre si com o objectivo de criar as condições necessárias para a promoção da adopção de «Veículos Mais Amigos do Ambiente», veículos com um melhor desempenho energético-ambiental;
- k) O papel da Lisboa E-NOVA será o de promover e coordenar todas as acções, dinamizando as melhores práticas que garantam o desenvolvimento equilibrado do território, melhorem a qualidade do ambiente, promovam a produção e consumo sustentáveis e evoluam para uma Lisboa solidária e do conhecimento, uma cidade que proporciona aos seus cidadãos uma melhor qualidade de vida;
- l) O Projecto «Veículos Mais Amigos do Ambiente» já consta do Plano de Actividades para 2006 da Lisboa E-NOVA;
- m) De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos da Lisboa E-NOVA, constituem receitas da Associação os apoios financeiros que sejam atribuídos pela Câmara Municipal de Lisboa ou por outras entidades públicas ou privadas;
- n) De acordo com a alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, constitui competência da Câmara Municipal de Lisboa apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, designadamente de carácter social, cultural, recreativa e desportiva.

É celebrado e reciprocamente aceite o presente Protocolo de Cooperação, que se rege pelas cláusulas seguintes:

### Cláusula 1.ª

#### Objecto do Protocolo

1 - O presente Protocolo tem por objecto a cooperação entre as Partes no sentido de promover a adopção de «Veículos Mais Amigos do Ambiente», no âmbito de um Projecto de Intervenção da Lisboa E-NOVA com o mesmo nome, com o objectivo de contribuir para a optimização do desempenho energético-ambiental da cidade de Lisboa.

2 - O objectivo referido no precedente n.º 1 será alcançado através das acções que se encontram descritas na ficha de projecto que constitui o Anexo 1 a este Protocolo e dele faz parte integrante.

### Cláusula 2.ª

#### Obrigações da CML

1 - Participar activamente na definição dos grandes objectivos do Projecto, da metodologia de trabalho e das equipas de representantes e dos interlocutores técnicos.

2 - Fornecer toda a informação técnica relevante para o bom desenvolvimento e realização do Projecto.

3 - Participar activamente no projecto através da presença em todas as reuniões de trabalho e de coordenação do presente Projecto, promovidas pela Lisboa E-NOVA e contribuir para o desenvolvimento e para a aprovação dos documentos de trabalho produzidos.

4 - Colaborar em todas as fases do Projecto, respeitando as definições que constam da ficha do projecto que constitui o Anexo 1.

5 - Contribuir activamente para a replicação das medidas implementadas com sucesso no âmbito do presente Projecto.

### Cláusula 3.ª

#### Obrigações da Lisboa E-NOVA

1 - Coordenar e dinamizar a realização global e específica do Projecto de Intervenção «Veículos Mais Amigos do Ambiente».

2 - Seleccionar e contactar os especialistas que colaborarão nas diferentes fases do Projecto.

3 - Entregar os documentos de trabalhos aos parceiros, os quais serão objecto de avaliação, discussão e validação, nas reuniões de coordenação.

### Cláusula 4.ª

#### Comparticipação

1 - A CML deverá participar à Lisboa E-NOVA a quantia de 30 000 euros, como apoio ao desenvolvimento do plano de trabalhos (Anexo 1) até WP13. As restantes acções serão desenvolvidas em função do apoio financeiro obtido a partir das parcerias a estabelecer com outras entidades, nos termos e condições a acordar entre as Partes Outorgantes.

2 - A participação no Projecto será ainda complementada pelos patrocínios que a Lisboa E-NOVA receberá de diferentes entidades, que serão convidadas a apoiar o Projecto.

### Cláusula 5.ª

#### Condições de pagamento

O valor definido no n.º 1 da Cláusula Quarta será pago à Lisboa E-NOVA da seguinte forma:

- Com a assinatura do presente Protocolo: 50 % (cinquenta por cento);
- Com o WP13 (Anexo 1): 50 % (cinquenta por cento).

## Cláusula 6.<sup>a</sup>

### Prazos de execução

O prazo de execução do objectivo constante do presente Protocolo é de doze meses, de acordo com a Ficha de Projecto «Veículos Mais Amigos do Ambiente» (Anexo 1), podendo ser alterado mediante acordo prévio das Partes.

## Cláusula 7.<sup>a</sup>

### Alargamento a novas entidades

O presente Protocolo poderá ser estendido a novas entidades que pretendam participar no respectivo Projecto, desde que as Partes nisso estejam de acordo, e nos termos e condições a acordar entre as Partes Outorgantes.

O presente Protocolo é feito em dois exemplares, ficando um exemplar, devidamente assinado, em poder de cada uma das Partes.

## ANEXO 1

### Projecto de Intervenção

«Veículos Mais Amigos do Ambiente»

#### Parceiros:

- Câmara Municipal de Lisboa;
- Lisboa E-NOVA - Agência Municipal de Energia - Ambiente de Lisboa (coordenação).

#### Apoio Institucional solicitado:

- IA - Instituto do Ambiente;
- DGGE - Direcção-Geral de Geologia e Energia;
- DGTT - Direcção-Geral dos Transportes Terrestres;
- DGV - Direcção-Geral de Viação;
- DGP - Direcção-Geral do Património;
- DGAIEC - Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
- ACAP - Associação de Comércio Automóvel de Portugal;
- APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural;
- APVE - Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico.

#### Objectivo:

Promoção da adopção de «Veículos Mais Amigos do Ambiente», com o objectivo de contribuir para a optimização do desempenho energético-ambiental da cidade.

#### Enquadramento:

Em Lisboa os transportes são responsáveis por 42 % do consumo de energia primária (dados de 2001) e dependem essencialmente da disponibilidade de combustíveis fósseis, constituindo uma importante fonte de emissões de CO<sub>2</sub>,

partículas e monóxido de carbono. Neste contexto, revela-se indispensável avaliar necessidades e identificar oportunidades de intervenção que levem a um melhor desempenho energético-ambiental no sector dos transportes, criando as condições para a dinamização de um mercado para «Veículos Mais Amigos do Ambiente».

Com o desenvolvimento do presente Projecto de Intervenção a Lisboa E-NOVA pretende contribuir para a optimização do desempenho energético-ambiental da cidade, alcançando melhorias nas seguintes áreas:

- Reduzir a procura de energia primária, aumentando, entre outras medidas, a eficiência dos transportes;
- Aumentar a diversificação da oferta de energia primária;
- Aumentar a qualidade do ar na cidade ao eliminar a poluição de partículas;
- Aumentar a qualidade de vida na cidade ao reduzir a poluição sonora.

Estão previstas iniciativas concertadas com a Câmara Municipal de Lisboa nomeadamente o desenvolvimento de um plano de avaliação de renovação de frotas, tendo em consideração os benefícios energético-ambientais associados, em função das condições de disponibilidade de infra-estruturas de abastecimento energético para as soluções tecnológicas disponíveis, a proposta de introdução de sistema de certificação energético-ambiental de veículos («eco labelling») e a criação de uma nova categoria de veículo nas Centrais de Compras. Este Projecto, a implementar em Lisboa, insere-se no Plano para a Mobilidade Sustentável de Lisboa, e representa uma iniciativa que deverá ser divulgada e aplicada a outros Municípios nacionais.

#### Programa de Trabalhos:

##### Fase A - Estrutura

#### WP1 - Definição da estrutura do Projecto:

Definição da estrutura (ficha) do Projecto e desenvolvimento das linhas de intervenção. Esta fase desenvolve-se antes da assinatura do Protocolo.

##### Fase B - Gestão do Projecto

#### WP2 - Constituição da equipa de gestão do Projecto e celebração do Protocolo:

Constituição da equipa de gestão do Projecto que incluirá a definição dos representantes e/ou interlocutores dos parceiros que representarão os parceiros e participarão na realização do Projecto. Para além da estrutura serão definidos os conteúdos (responsabilidades das Partes, cronograma, custo e financiamento, ...) do Protocolo para desenvolvimento do presente Projecto de Intervenção e celebração do Protocolo entre os Parceiros.

**WP3** - Definição das equipas técnicas e de acompanhamento do Projecto:

Definição das equipas e/ou interlocutores de cada um dos Parceiros, que colaborarão nas diferentes fases do Projecto. Poderão ser convidados a integrar este grupo, entidades ou especialistas de reconhecido mérito nesta área, cujo potencial contributo possa ser considerado relevante para o sucesso do Projecto.

**WP4** - Reuniões de coordenação:

A coordenação geral do Projecto será efectuada pela Lisboa E-NOVA. Cada documento de trabalho (WP) será apresentado aos parceiros para avaliação, discussão e validação, nas reuniões de coordenação.

**WP5** - Acções de comunicação interna e externa:

As acções de comunicação do presente Projecto de Intervenção serão desenvolvidas no âmbito dos Projectos de Comunicação de cada um dos Parceiros e das entidades com colaboração institucional, designadamente através das suas páginas na Internet, conferências de imprensa, acções de divulgação dos Projectos em que participam, etc.

No âmbito dos Projectos da Lisboa E-NOVA, serão desenvolvidas as seguintes acções de divulgação, dirigidas aos decisores políticos, aos agentes económicos e aos cidadãos em geral:

- Página de informação sobre o Projecto no Website da Lisboa E-NOVA;
- Divulgação do Projecto em Conferências, Workshops e Exposições organizadas pela Lisboa E-NOVA;
- Divulgação do Projecto em acções da Lisboa E-NOVA com a Imprensa;
- Divulgação do Projecto em Conferências e Workshops para as quais a Lisboa E-NOVA é convidada a comunicar;
- Divulgação do Projecto a todos os Associados da Lisboa E-NOVA, na qual se incluem alguns dos maiores frotistas locais e nacionais;
- Desenvolvimento e distribuição de Newsletters informáticas sobre o Projecto;
- Desenvolvimento de pacotes de informação sobre o Projecto, dirigidos a decisores políticos e à imprensa especializada;
- Mailing de divulgação dos documentos produzidos pelo Projecto para rede de contactos da Lisboa E-NOVA, na qual se inclui: Câmaras Municipais, Agências de Energia e Ambiente, Agentes económicos na área dos transportes e da mobilidade;
- Sessões de divulgação do Projecto no Ponto de Encontro do Espaço Lisboa E-NOVA;
- Elaboração de brochura sobre «Veículos Mais Amigos do Ambiente»;
- Outras acções de divulgação e comunicação específicas definidas com a equipa de gestão do Projecto, para as quais serão avaliadas as possibilidades de financiamento.

Fase C - Diagnóstico e Planeamento

**WP6** - Levantamento de iniciativas de sucesso:

- Revisão das iniciativas a nível Europeu e Mundial;
- Identificação de condições de aplicabilidade;
- Recomendações de implementação.

**WP7** - Levantamento da situação de referência:

Caracterização do parque de veículos da Câmara Municipal de Lisboa, desagregando por:

- Tipo de veículo (veículos ligeiros, veículos pesados, transporte individual, transporte de mercadorias, . . .);
- Utilização de combustível e infra-estruturas de abastecimento (Gasóleo, Gasolina, Gás natural, . . .);
- Exigências funcionais dos veículos (p.e., potência requerida, percursos efectuados, . . .).

**WP8** - Levantamento da oferta existente:

Identificação das tecnologias disponíveis no mercado, respectivo desempenho e potencial de aplicação por: tipo de veículo, fabricante e utilização de combustível (Eléctricos, Híbridos, Pilha de Combustível, Gás Natural, Biodiesel, etc. . . ).

**WP9** - Levantamento das disposições legais e regulamentares:

Levantamento das disposições legais e regulamentares aplicáveis em situação de renovação de frotas na Câmara Municipal de Lisboa.

**WP10** - Definição e determinação do significado do conceito «Veículo Mais Amigo do Ambiente».

Fase D - Concepção e viabilidade

**WP11** - Avaliação dos benefícios energético-ambientais associados à opção por «Veículos Mais Amigos do Ambiente»:

Quantificação da potencial redução de utilização de energia primária e de emissões poluentes.

**WP12** - Avaliação do potencial e desenvolvimento de estratégias de introdução de «Veículos Mais Amigos do Ambiente» na frota da Câmara Municipal de Lisboa:

Elaboração de matriz das oportunidades de intervenção de acordo com a situação de referência caracterizada em WP7. Quantificação do potencial de penetração por segmento, para cada tecnologia.

Fase E - Planos de acção

**WP13** - Desenvolvimento de ferramenta de apoio à decisão na escolha de veículos em situação de renovação da frota da Câmara Municipal de Lisboa.

**WP14** - Proposta de introdução de sistema de certificação energético-ambiental de veículos («eco labeling»).



**WP15** - Proposta de criação de uma nova categoria de veículo nas Centrais de Compras de acordo com o «eco-labeling».

**WP16** - Elaboração de brochura sobre «Veículos Mais Amigos do Ambiente» disponíveis no mercado, com exemplos de empresas, instituições ou particulares que optaram por este tipo de veículos.

**WP17** - Proposta de definição de zonas de circulação com discriminação positiva para os «Veículos Mais Amigos do Ambiente».

**WP18** - Outros planos de acção.

Fase F - Disseminação

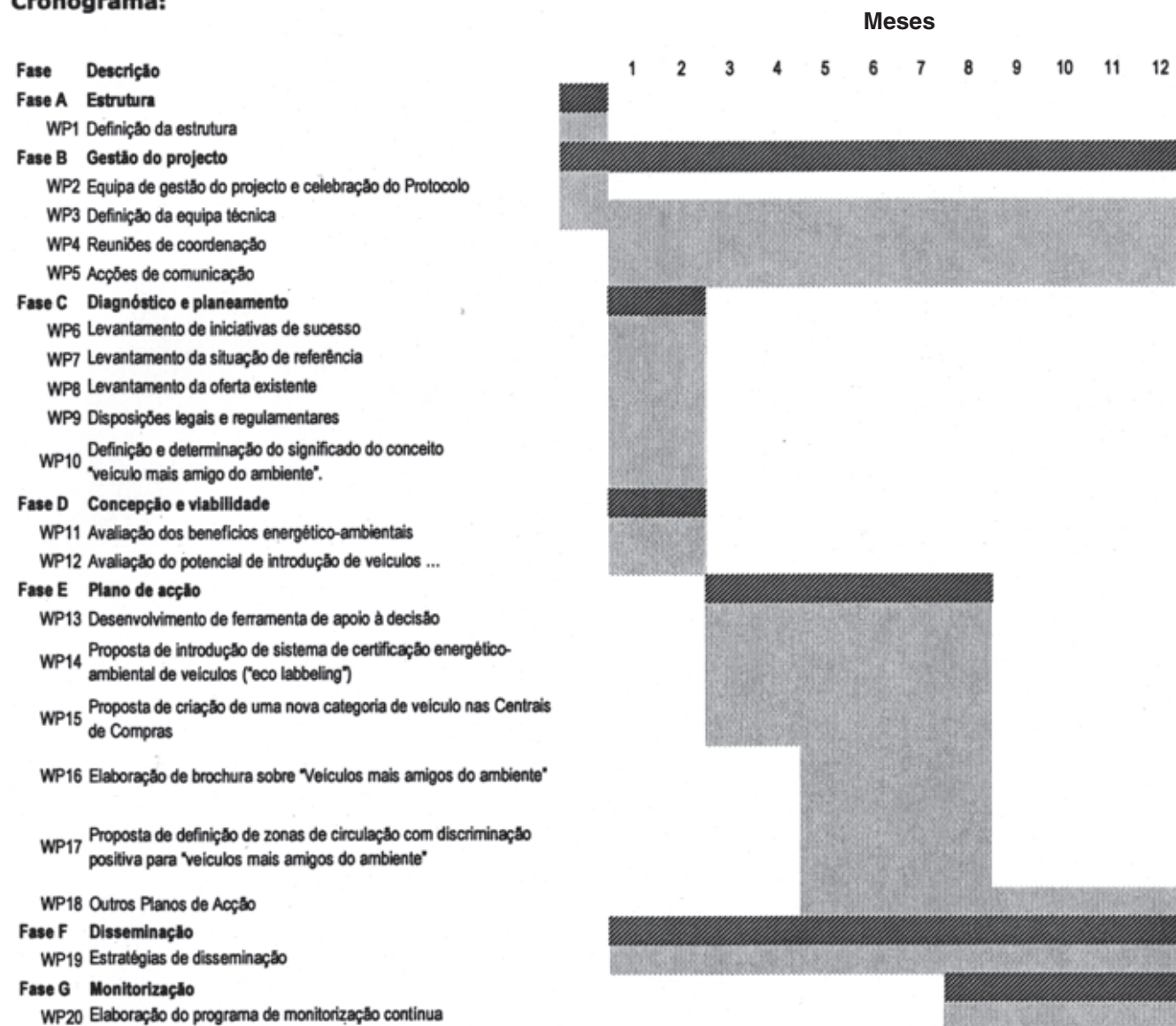
**WP19** - Definição da estratégia de disseminação do Projecto.

Fase G - Monitorização

**WP20** - Elaboração do programa de monitorização contínua do Projecto:

Determinação do cenário Ex-ante (baseline) e elaboração do programa de monitorização contínua do Projecto, definindo os indicadores e métodos de avaliação e cálculo, a implementar no âmbito do Projecto de Intervenção «Função Observatório», através do qual a Lisboa E-NOVA pretende monitorizar todos os seus Projectos.

### Cronograma:



- *Deliberação n.º 421/CM/2006* (Proposta n.º 421/2006) -  
Subscrita pela Vereadora Gabriela Seara:

Considerando que:

Por despacho proferido pela Vereadora Eduarda Napoleão, em 29 de Março de 2004, foi determinada a elaboração de um loteamento de iniciativa municipal, abrangendo as parcelas de terreno municipal situadas na zona denominada Alto dos Moinhos, na Freguesia de São Domingos de Benfica;

A área a lotear abrange uma superfície de 24 545,10 m<sup>2</sup>, conforme Planta de proveniências n.º 10/DIC/06.04C do Departamento de Património Imobiliário, sendo limitada a sul pela lateral da Avenida Lusíada, a nascente pela Quinta da Bensaúde, a poente pelo Convento de São Domingos de Lisboa, e a norte pela Azinhaga do Ramalho;

Em 18 de Julho de 2006, a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou a desafecção do domínio público para o domínio privado da Câmara Municipal de Lisboa, de duas parcelas de terreno para integrar a área objecto da presente operação de loteamento, mediante a aprovação da Proposta n.º 271/2006;

A área de intervenção desta operação está classificada na Planta de Ordenamento do Território do PDM como Área de Estruturação Urbanística, inserindo-se na Unidade Operativa de Planeamento (UOP) 25 - Avenida Lusíada, para a qual se preconizam como objectivos, a definição do traçado da Avenida Lusíada, a estruturação dos terrenos devolutos de modo a garantir a sua integração nas malhas urbanas envolventes e ainda o realojamento da população residente em barracas;

Através da aprovação da presente operação de loteamento é possível assegurar a estruturação urbanística da área remanescente da UOP 25, cumprindo-se os objectivos preconizados pelo PDM para esta Unidade Operativa de Planeamento;

O desenho e a estrutura urbana da presente proposta foram desenvolvidos em articulação com o estudo de edificabilidade da parcela municipal sita na Rua João Freitas Branco, com a operação de loteamento da Quinta da Bensaúde e a operação de emparcelamento dos Hospitais Privados de Portugal (a sul da Avenida Lusíada);

Esta operação urbana concertada permitirá garantir, além de uma leitura urbana homogénea da encosta a norte da Avenida Lusíada, uma passagem pedonal em viaduto sobre esta Avenida, ligando espaços verdes das encostas norte e sul, promovendo, assim, a mobilidade pedonal entre estas duas encostas, agora inexistente;

Não obstante o inventário municipal do património identificar a Quinta da Panasqueira/Azinhaga do Ramalho - IMP 39.51, a mesma encontra-se em elevado estado de degradação, pelo que nesta operação se propõe a sua substituição por uma área de equipamentos colectivos enquadrados por espaços verdes de recreio e lazer;

A intervenção proposta representa, não só uma mais-valia urbana, como também a possibilidade de criar uma nova via de atravessamento da encosta norte (Via Projectada à Rua João Freitas Branco), que permitirá uma ligação

directa da Rua referida à Estrada da Luz, no cruzamento com a Rua São Tomás de Aquino, e por sua vez através desta, à Avenida dos Combatentes, criando um eixo viário humanizado na continuidade do tecido urbano consolidado;

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, a presente operação urbanística foi submetida a discussão pública, não se tendo registado, nesta fase, qualquer consulta ou sugestão;

Nos termos da Informação n.º 487/DMPU/DPU/06, de 1 de Setembro de 2006, a proposta mereceu pareceres favoráveis dos diversos Serviços Municipais consultados, encontrando-se em condições de aprovação de acordo com os despachos nesta exarados pela directora do Departamento de Planeamento Urbano e pelo director municipal de Planeamento Urbano;

A emissão do alvará respeitante à presente operação de loteamento deverá integrar as condições especiais dos lotes constantes do anexo à citada Informação n.º 487/DMPU/DPU/06;

A emissão do alvará deverá, ainda, ser necessariamente precedida da aprovação por esta Câmara dos respectivos projectos de obras de urbanização, no âmbito dos quais serão fixados os termos e condições de execução das mesmas;

Nestes termos, tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa que, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, a aprovação da presente proposta de loteamento de iniciativa municipal.

(Aprovada por maioria, com 9 votos a favor e 5 votos contra.)

**Foi deliberado submeter à Assembleia Municipal as seguintes propostas:**

- *Proposta n.º 418/2006:*

Aprovar a repartição de encargos para o «Fornecimento de sacos de polietileno (PEBD) de 30 e 50 litros de cor preta, azul e amarela», nos termos da proposta.

(Aprovada por maioria, com 12 votos a favor e 1 abstenção.)

- *Proposta n.º 419/2006:*

Aprovar a repartição de encargos para o «Fornecimento de 30 000 conjuntos de fitas em PEAD», nos termos da proposta.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Proposta n.º 420/2006:*

Aprovar a autorização para a abertura do procedimento para adjudicação do Concurso Público Internacional de «Prestação de serviços de aluguer operacional de 379 veículos ligeiros» e respectiva repartição de encargos, nos termos da proposta.

(Aprovada por maioria, com 9 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.)

## Rectificação

No *Boletim Municipal* n.º 652, de 2006/08/17, em virtude de ter havido um lapso na publicação das Deliberações da CML de 2006/08/09, em relação à votação da Proposta n.º 362/2006 - Subscrita pelo Vereador Pedro Feist, folhas 1660 (11), 2.ª coluna, linhas 36 e 37, solicita-se que seja publicada uma rectificação à mesma, ficando então onde se lê: «Aprovada por maioria, com 9 votos a favor...», deve ler-se: «Aprovada por maioria, com 11 votos a favor...».

## PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

### Despacho n.º 236/P/2006

Visando estabelecer uma orientação geral para os Serviços da CML, no que concerne ao envio ao Departamento de Contabilidade da documentação de suporte à conferência e registo da despesa, deverão ser seguidas as instruções abaixo discriminadas:

Na fase de registo informático de contratos celebrados entre a CML e os fornecedores deve ser preenchido o modelo de formulário que se anexa, quer se trate de empreitadas ou aquisição de bens e serviços, cujo envio pode ser efectuado através de fax (21 798 80 16 - DROI e 21 798 96 93 - DRODD).

Para a conferência que antecede o pagamento, os documentos devem ser constituídos por fotocópias devidamente autenticadas, por um funcionário público nomeado como Oficial Público ou Dirigente do Município, ou ainda como alternativa, um funcionário público com delegações específicas nesta matéria, de acordo com o n.º 3 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março, de modo a evitar a circulação de documentos originais, dado o acrescido risco do seu extravio.

A autenticação deve ser efectuada na primeira página de cada documento, com assinatura legível, indicação da função desempenhada, a data e o número de páginas. As restantes páginas devem ser apenas rubricadas.

Os documentos financeiros, nomeadamente facturas, notas de crédito e garantias são obrigatoriamente constituídos por originais. As declarações da Segurança Social e das Finanças podem ser originais ou fotocópias autenticadas, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 28/200, de 13 de Março.

Lisboa, em 2006/07/26.

O Vice-presidente,  
(a) *Fontão de Carvalho*

#### FORMULÁRIO PARA REGISTO INFORMÁTICO DE CONTRATOS (EMPREITADAS E AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS)

##### 1 - DADOS GERAIS:

N.º de Empreitada / Processo	
Objecto do Contrato	
Tipo de Procedimento	
Fundamentação Legal	
Fundamentação de Facto	
Adjudicatário	
Data da Adjudicação	
Valor da adjudicação	
Taxa de IVA	
Total do Contrato	
Documento de Adjudicação (a)	

##### 2 - CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO:

Contrato Escrito	<input type="checkbox"/> Sim
	<input type="checkbox"/> Não (Fundamento para dispensa de contrato escrito: artº 59, nº 1 alínea a) do DL 197/99)
Encargos de Anos Futuros	

##### 3 - CAUÇÕES:

Cauções a prestar pelo Adjudicatário	1. Contrato Inicial de Empreitada
	<input type="checkbox"/> 5% para contrato+ 5% para reforço (nº 1, artº 113º e nº 1, artº 211º do DL 59/99)
	<input type="checkbox"/> 10% nos autos (nº 3, artº 112º, DL 59/99)
	<input type="checkbox"/> Outras situações (nº 2 e 3 do artº 113º, DL 59/99)
	2. Contrato Inicial e adicionais (complementares de aquisição de serviços ou bens)
	<input type="checkbox"/> 5% do Valor do Fornecimento (nº 1, artº 69, DL 197/99)
	3. Revisões de Preços
	<input type="checkbox"/> 10% nos pagamentos (soma das cauções alínea a) ou alínea b)
	<input type="checkbox"/> Outras Situações (dobro % alínea c))

(a) - Envio obrigatório do documento de adjudicação.



## DIRECÇÃO MUNICIPAL

### SERVIÇOS CENTRAIS

#### DEPARTAMENTO JURÍDICO

##### DIVISÃO DE NOTARIADO E APOIO À CONTRATAÇÃO

###### Processo deferido

29 533/DMSC - José Carlos de Almeida Sampaio. - De harmonia com o disposto no artigo 91.º da Lei n.º 5-A-/2002, de 11 de Janeiro.

#### DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

##### DIVISÃO DE ALVARÁS, ESCRIVANIA E TOPONÍMIA

###### Numeração de polícia

###### Deferido

6112/DOC - Espírito Santo - Unidades de Saúde e Apoio à 3.ª Idade. - Ao prédio - obra n.º 67 037 - onde se situa o Hospital e Centro Residencial de Apoio à 3.ª Idade, lote 31, foram atribuídos os n.ºs 100-A e 100 na Avenida Lusíada, os n.ºs 20-A, 20 e 20-B na Avenida Marechal Teixeira Rebelo e os n.ºs 45-A, 45, 45-B, 45-C, 45-D, 45-E, 45-F e 45-G na Avenida dos Condes de Carnide.

###### Arquivados

18 710/DMSC - Maria de Lourdes de Jesus Lata Nunes Salvador.

21 662/DMSC - Maria da Luz Silveiras Matos.

22 967/DMSC - Adérito Martins Pintado.

Vão ser arquivados por já se ter dado cumprimento ao solicitado.

## DIRECÇÃO MUNICIPAL

### RECURSOS HUMANOS

#### DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

##### DIVISÃO DE CADASTRO E REMUNERAÇÕES

###### Cessação de regime especial da semana de 4 dias

DMASED/DAS - Maria João Vidal Dias Ferreira da Cruz, educadora de infância - Despacho de 2006/09/20 do director do Departamento de Recursos Humanos, proferida no uso

da competência subdelegada através do Despacho n.º 7/DMRH-/2006, foi deferida a cessação do regime especial da semana de 4 dias, a partir de 23 de Novembro de 2006.

#### NÚCLEO DO PROCESSO DISCIPLINAR

###### Vacatura de lugar

DMAU/DHURS - Paula Alexandra Gomes Dias, cantoneira de limpeza, funcionária n.º 951310, fica desligada do serviço a partir de 2006/08/05, em consequência da pena de demissão, aplicada por despacho de 2006/07/24 da Vereadora da Área de Recursos Humanos, Dr.ª Marina Ferreira, no uso da delegação de competências constante do Despacho n.º 72/P-/2006, de 2006/01/20, publicado no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16.

## DIRECÇÃO MUNICIPAL

### GESTÃO URBANÍSTICA

#### DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E APRECIACÃO LIMINAR

###### Processos deferidos

Por despacho do director municipal (ao abrigo da subdelegação de competências obtida pelo Despacho n.º 162/P/2006, publicado no *Boletim Municipal* n.º 637, de 2006/05/04):

###### Ocupação de via pública

4671/OTR - José Joaquim Santos Cunha - Rua da Beneficência, 130/130-B - Por despacho em 2006/08/28 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação.

4197/OTR - Ferrovia Agroman, S. A. - Paço do Cantábrico, 1.16.04A/1.16.04D - Por despacho em 2006/08/28 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4626/OTR - Administração do Condomínio - Rua Morais Soares, 55/55-D - Por despacho em 2006/08/29 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4339/OTR - Humberto Luís Rosado Silveira - Rua João Frederico Ludovice, 26/26-A - Por despacho em 2006/08/29 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4443/OTR - Administração do Condomínio - Rua do Meio, à Lapa, 11/13 - Por despacho em 2006/08/29 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4616/OTR - Amélia Alves Leitão dos Santos - Travessa André Valente, 23/25 - Por despacho em 2006/08/29 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4501/OTR - Jorge Manuel de Sacadura Cabral Dias - Travessa da Horta, 9 - Por despacho em 2006/08/29 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4356/OTR - Administração do Condomínio - Rua José Coelho, 28 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4675/OTR - Bernardo Pinheiro de Melo - Rua Silva Carvalho, 52 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação.

4449/OTR - José Luciano Máximo Peças - Rua David de Sousa, 9/11 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4520/OTR - Maria Manuela Soares Godinho - Rua do Montepio Geral, 28 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4762/OTR - Maria Fernanda Henriques Figueiredo - Rua da Adição, 54/58 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação.

4569/OTR - Joaquim Augusto Vieira - Travessa do Giestal, 3 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4527/OTR - João Paulo Marcelo Velez - Campo Pequeno, 49/50 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4591/OTR - Administração do Condomínio - Rua D. Carlos de Mascarenhas, 104 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4599/OTR - Manuel Jorge Duran Marques Correia - Rua de S. João da Praça, 102/106 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4783/OTR - Guilherme Goldegel de Oliveira Santos - Rua José Campas (antigo Impasse Três à Estrada de Moscavide), 4/4-B - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação.

4539/OTR - Rosa Maria Silva da Gama Pinheiro Mortágua - Avenida dos Estados Unidos da América, 44/44-A - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4542/OTR - Maria Manuela Constância Jorge de Oliveira - Rua Actor Augusto de Melo, 8/8-A - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

4647/OTR - José Joaquim Silva - Rua do Benfornoso, 39/47 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de ocupação de via pública para obras de conservação, com condições de licença impostas pelo Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego.

*Os processos encontram-se instruídos de acordo com o previsto no Despacho n.º 147/P/91, de 8 de Agosto, e nos termos das orientações em vigor.*

#### Averbamentos

3438/OTR - Luís Gonzaga D'Almeida Lima Quintela - Rua Carlos da Maia, 36 - Por despacho em 2006/06/29 - O pedido de averbamento.

3477/OTR - Espírito Santo - Fundos de Investimento Imobiliário - Largo Dr. António de Sousa Macedo, 1/1-M; Travessa do Judeu, 4/4-A; Travessa do Judeu, 2/2-A; Rua do Sol, a Santa Catarina, 30/30-A; Largo Dr. António de Sousa Macedo, 1-A/1-B - Por despacho em 2006/06/29 - O pedido de averbamento.

2253/OTR - Bp Portugal - Comércio de Lubrificantes e Combustíveis, S. A. - Avenida da Boa Esperança, lote 4.77.01 (posto de gasolina) - Por despacho em 2006/07/06 - O pedido de averbamento.

3553/OTR - Encaixe - Sociedade de Construções, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida Dr. Arlindo Vicente (antiga Rua Um da Zona N1 de Chelas), lote 2000/079 - Por despacho em 2006/07/06 - O pedido de averbamento.

2578/OTR - Castro Maia e Companhia, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Vinte e Um (Bairro da Encarnação), 15 - Por despacho em 2006/07/06 - O pedido de averbamento.

3551/OTR - Encaixe - Sociedade de Construções, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida Dr. Arlindo Vicente (antiga Rua Um da Zona N1 de Chelas), lote 2000/077 - Por despacho em 2006/07/06 - O pedido de averbamento.

3554/OTR - Encaixe - Sociedade de Construções, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida dos Estados Unidos da América, lote 2000/080 - Por despacho em 2006/06/23 - O pedido de averbamento.

3555/OTR - Encaixe - Sociedade de Construções, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida dos Estados Unidos da América, lote 2000/081 - Por despacho em 2006/06/23 o pedido de averbamento.

3552/OTR - Encaixe - Sociedade de Construções, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida Dr. Arlindo Vicente (antiga Rua Um da Zona N1 de Chelas), lote 2000/078 - Por despacho em 2006/07/06 - O pedido de averbamento.

3459/OTR - Monomilen - Construção Civil e Obras Públicas, Sociedade Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup> - Rua do Vale do Pereiro, s/n.º (1-A) - Por despacho em 2006/06/23 - O pedido de averbamento.

3636/OTR - Dekastilho - Investimentos Imobiliários, S. A. - Rua Castilho, 18/20 - Por despacho em 2006/07/03 - O pedido de averbamento.

*Os processos encontram-se instruídos de acordo com o previsto nos termos do n.º 9 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04/06.*

- 3311/OTR - Somiro - Sociedade Imobiliária, Unipessoal, Ltd.<sup>a</sup>  
- Rua Nova dos Mercadores, lote 3.11.01 - Por despacho  
em 2006/07/05 - O pedido de averbamento.
- 3484/OTR - António Francisco Correia - Avenida Almirante  
Reis, 17/17-C - Por despacho em 2006/07/05 - O pedido  
de averbamento.
- 3596/OTR - Menano Pires & Cruz, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida Praia  
da Vitória, 50/50-E - Por despacho em 2006/07/05 -  
O pedido de averbamento.
- 6899/EXT - Centro Social e Paroquial de S. Domingos de Benfica  
- Rua Raul Carapinha, 15 - Por despacho em 2006/07/07  
- O pedido de averbamento.

*Os processos encontram-se instruídos de acordo com o  
previsto nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei  
n.º 445/91, de 20/11, com as alterações dadas pelo Decreto-  
Lei n.º 250/94, de 15/10 e pela Lei n.º 22/96, de 26/07.*

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA I

### DIVISÃO DA ZONA OCIDENTAL

#### Processos despachados

Por despacho da Vereadora Gabriela Seara (por delegação  
de competências conferida no Despacho n.º 509/P/2005,  
publicado no *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17,  
no Despacho n.º 730/P/2005, publicado no 2.º Suplemento  
ao *Boletim Municipal* n.º 619, de 2005/12/29 e *Boletim  
Municipal* n.º 626, de 2006/02/16):

#### Homologado

672/EDI - Tijoimo - Compra e Venda de Imóveis, S. A. -  
Rua da Junqueira, 309/313 - Por despacho em 2006/08/23  
- O pedido de informação prévia. - *Nos termos da informação  
e despacho, é homologado parecer desfavorável com fundamentação  
de facto no parecer do IPPAR, na alínea c) do artigo 21.º,  
n.º 1 do artigo 24.º e n.º 1 do artigo 75.º por remissão do  
n.º 1 do artigo 77.º, todos do RPDML. Com fundamentação  
de direito nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 24.º do RJUE.*

#### Aprovado

275/EDI - FFA - Empreendimentos Imobiliários, S. A. -  
Rua da Lapa, 115, com a Rua de S. Domingos, à Lapa,  
84/86 - Por despacho em 2006/08/23 - O pedido de licen-  
ciamento de obra de alteração e ampliação. - *Nos termos da  
informação e despacho, o deferimento da pretensão fica  
condicionado à apresentação, no prazo de 6 meses, dos seguintes  
projectos de especialidade: estabilidade; escavação/contenção  
periférica; rede interna de águas residuais e pluviais;  
comportamento térmico; acústico; demolição; ocupação de via pública.  
Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos  
que eventualmente venham a ser devidos.*

#### Deferidos

- 1093/EDI/05 - Jerónimo José de Aragão Morais Carneiro -  
Rua Custódio Vieira, 3 - Por despacho em 2006/09/01  
- O pedido de licenciamento de obra de alteração e  
ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, a licença  
fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização  
(TRIU) e à junção dos seguintes elementos: apólice de  
seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção;  
livro de obra; termo de responsabilidade de um engenheiro  
civil ou engenheiro técnico civil.*
- 1188/EDI - Manuel Augusto Marques Janeiro - Rua Presidente  
Arriaga, 37 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido  
de licenciamento de obra de alteração e ampliação. -  
*Nos termos da informação e despacho, a licença fica  
condicionada à junção dos seguintes elementos: livro de  
obra e termo de responsabilidade de um engenheiro civil  
ou engenheiro técnico civil.*
- 1204/EDI/05 - Parque Vista - Sociedade de Investimento  
Imobiliário, Ltd.<sup>a</sup> - Rua de S. Bernardo, 118 - Por  
despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento  
de obra de ampliação. - *Nos termos da informação e  
despacho, a licença em simultâneo com a licença de  
demolição e a licença de ocupação de via pública, fica  
condicionada ao pagamento de encargos de urbanização  
e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada;  
apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de  
construção; livro de obra; plano de segurança e saúde;  
termo de responsabilidade de um engenheiro civil  
ou engenheiro técnico civil.*
- 1442/EDI/05 - Edibelas - Promoção Imobiliária e Construção,  
S. A. - Avenida 24 de Julho, 160/160-B, com a  
Rua Tenente Valadim, 2/2-A/4/4-A - Por despacho  
em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra  
de ampliação. - *Nos termos da informação e despacho,  
a licença em simultâneo com a licença de demolição e  
a licença de ocupação de via pública, fica condicionada  
ao pagamento de encargos de urbanização e à junção  
dos seguintes elementos: estimativa actualizada; apólice  
de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção;  
livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de  
responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro  
técnico civil.*
- 266/EDI - Traça Nova - Investimento e Construção Imobiliária,  
S. A. - Travessa do Castro, 8 - Por despacho em 2006/  
09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração.  
- *Nos termos da informação e despacho, devem ser cumpridas  
as condições mencionadas no alvará de obras emitido  
pelo processo inicial.*
- 505/EDI - Francisco José Gouveia de Jesus - Avenida Infante  
Santo, 362 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido  
de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da  
informação e despacho, a licença fica condicionada  
à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de  
acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra;  
termo de responsabilidade de um engenheiro civil  
ou engenheiro técnico civil.*



710/EDI - Maria do Rosário do Amaral da Silva Sanches Marques - Rua da Imprensa, à Estrela, 19/19-A - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, devem ser cumpridas as condições mencionadas no alvará de obras emitido pelo processo inicial.*

885/EDI - Parque Vista - Sociedade de Investimento Imobiliário, Ltd.<sup>a</sup> - Rua de S. Bernardo, 118 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de demolição. - *Nos termos da informação e despacho, deverá ser cumprido o artigo 135.º do RGEU, bem como os Despachos n.ºs 53/75 e 149/P/86. Qualquer dano provocado nas edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de obras, que terá de proceder à sua reparação. É da responsabilidade do titular da licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s). A licença em simultâneo com a licença de ampliação e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada à junção de termo de responsabilidade.*

990/EDI - Edibelas - Promoção Imobiliária e Construção, S. A. - Avenida 24 de Julho, 160/160-B, com a Rua Tenente Valadim, 2/2-A/4/4-A - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de demolição. - *Nos termos da informação e despacho, deverá ser cumprido o artigo 135.º do RGEU, bem como os Despachos n.ºs 53/75 e 149/P/86. Qualquer dano provocado nas edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de obras, que terá de proceder à sua reparação. É da responsabilidade do titular da licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s). A licença em simultâneo com a licença de ampliação e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada à junção de termo de responsabilidade.*

Por despacho do director municipal (subdelegação de competências conferida pelo despacho da Vereadora Gabriela Seara, através do Despacho n.º 162/P/2006, de 2006/04/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 637, de 2006/05/04 e pela Vereadora Marina Ferreira, através do Despacho n.º 699/P/2005, de 2005/11/30, publicado no *Boletim Municipal* n.º 619, de 2005/12/29):

#### Deferidos

4522/OTR - Liberato - Sociedade de Investimentos Imobiliários, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Prior do Crato, 1, com a Praça da Armada, 15 - Por despacho em 2006/08/25 - O pedido de prorrogação do prazo da licença de construção. - *Nos termos da informação e despacho, é concedida a prorrogação nos termos da licença inicial, pelo prazo de 6 meses.*

4525/OTR - Liberato - Sociedade de Investimentos Imobiliários, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Prior do Crato, 1, com a Praça da Armada, 15 - Por despacho em 2006/08/25 - O pedido de prorrogação do prazo da licença de ocupação de via pública. - *Nos termos da informação e despacho, é concedida a prorrogação nos termos da licença inicial, pelo prazo de 6 meses.*

4693/OTR - Ana Maria de Freitas de Macedo Dória - Largo do Galvão, 13 - Por despacho em 2006/08/25 - O pedido de prorrogação do prazo para entrega dos projectos de especialidade. - *Nos termos da informação e despacho, é concedida a prorrogação solicitada, pelo prazo de 3 meses.*

4839/OTR - Luís Miguel Marques Viana - Rua Pedro Escobar, 32 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de prorrogação do prazo da licença de demolição. - *Nos termos da informação e despacho, é concedida a prorrogação nos termos da licença inicial, pelo prazo de 1 mês.*

7910/EXT - Fernando de Sousa Lino - Rua do Meio, à Ajuda, 35 - Por despacho em 2006/09/06 - O pedido de apreciação de processo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 555/99, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001.

#### Pedidos de licença de utilização para arrendamento urbano

636/POL - Maria Albertina Pinheiro de Oliveira Henrique - Travessa do Jardim, à Estrela, 2, rés-do-chão direito - Por despacho em 2006/08/25.

1069/POL - Jorge e Trindade, Ltd.<sup>a</sup> - Rua do Embaixador, 156/158, 2.º andar - Por despacho em 2006/08/25.

1282/POL - Nuno Álvaro Estêvão Ferreira - Rua Aliança Operária, 64, 5.º direito - Por despacho em 2006/08/25.

#### Arquivados

#### Comunicações prévias da realização de obras

1475/EDI - Ricardo Manuel de Castro Nunes - Rua Clube Atlético e Recreativo do Caramão da Ajuda, 19 - Por despacho em 2006/08/25.

1537/EDI - António José Pacheco de Miranda César dos Santos - Rua Francisco Metrass, 10, 1.º esquerdo - Por despacho em 2006/08/31.

*Nos termos das informações e despachos, a isenção de licenciamento ou autorização face aos elementos constantes no processo e ao termo de responsabilidade técnica entregue.*

Por despacho da directora de departamento (ao abrigo da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 2/DMGU/2006, de 2006/05/18, publicado no *Boletim Municipal* n.º 641, de 2006/06/01 e Despacho n.º 5/DMGU/2006, publicado no *Boletim Municipal* n.º 651, de 2006/08/10):

#### Deferidos

2693/POL/05 - José António Sequeira Mendes - Largo do Rio Seco, 1, 5.º-C - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano.

220/POL - SUC - Sociedade de Urbanizações e Construção, S. A. - Travessa da Fiúza, 39, porta 4, rés-do-chão esquerdo - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano.

- 251/POL - Realcap - Sociedade de Estudos e Projectos Imobiliários, S. A. - Por despacho em 2006/08/09 - O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização.
- 575/POL - Associação Resgate - Instituto Conde de Agrolongo - Travessa do Possolo, 28/30 - Por despacho em 2006/08/08 - O pedido de constituição do edifício em regime de propriedade horizontal.
- 1012/POL - Guilherme Alberto Afonso - Rua do Cruzeiro, 71, 5.º esquerdo - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano.
- 1101/POL - Maria Lucília dos Anjos Morgado - Rua Coronel Pereira da Silva, 40, 1.º esquerdo - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano.
- 3521/DOC - Altino da Ascensão Rala - Rua Almeida Brandão, 8 - Por despacho em 2006/07/10 - O pedido de prorrogação do prazo para entrega dos projectos de especialidade. - *Nos termos da informação e despacho, é concedida a prorrogação solicitada, pelo prazo de 3 meses.*

#### Arquivados

- 1639/OTR - Megadomus - Sociedade de Investimento Imobiliário, Construção e Turismo, Ltd.ª - Travessa do Jardim, à Estrela, 3 - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de prorrogação do prazo da licença de obras. - *Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 112.º do CPA.*
- 4580/DOC/05 - Cândida Preciosa Monteiro Reinas Santos Martins - Calçada da Estrela, 74/74-A - Por despacho em 2006/08/11 - A exposição. - *O pedido foi respondido.*
- 2878/DOC - Foztur - Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Figueira da Foz - Rua das Janelas Verdes, 76/78 - Por despacho em 2006/08/11 - A exposição. - *Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 106.º do CPA.*
- 3132/DOC - Realviegas - Investimentos Imobiliários, Ltd.ª - Travessa do Combro, 15/17 - A exposição. - *Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 112.º do CPA.*
- 4152/DOC - Ricardo José Gandara Gonçalves Costa Pinheiro - Rua Professor Sousa da Câmara, 128/132 - Por despacho em 2006/07/31 - O direito à informação. - *O pedido foi respondido.*
- 4162/DOC - Júlio António Carneiro Rodrigues - Calçada da Estrela, 161/163 - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de certidão. - *Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 112.º do CPA.*

Por despacho da Vereadora Gabriela Seara (por delegação de competências conferida no Despacho n.º 509/P/2005, publicado no *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17, no Despacho n.º 730/P/2005, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 619, de 2005/12/29 e *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16):

#### Aprovados

- 2324/EDI/05 - Casas de S. Bento - Administração de Imóveis, Ltd.ª - Rua de S. Bento, 331, 1.º andar - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, o deferimento da pretensão fica condicionado à apresentação, no prazo de 6 meses, de um traçado da rede interna de águas residuais e pluviais.*

- 177/EDI - Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho - Travessa Nova de Santos, 37 a 41 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, o deferimento da pretensão fica condicionado à apresentação, no prazo de 6 meses, dos seguintes projectos de especialidade: rede interna de águas residuais e pluviais; comportamento térmico; acústico; ocupação de via pública.*
- 1306/EDI - Manuel Fernando dos Santos Rebelo - Praça do Caramão, 7 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, o deferimento da pretensão fica condicionado à apresentação, no prazo de 6 meses, de um projecto de estabilidade.*

#### Deferidos

- 655/EDI/05 - Edigest - Investimentos Imobiliários, S. A. - Rua de Santana, à Lapa, 35 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença em simultâneo com a licença de ocupação de via pública, fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: livro de obra e termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 794/EDI/05 - Casas de Borges Carneiro - Cooperativa de Habitação e Construção, CRL - Rua Borges Carneiro, 26 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de construção. - *Nos termos da informação e despacho, a licença em simultâneo com a licença de demolição e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada; apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; alvará de firma especializada em escavações; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil, para a escavação e para a generalidade da obra.*
- 981/EDI/05 - Paulo Gabriel Baptista Quintela e Maria Cecília Baptista Quintela - Bairro do Alto da Ajuda, Rua Dezanove, 6 - Por despacho em 2006/09/11 - O pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 1062/EDI/05 - Ricardo Manuel Caiado Silvestre e outro - Rua Maestro António Taborda, 64/66 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada; apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*

- 1177/EDI/05 - José Filipe Correia Simões Travassos - Rua Tomás da Anunciação, 9/9-B - Por despacho em 2006/08/23 - O pedido de licenciamento de obra de ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada; apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 1215/EDI/05 - Engebras - Engenharia, Construção Civil e Realizações Imobiliárias, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Ribeiro Sanches, 55/57 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença em simultâneo com a licença de demolição e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada; apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 1568/EDI/05 - Fernanda Pereira, Imobiliária, S. A. - Calçada da Tapada, 1.º direito - Por despacho em 2006/09/06 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 1607/EDI/05 - Tiago de Freitas Simões Teles - Rua Tenente Ferreira Durão, 38, 2.º direito - Por despacho em 2006/08/04 - O pedido de licenciamento de obra de ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 1958/EDI/05 - Isabel Sequeira Damião Pires - Rua D. João V, 31, 3.º esquerdo/direito - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 2061/EDI/05 - Mac Gati, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida D. Carlos I, 119 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 2098/EDI/05 - Margarida Lopes Fernandes - Bairro do Alto da Ajuda, Rua Vinte e Nove, moradia 231 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 2233/EDI/05 - Maria Teresa C. C. Gil Ferreira da Motta Capitão - Rua de S. Domingos, 105 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação. - *Nos termos da informação e despacho, a licença em simultâneo com a licença de demolição e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada; apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 2337/EDI/05 - António de Sousa - Calçada da Quintinha, 13 (Vila Santos, porta 3), 19/19-A - Por despacho em 2006/06/12 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, devem ser cumpridas as condições mencionadas no alvará de obras emitido pelo processo inicial. A licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI).*
- 35/EDI - Manuel Nunes Gomes Novo - Rua das Trinas, 38/38-B - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*
- 65/EDI - Casas de Borges Carneiro - Cooperativa de Habitação e Construção, CRL - Rua Borges Carneiro, 26 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de demolição. - *Nos termos da informação e despacho, deverá ser cumprido o artigo 135.º do RGEU, bem como os Despachos n.ºs 53/75 e 149/P/86. Qualquer dano provocado nas edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de obras, que terá de proceder à sua reparação. É da responsabilidade do titular da licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s). A licença em simultâneo com a licença de construção e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada à junção de termo de responsabilidade.*
- 419/EDI - Invesfox - Gestão de Imóveis e Representações - Avenida Infante Santo, 51, 4.º direito - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*



606/EDI - Gonçalo Caetano Marques - Rua Quatro de Infancia, 28, 1.º esquerdo - Por despacho em 2006/08/23 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, a licença em simultâneo com a licença de ocupação de via pública, fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização (TRIUI) e à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho; alvará de construção; livro de obra; plano de segurança e saúde; termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*

722/EDI - Engebras - Engenharia, Construção Civil e Realizações Imobiliárias, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Ribeiro Sanches, 55/57 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de demolição. - *Nos termos da informação e despacho, deverá ser cumprido o artigo 135.º do RGEU, bem como os Despachos n.ºs 53/75 e 149/P/86. Qualquer dano provocado nas edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de obras, que terá de proceder à sua reparação. É da responsabilidade do titular da licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s). A licença em simultâneo com a licença de obras e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada à junção de termo de responsabilidade.*

723/EDI - Maria Teresa C. C. Gil Ferreira da Motta Capitão - Rua de S. Domingos, 105 - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de licenciamento de obra de demolição. - *Nos termos da informação e despacho, deverá ser cumprido o artigo 135.º do RGEU, bem como os Despachos n.ºs 53/75 e 149/P/86. Qualquer dano provocado nas edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de obras, que terá de proceder à sua reparação. É da responsabilidade do titular da licença de obras a manutenção da(s) fachada(s) e empena(s). A licença em simultâneo com a licença de obras e a licença de ocupação de via pública, fica condicionada à junção de termo de responsabilidade.*

899/EDI - Ana Cristina Teixeira Marques Leite - Bairro do Alto da Ajuda, Rua Cinco, 185 - Por despacho em 2006/09/01. - *Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção de um termo de responsabilidade de um engenheiro civil ou engenheiro técnico civil.*

#### Indeferidos

2292/EDI/05 - Isabel Maria Cancela Rosa - Calçada da Estrela, 247, 4.º andar - Por despacho em 2006/08/23 - O pedido de licenciamento de obra de alteração. - *Nos termos da informação e despacho, com fundamentação de facto no parecer desfavorável do IPPAR*

*e nos incumprimentos dos artigos 24.º, 29.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º do RPDML e Portaria n.º 1110/2001, de 19 de Setembro. Com fundamentação de direito nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 24.º do RJUE.*

415/EDI - Francisco António Medeiros Soares - Travessa das Necessidades, 8-A - Por despacho em 2006/08/10 - O pedido de informação prévia. - *Nos termos da informação e despacho, com fundamentação de facto no parecer desfavorável do IPPAR-DRL, artigo 73.º do RGEU e o artigo 33.º do RPDML. Com fundamentação de direito nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 24.º do RJUE.*

2414/DOC - Lydia Brás Pessoa Falcão de Freitas Hall Themido - Rua Azedo Gneco, 78/78-B - Por despacho em 2006/09/01 - O pedido de isenção do pagamento da TRIUI. - *Nos termos da informação e despacho, com fundamento de que a razão evocada não é aceitável, uma vez que o tipo de intervenção resulta num aumento de área bruta.*

Por despacho do director municipal (subdelegação de competências conferida pelo despacho da Vereadora Gabriela Seara, através do Despacho n.º 162/P/2006, de 2006/04/06, publicado no Boletim Municipal n.º 637, de 2006/05/04 e pela Vereadora Marina Ferreira, através do Despacho n.º 699/P/2005, de 2005/11/30, publicado no Boletim Municipal n.º 619, de 2005/12/29):

#### Deferidos

1220/POL - Jorge Miguel Lopes Ribeiro e outros - Rua das Madres, 48 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de constituição do edifício em regime de propriedade horizontal.

1215/OTR/05 - Engebras - Engenharia, Construção Civil e Realizações Imobiliárias, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Ribeiro Sanches, 55/57 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de emissão de licença de ocupação de via pública. - *Nos termos da informação e despacho, deverá ser colocada sinalização de segurança de veículos com sinalização diurna e nocturna, pinturas fosforescentes, lanternas intermitentes e sinais de aviso ou proibição. Terá de ser colocada pala superior e travamento a 2,20 m. Deverá ser executado corredor pedonal devidamente protegido superior e lateralmente, com 1,20 m de largura. Terá de ser cumprido o disposto no Edital n.º 108/92, no que for aplicável. Licença em simultâneo com a licença de obras e a licença de demolição.*

168/OTR - Casas de Borges Carneiro - Cooperativa de Habitação e Construção, CRL - Rua Borges Carneiro, 26 - Por despacho em 2006/08/25 - O pedido de emissão de licença de ocupação de via pública. - *Nos termos da informação e despacho, deverá ser colocada sinalização de segurança de veículos com pinturas fosforescentes e lanternas intermitentes. Terá de ser executado corredor pedonal devidamente protegido*

superior e lateralmente, com 1,20 m de largura. Deverá ser cumprido o disposto no Edital n.º 108/92, no que for aplicável. Licença em simultâneo com a licença de construção e a licença de demolição.

4335/DOC - Manuel M. Simões, Ltd.ª - Rua Gil Vicente, 32 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de suspensão do prazo da licença de demolição.

4336/DOC - Manuel M. Simões, Ltd.ª - Rua Gil Vicente, 32 - Por despacho em 2006/08/31 - O pedido de suspensão do prazo da licença de ocupação de via pública.

8736/EXT - Francisco Silva Branco - Avenida Álvares Cabral, 46, 2.º esquerdo - Por despacho em 2006/08/17 - O pedido de prorrogação do prazo para início dos trabalhos de demolição, no seguimento de intimação de obras ilegalmente executadas. - Nos termos da informação e despacho, é concedida a prorrogação solicitada, pelo prazo de 2 meses.

#### Indeferido

635/POL - Magda Maria de Matos Lourenço - Rua Aliança Operária, 24-A, 2.º direito - Por despacho em 2006/08/18 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano. - Nos termos da informação e despacho, com fundamentação de facto nas deficiências de utilização da fracção registadas no Auto de vistoria, com fundamentação de direito no artigo 9.º do RAU.

#### Arquivado

237/POL - Catarina Falcão de Oliveira Lopes Rosa Pires de Noronha - Rua da Cozinha Económica, 12, 4.º esquerdo - Por despacho em 2006/08/25 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano. - Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 112.º do CPA.

Por despacho da directora de departamento (ao abrigo da subdelegação de competências atribuída pelo Despacho n.º 2/DMGU/2006, de 2006/05/18, publicado no *Boletim Municipal* n.º 641, de 2006/06/01 e Despacho n.º 5/DMGU/2006, publicado no *Boletim Municipal* n.º 651, de 2006/08/10):

#### Deferidos

1124/POL - Gonçalo Baltazar Pinheiro Alçada - Bairro da Calçada dos Mestres, Rua Doze, 14 - Por despacho em 2006/08/08 - O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização.

938/OTR - Edigest - Investimentos Imobiliários, S. A. - Rua de Santana, à Lapa, 35 - Por despacho em 2006/05/02 - O pedido de emissão de licença de ocupação de via pública. - Nos termos da informação e despacho, deverá ser colocada sinalização de segurança de veículos com pinturas fosforescentes e lanternas intermitentes. Terá de ser cumprido o disposto no Edital n.º 108/92, no que for aplicável. Licença em simultâneo com a licença de obras.

2281/OTR - Maria Teresa C. C. Gil Ferreira da Motta Capitão - Rua de S. Domingos, 105 - Por despacho em 2006/09/07 - O pedido de emissão de licença de ocupação de via pública. - Nos termos da informação e despacho, deverá ser colocada sinalização de segurança de veículos com pinturas fosforescentes e lanternas intermitentes. Terá de ser colocada pala superior e travamento a 2,20 m. Deverá ser executado corredor pedonal devidamente protegido superior e lateralmente, com 1,20 m de largura. Terá de ser cumprido o disposto no Edital n.º 108/92, no que for aplicável. Licença em simultâneo com a licença de obras e a licença de demolição.

3213/OTR - Gonçalo Caetano Marques - Rua Quatro de Infantaria, 28, 1.º esquerdo - Por despacho em 2006/08/22 - O pedido de emissão de licença de ocupação de via pública. - Nos termos da informação e despacho, Terá de ser cumprido o disposto no Edital n.º 108/92, no que for aplicável. Licença em simultâneo com a licença de obras.

#### Indeferido

100/POL - Ilda Maria Vicente Cruz - Rua de S. Ciro, 19, 2.º esquerdo - Por despacho em 2006/07/17 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano. - Nos termos da informação e despacho, com fundamentação de facto nas deficiências da fracção registadas no Auto de vistoria. Com fundamentação de direito no n.º 1 do artigo 9.º do RAU.

#### Arquivados

1548/EDI - Luís Alves Botelho Moniz de Sousa - Avenida da Torre de Belém, 30 - Por despacho em 2006/09/05 - A comunicação prévia da realização de obras. - Nos termos da informação e despacho, a isenção de licenciamento ou autorização face aos elementos constantes no processo e ao termo de responsabilidade técnica entregue.

401/POL - SUC - Sociedade de Urbanizações e Construção, S. A. - Travessa da Fiúza, 39, porta 1, subloja - Por despacho em 2006/06/09 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano. - Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 112.º do CPA.

605/POL - Manuel da Cruz Mafra - Rua Soldado António da Costa, 2, rés-do-chão direito - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de licença de utilização para arrendamento urbano. - Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 112.º do CPA.

4244/OTR - José Filipe Correia Simões Travassos - Rua Tomás da Anunciação, 9/9-B - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de emissão de licença de ocupação de via pública. - Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 110.º do CPA.

3933/DOC - Ricardo Miguel Abreu Santos - Calçada da Memória, 57-A (Pátio da Memória) - Por despacho em 2006/08/11 - O pedido de reprodução de documentos. - Nos termos da informação e despacho, ao abrigo do artigo 110.º do CPA.

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA II

### DIVISÃO DA ZONA NORTE

#### Processos despachados

Por despacho da Vereadora Eduarda Napoleão (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 169/P/2004, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 546, de 2004/08/05, com as alterações constantes no Despacho n.º 223/P/2004, publicado no *Boletim Municipal* n.º 555, de 2004/10/07, a rectificação constante do Despacho n.º 234/P/2004, publicado no *Boletim Municipal* n.º 556, de 2004/10/14 e as alterações constantes no Despacho n.º 252/P/2004, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 558, de 2004/10/28):

#### Aprovado

197/EDI/04 - Prumoesquadro - Construção Civil, S. A. - Rua Prista Monteiro (antigo troço da Rua A do Bairro da Horta Nova), lote 14-D, Avenida das Nações Unidas - Por despacho dado em 2005/02/01. - *Com os seguintes fundamentos: Aprovado. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto de escavação/contenção periférica, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, projecto de ventilação e exaustão de fumos. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de electricidade, talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.*

Por despacho da Vereadora Gabriela Seara (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 509/P/2005, de 2005/11/15, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17, do Despacho n.º 730/P/2005, de 2005/12/23, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 619, de 2005/12/29 e do Despacho n.º 72/P/2006, de 2006/01/20, publicado no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/12/16):

#### Aprovados

234/EDI - Ricardo Jorge Oliveira Alcântara - Rua dos Soeiros, 313, 8.º direito - Por despacho dado em 2006/06/12. - *Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, projecto de ventilação e exaustão de fumos. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.*

558/EDI - José Vinagre Dias - Rua D. António Caetano de Sousa, 17 - Por despacho dado em 2006/06/19. - *Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, do seguinte projecto: estabilidade. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.*

635/EDI - Jorge Manuel Calado Guimarães Fernandes - Rua Paulo Renato (antiga Rua Um à Estrada de Benfica), 1, 1.º-F e 2.º-F - Por despacho dado em 2006/06/05. - *Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, do seguinte projecto: traçado da rede interna de águas residuais.*

64/EDI - Construções António Guerreiro, S. A. - Rua André de Resende, s/n.º - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e nas condições expressas. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, traçado da rede interna de águas residuais. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.*

#### Deferidos

197/EDI/04 - Prumoesquadro - Construção Civil, S. A. - Rua Prista Monteiro (antigo troço da Rua A do Bairro da Horta Nova), lote 14-D, Avenida das Nações Unidas - Por despacho dado em 2006/05/15. - *Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 50 474,75 euros e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada, apólice de seguro de responsabilidade civil, apólice de seguro de acidentes de trabalho, termo de responsabilidade de construção, livro de obra, plano de segurança e saúde, termo de responsabilidade de escavação, alvará de construção, alvará de firma especializada em escavações. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Devem ser reparados os estragos causados nos passeios, lancis, sarjetas, etc. Parecer do RSB - Emite-se parecer definitivo favorável, com os condicionamentos propostos na respectiva Ficha de Segurança a folhas 59, 60 e 61 e aditamento à Memória Descritiva a folha 92, devendo ainda instalar nos pisos de estacionamento: 1 - Bocas de incêndio tipo carretel diâmetro 25 mm, de acordo com alínea b) do ponto 5) da Ficha de Segurança; 2 - Bocas de incêndio tamponadas diâmetro 50 mm, de acordo com alínea d) do ponto 5) da Ficha de Segurança. Parecer da DARPAL/ Núcleo da TRIU - De acordo com a Informação n.º 37465/INF/DARPAL-TRIU/GESTURBE/2005, a folha 166 do processo 197/EDI/2004, há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas.*



- Parecer da DMPO/DCCIEM - De acordo com a folha 63 do processo 197/EDI/VENT/2004, emite-se parecer favorável, devendo ter-se em consideração o seguinte:*
- 1 - O sistema de ventilação para controlo da poluição do ar nas câmaras corta-fogo das escadas de acesso aos pisos de estacionamento, também deverá ser realizado automaticamente por activação, no piso onde ocorre excesso de monóxido de carbono, do sistema de detecção de monóxido de carbono nos pisos do parque, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 66/95;
  - 2 - O parecer definitivo para licenciamento de utilização, dependerá da vistoria final a realizar pelo Regimento de Sapadores de Bombeiros ao funcionamento de desenfumagem das instalações.
- Parecer da DATSO/Gabinete de Geologia - De acordo com a Informação n.º 40 694/INF/DATSO/GESTURBE/2005, a folha 79 do processo 197/EDI/ESC/2004, da qual se junta cópia, emite-se parecer favorável, com os seguintes condicionamentos:*
- 1 - O início dos trabalhos de escavação deverá ser comunicado a este Gabinete de Geologia (DATSO/DMGU), para visita de acompanhamento;
  - 2 - Os trabalhos de escavação e contenção periférica deverão ser realizados por empresa especializada, que apresentará o respectivo alvará;
  - 3 - Os trabalhos de escavação/contenção periférica deverão ser realizados em conformidade com o parecer da EPAL.
- 1167/DOC - Administração de Condomínio - Rua Cândido de Figueiredo, 51/51-C - Por despacho dado em 2006/05/04. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Proceda-se em conformidade (abertura de processo de CO e intimação p/regularização).*
- 635/EDI - Jorge Manuel Calado Guimarães Fernandes - Rua Paulo Renato (antiga Rua Um à Estrada de Benfica) 1, 1.º-F e 2.º-F - Por despacho dado em 2006/07/14. - Com os seguintes fundamentos: *Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção dos seguintes elementos: termo de responsabilidade de construção, livro de obra. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores.*
- 384/EDI - Administração do Condomínio - Avenida do Uruguai, 33/33-C - Por despacho dado em 2006/06/14. - Com os seguintes fundamentos: *Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção do seguinte elemento: termo de responsabilidade de construção. Parecer do RSB: Favorável.*

#### Indeferidos

- 209/EDI/04 - José Henriques da Silva - Rua Mestre Lima de Freitas (antiga Rua Projectada à Avenida do Colégio Militar), lote III - Por despacho dado em 2006/06/05. - Com os seguintes fundamentos: *Indefiro nos termos e com os fundamentos propostos.*
- 52/EDI - Vila Norte Construções, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Mestre Lima de Freitas (antiga Rua Projectada à Avenida do Colégio Militar), lote IV - Por despacho dado em 2006/06/19. - Com os seguintes fundamentos: *Indefiro nos termos e com os fundamentos expressos.*

#### Arquivado

1252/DOC/05 - Fernando Baptista Inglês - Calçada do Tojal, 45, cave - Por despacho dado em 2006/04/20. - Com os seguintes fundamentos: *Intime-se nos termos e com os fundamentos propostos.*

Por despacho do director municipal, José Eduardo Pires Marques (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 162/P/2006, de 2006/04/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 637, de 2006/06/04):

#### Deferidos

- 2361/OTR - José Manuel Duarte Ferreira Lourenço - Avenida Gomes Pereira, 60 e 64 - Por despacho dado em 2006/06/12. - Com o seguinte fundamento: *Defiro.*
- 2401/OTR - Sociedade de Construções Martins Dias, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Fernando Vicente Mendes (antigo Impasse A à Rua Pedro Monjardino), lote 12 - Por despacho dado em 2006/06/12. - Com o seguinte fundamento: *Defiro.*
- 634/POL - Baltasar Passos Vaz - Largo do Conde de Bonfim, 12/12-A - Por despacho dado em 2006/06/16. - Com o seguinte fundamento: *Defiro.*
- 730/POL - Cardumes - Sociedade Técnica de Projectos e Construção, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Augusto Costa (Costinha) (antiga Rua A à Rua das Pedralvas/Calçada do Tojal), 27/27-B - Por despacho dado em 2006/06/09. - Com o seguinte fundamento: *Defiro.*
- 303/POL - Acácio da Silva Rocha - Avenida Gomes Pereira, 93/93-B - Por despacho dado em 2006/06/12. - Com o seguinte fundamento: *Defiro.*

#### Arquivado

742/EDI - Carlos Alberto Pego Barreira - Estrada de Benfica, 505/505-A - Por despacho dado em 2006/05/31. - Com o seguinte fundamento: *Comunique-se a aceitação.*

Por despacho do director de departamento, Pedro Freire Lopes (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 2/DMGU/2006, de 2006/05/18, publicado no *Boletim Municipal* n.º 641, de 2006/06/01):

#### Homologados

- 905/POL - Maria das Dores Calisto Marques da Silva Simões Pereira - Rua Padre Francisco Álvares, 22, 3.º-A - Por despacho dado em 2006/06/06. - Com o seguinte fundamento: *Deferir.*
- 899/POL - Luís António Pacheco Soares do Rego - Rua Inácio de Sousa, 3, 2.º-B - Por despacho dado em 2006/06/08. - Com o seguinte fundamento: *Deferido.*

#### Deferidos

613/POL - Paula Augusta de Castro Ribeiro Pereira Cancela do Vale - Rua André de Gouveia, lote B, 4.º frente - Por despacho dado em 2006/05/18. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo. Defiro.*

- 885/POL - Maria José Veloso Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque - Praça General Vicente de Freitas, 4, 3.º direito - Por despacho dado em 2006/06/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 990/POL - Durval Marques Carvalhais - Rua Particular (Estrada das Laranjeiras), 34 - Por despacho dado em 2006/06/16. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 901/POL - Maria Teresa Ferreira da Silva Carvalho Pinto Marques - Estrada de Benfica, 451, 4.º direito - Por despacho dado em 2006/05/30. - *Com os seguintes fundamentos: Concorde. Defiro.*

Por despacho de outros colaboradores:

### Deferidos

- 227/DOC - Maria Paula de Matos Diniz de Figueiredo - Rua Inocêncio Francisco da Silva, 24, -1 e arrecadação - Por despacho dado em 2006/06/01. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 1808/DOC - Susana Maria Mendes Semião Simões - Rua da Vila de São Martinho (antiga Rua B do Estudo de Urbanização da Buraca), 6 - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3640/DOC - Joana Isabel Ramos Nobre Guerreiro - Estrada da Damaia, 55/55-A - Por despacho dado em 2006/06/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3519/DOC - Luís Carlos Torres - Rua Abranches Ferrão (antiga Rua 1.2 da Quinta dos Ulmeiros), 8/8-H - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com o seguinte fundamento: Deferimento.*
- 2658/DOC - Maria Fernanda Mendonça - Praça Professor Santos Andrea, 18/18-A - Por despacho dado em 2006/06/16. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3385/DOC - Mário Rui Conceição - Rua da Vila de São Martinho (antiga Rua B do Estudo de Urbanização da Buraca), 6 - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3375/DOC - António Fernandes da Rocha Esteves Ferreira - Rua da República Peruana, 13/13-C - Por despacho dado em 2006/06/01. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3762/DOC - Miguel Passos de Almeida - Rua Xavier de Araújo (antiga Rua Dois à Estrada da Luz), lote - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3690/DOC - João Manuel Ribeiro Nunes da Silva - Rua Alfredo Guisado, lote 1, 1.º direito - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3376/DOC - Alexandra Isabel Marques - Rua Jorge Barradas, 30/30-C - Por despacho dado em 2006/06/01. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3435/DOC - José Carlos da Conceição Almeida - Rua Cidade de Rabat, 38/38-C - Por despacho dado em 2006/06/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 1547/DOC - Maria Emília Amaro Carvalho - Rua Simões de Almeida, 9 - Por despacho dado em 2006/06/12. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

- 3442/DOC - Ana Marante - Rua Xavier de Araújo (antiga Rua Dois à Estrada da Luz), 11 (bloco 6) - Por despacho dado em 2006/06/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3444/DOC - Ana Catarina Quintela - Rua Alexandre Fleming (antiga Rua D à Rua Lúcio de Azevedo), 5/5-D - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3926/DOC - Nuno Miguel Silva dos Santos Madeira - Rua Doutor Bastos Gonçalves (antigo Impasse A à Rua General Firmino Miguel), 1/1-D - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3516/DOC - Luís Alexandre Lopes Duarte Simões Semião - Rua da Vila de São Martinho (antiga Rua B do Estudo de Urbanização da Buraca), 6 - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3829/DOC - Ana Lúcia Baptista Costa - Rua António Albino Machado (antiga Rua Seis do Novo Bairro das FONSECAS), 27, -2 e estacionamento - Por despacho dado em 2006/06/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 220/DOC - Orlando Miguel Silva Brízida - Estrada da Damaia, 46, 3.º direito - Por despacho dado em 2006/06/01. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3413/DOC - Maria Helena Gonçalves - Rua da Vila de São Martinho (antiga Rua B do Estudo de Urbanização da Buraca), 6, 1.º-C - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 3364/DOC - Maria de Lurdes Rodrigues Cadete - Rua Perez Fernandez, 15/15-A - Por despacho dado em 2006/06/01. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 2893/DOC - Alexandra Conceição dos Santos Neiva - Rua da Vila de São Martinho (antiga Rua B do Estudo de Urbanização da Buraca), 6 - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

### Arquivados

- 2808/DOC/04 - Filipe Nuno Custódio Simão Pires Belo - Rua da República da Bolívia, 40 - Por despacho dado em 2006/06/01. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado ao abrigo do preceituado no artigo 11.º do CPA.*
- 944/DOC/03 - Administração de Condomínio, Largo Conde de Bonfim, 5 - Largo Conde de Bonfim, 5 - Por despacho dado em 2006/06/06. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*
- 730/POL - Cardumes - Sociedade Técnica de Projectos e Construção, Ltd.ª - Rua Augusto Costa (Costinha) (antiga Rua A à Rua das Pedralvas/Calçada do Tojal), 27/27-B - Por despacho dado em 2006/07/21. - *Com os seguintes fundamentos: Licença emitida, arquivar na Obra n.º 66 863.*
- 8288/DOC/05 - Isabel Maria Mendes de Sousa Ferreira Pereira - Rua Doutor António Martins, 22, 2.º esquerdo e 3.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/06/01. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado ao abrigo do artigo 112.º do CPA.*
- 1167/DOC - Administração de Condomínio - Rua Cândido de Figueiredo, 51/51-C - Por despacho dado em 2006/06/06. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*
- 3928/DOC - Vera Alexandra Martins Alves - Rua Mariano Pina, lote 1473 - Por despacho dado em 2006/06/16. - *Com o seguinte fundamento: O processo é arquivado por desistência do interessado no pedido deduzido.*

Por despacho da Vereadora Gabriela Seara (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 509/P/2005, de 2005/11/15, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17, do Despacho n.º 730/P/2005, de 2005/12/23, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 619, de 2005/12/29 e do Despacho n.º 72/P/2006, de 2006/01/20, publicado no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/12/16):

### Aprovados

860/EDI/04 - Albino Dinis Marques - Rua Cecília Meireles, 17 - Por despacho dado em 2006/05/23. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, do seguinte projecto: traçado da rede de drenagem de águas pluviais.

357/EDI - Ana Maria Ferreira Sampaio Meira e outro - Avenida Ventura Terra, 9 - Por despacho dado em 2006/04/18. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, do seguinte projecto: estabilidade. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

1089/EDI/05 - Sociedade de Construções Martins Dias, Ltd.ª - Estrada do Desvio, 182/196 - Por despacho dado em 2006/06/30. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto de escavação/contenção periférica, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de electricidade, talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

### Deferidos

1827/EDI/05 - Mouravila - Promoções Imobiliárias - Rua António Livramento (antigas Ruas A e C Projectadas à Rua Professor Vieira de Almeida), lote 7 - Por despacho dado em 2006/05/19. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 2176,94 euros. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Licença a emitir nas mesmas condições da Licença inicial n.º 444/C/2004. A licença inicial deverá estar sempre em dia, sendo a única que poderá ser prorrogada.

Parecer do RSB: Emite-se parecer favorável. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU - De acordo com a Informação n.º 6769/INF/DARPAL-TRIU/GESTURBE/2006, a fl. 113 do processo 1827/EDI/2005, há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas. Parecer da DATSO/Gabinete de Geologia - De acordo com a Informação n.º 16094/INF/DATSO/GESTURBE/2006, a fl. 22 do processo 1828/EDI/ESC/05, os trabalhos de escavação e contenção periférica encontram-se concluídos e a super-estrutura em fase avançada de construção, pelo que nesta fase não se estabelece qualquer condição de licença. Técnico responsável pela direcção técnica da obra - Rui Manuel Gameiro Malho Saraiva, engenheiro civil inscrito na Ordem dos Engenheiros da Região Sul, com o n.º 18 803.

1828/EDI/05 - Mouravila - Promoções Imobiliárias - Rua António Livramento (antigas Ruas A e C Projectadas à Rua Professor Vieira de Almeida), lote 8 - Por despacho dado em 2006/05/23. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 2176,94 euros. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Licença a emitir nas mesmas condições da Licença inicial n.º 436/C/2004. A licença inicial deverá estar sempre em dia, sendo a única que poderá ser prorrogada. Parecer do RSB: Emite-se parecer favorável. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU: De acordo com a Informação n.º 6766/INF/DARPAL-TRIU/GESTURBE/2006, a fl. 114, há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas. Parecer da DATSO/Gabinete de Geologia: De acordo com a Informação n.º 16057/INF/DATSO/GESTURBE/2006, a fl. 28 do processo 1828/EDI/ESC/05, os trabalhos de escavação e contenção periférica encontram-se concluídos e a super-estrutura em fase avançada de construção, pelo que nesta fase não se estabelece qualquer condição de licença. Técnico responsável pela direcção técnica da obra: Engenheiro civil Rui Manuel Gameiro Saraiva, inscrito na Ordem dos Engenheiros, com o n.º 18 803.

1826/EDI/05 - Mouravila - Promoções Imobiliárias - Rua António Livramento (antigas Ruas A e C Projectadas à Rua Professor Vieira de Almeida), lote 6 - Por despacho dado em 2006/05/23. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 2176,94 euros. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Licença a emitir nas mesmas condições da Licença inicial n.º 448/C/2004. A licença inicial deverá estar sempre em dia, sendo a única que poderá ser prorrogada. Parecer do RSB: Emite-se parecer favorável. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU: De acordo com a Informação n.º 6744/INF/DARPAL-TRIU/GESTURBE/2006, a fl. 118, há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas.



*Parecer da DATSO/Gabinete de Geologia - De acordo com a Informação n.º 16 068/INF/DATSO/GESTURBE/2006, a fl. 28 do processo 1826/EDI/ESC/2005, os trabalhos de escavação e contenção periférica encontram-se concluídos e a super-estrutura em fase avançada de construção, pelo que não se estabelece qualquer condição de licença. Técnico responsável pela direcção técnica da obra: Engenheiro civil Rui Manuel Gameiro Saraiva, inscrito na Ordem dos Engenheiros, com o n.º 18 803.*

1830/EDI/05 - Isabel Maria Malho dos Santos - Rua António Livramento (antigas Ruas A e C Projectadas à Rua Professor Vieira de Almeida), lote 10 - Por despacho dado em 2006/05/19. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 2176,94 euros. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Licença a emitir nas mesmas condições da Licença inicial n.º 450/C/2004. A licença inicial deverá estar sempre em dia, sendo a única que poderá ser prorrogada. Parecer do RSB: Emite-se parecer favorável. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU - De acordo com a Informação n.º 6775/INF/DARPAL - TRIU/GESTURBE/2006, a fl. 110 do processo 1830/EDI/2005, há lugar ao pagamento da taxa de realização de infra-estruturas urbanísticas. Parecer da DATSO/Gabinete de Geologia - De acordo com a Informação n.º 16 059/INF/DATSO/GESTURBE/2006, a fl. 28 do processo 1830/EDI/ESC/05, os trabalhos de escavação e contenção periférica encontram-se concluídos e a super-estrutura em fase avançada de construção, pelo que nesta fase não se estabelece qualquer condição de licença. Técnico responsável pela direcção técnica da obra - Rui Manuel Gameiro Malho Saraiva, engenheiro civil inscrito na Ordem dos Engenheiros da Região Sul, com o n.º 18 803.

860/EDI/04 - Albino Dinis Marques - Rua Cecília Meireles, 17 - Por despacho dado em 2006/07/30. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção dos seguintes elementos: apólice de seguro de acidentes de trabalho, termo de responsabilidade de construção, livro de obra, termo de responsabilidade de escavação, alvará de construção, alvará de firma especializada em escavações. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. De acordo com o parecer da DMAU/DAEV/DJ, constante a folha 184, deve ser compensado o Município, mediante o pagamento de um valor de indemnização da árvore segundo o método de valorização Norma Granada, de 20 097,70 euros (vinte mil e noventa e sete euros e setenta cêntimos).

357/EDI - Ana Maria Ferreira Sampaio Meira e outro - Avenida Ventura Terra, 9 - Por despacho dado em 2006/06/30. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 36,74 euros. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Devem ser reparados os estragos causados nos passeios, lancis, sarjetas, etc. Parecer do RSB - Emite-se parecer definitivo favorável, com os condicionamentos propostos na respectiva Ficha de Segurança a folhas 124 a 126, devendo ainda a conduta de extracção de fumos e gases da cozinha obedecer aos preceitos regulamentares. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU - De acordo com a Informação n.º 23 140/INF/DARPAL - TRIU/GESTURBE/2006, a folha 175 do processo 357/EDI/2006, da qual se junta cópia, há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas. Licença a emitir nas mesmas condições da Licença inicial n.º 8/EO/2005, emitida através do processo 1740/EDI/2003. A licença inicial deverá estar sempre em dia, sendo a única que poderá ser prorrogada. Técnico responsável pela direcção técnica da obra - Rui Pedro Grazina Ferreira, engenheiro civil inscrito na OE (Ordem dos Engenheiros), sob o n.º 41 491.

956/EDI/05 - Carlos Miguel Varela da Silva Gomes - Rua do Lumiar, 24/26 - Por despacho dado em 2006/07/14. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença em simultâneo com: demolição-916/EDI/2006, fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 0,00 e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada, apólice de seguro de acidentes de trabalho, termo de responsabilidade de construção, livro de obra, plano de segurança e saúde, alvará de construção, ficha de inquérito do INE actualizada. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Devem ser reparados os estragos causados nos passeios, lancis, sarjetas, etc. Parecer do RSB: Emite-se parecer definitivo, com os condicionamentos propostos na respectiva ficha de segurança, a folhas 69 e 70, devendo, ainda, as chaminés obedecer aos preceitos regulamentares. Parecer da ANA: Parecer favorável, não há inconveniente na construção. Parecer do IPPAR: Parecer de aprovação. Uma vez que se trata de um imóvel classificado, deverá «Concluída a intervenção, deverá ser elaborado e remetido à Administração do Património Cultural competente um relatório de onde conste a natureza da obra, as técnicas, as metodologias, os materiais e os tratamentos aplicados, bem como documentação gráfica, fotográfica, digitalizada ou outra sobre o processo seguido». A área de implantação do prédio inclui-se no nível 2 das Áreas de Potencial Valor Arqueológico, do Plano Director Municipal de Lisboa, o que obriga à realização de acompanhamento arqueológico em obras que impliquem mobilizações do solo, pelo que, o promotor da obra deverá contratar um arqueólogo para o efeito, devendo o acompanhamento ser feito de forma «efectiva, continuada e directa».

916/EDI - Carlos Miguel Varela da Silva Gomes - Rua do Lumiar, 24/26 - Por despacho dado em 2006/07/14. - Com os seguintes fundamentos: Defiro. Nos termos da informação e despacho, deverá ser cumprido o disposto nas condições 1.ª, 2.ª e 3.ª de licença. Qualquer dano provocado nas edificações confinantes, proveniente dos trabalhos de demolição, é da responsabilidade do titular da licença de obras, que terá de proceder à sua reparação. A licença em simultâneo com: construção - 956/EDI/2005, fica condicionada à entrega de: apólice de seguro de responsabilidade civil, termo de responsabilidade de engenheiro ou engenheiro técnico civil.

1836/EDI/05 - Cinacla - Sociedade de Investimentos e Gestão Imobiliária, Ltd.ª - Rua António Livramento (antigas Ruas A e C Projectadas à Rua Professor Vieira de Almeida), lote 13 - Por despacho dado em 2006/05/23. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 2176,94 euros. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Licença a emitir nas mesmas condições da Licença inicial n.º 446/C/2004. A licença inicial deverá estar sempre em dia, sendo a única que poderá ser prorrogada. Parecer do RSB: Emite-se parecer favorável. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU: De acordo com a Informação n.º 6686/INF/DARPAL-TRIU/GESTURBE/2006, há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas. Parecer da DATSO/Gabinete de Geologia: De acordo com a Informação n.º 16 086/INF/DATSO/GESTURBE/2006, os trabalhos de escavação e contenção periférica encontram-se concluídos e a super-estrutura em fase avançada de construção, pelo que não qualquer condição de licença. Técnico responsável pela direcção técnica da obra: Engenheiro civil Rui Manuel Gameiro Saraiva, inscrito na Ordem dos Engenheiros, com o n.º 18 803.

1594/EDI/05 - Carlos Alberto Fernandes Monteiro - Rua António Livramento (antigas Ruas A e C Projectadas à Rua Professor Vieira de Almeida), lote 13 - Por despacho dado em 2006/06/12. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 0,00 e à junção dos seguintes elementos: estimativa actualizada, apólice de seguro de acidentes de trabalho, termo de responsabilidade de construção, livro de obra, alvará de construção. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Parecer do RSB - Emite-se parecer definitivo favorável, com os condicionamentos propostos na respectiva Ficha de Segurança a folhas 62 a 64,

devendo ainda: 1 - A conduta de extracção de fumos e gases da cozinha e lareira, deve obedecer aos preceitos regulamentares; 2 - O compartimento de arrecadações deve ser fechado por porta corta-fogo 30. Parecer da ANA - De acordo com a informação constante a folha 94 do processo 1594/EDI/2005, da qual se junta cópia, emite-se parecer favorável. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU - De acordo com a Informação n.º 6790/INF/DARPAL-TRIU/GESTURBE/2006, a folha 107 do processo 1594/EDI/2005, não há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas. Obra n.º 66 377.

1710/EDI/04 - Sancosta - Sociedade de Construções e Imobiliária, Ltd.ª - Rua Domingos Rebelo (antiga Rua C da Quinta do Bom Nome), lote 25 - Por despacho dado em 2006/06/14. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 6955,94 euros. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Devem ser reparados os estragos causados nos passeios, lancis, sarjetas, etc. Dar conhecimento do parecer do DGU II, a folha 125. Dar conhecimento do parecer do IPPAR, a folha 112. Licença a emitir nas mesmas condições da Licença inicial n.º 262/C/2001, emitida através do processo 310/DNUDI/PG/1996. A licença inicial deverá estar sempre em dia, sendo a única que poderá ser prorrogada. Parecer do RSB - Emite-se parecer favorável. Parecer do IPPAR - De acordo com a informação constante a folha 112 do processo 1710/EDI/2004, da qual se junta cópia, emite-se parecer de aprovação. Parecer da DARPAL/Núcleo da TRIU - De acordo com a Informação n.º 1657/INF/DARPAL-TRIU/GESTURBE/2006, a folha 126 do processo 1710/EDI/2004, da qual se junta cópia, há lugar ao pagamento da Taxa de Realização de Infra-estruturas Urbanísticas.

#### Indeferidos

1432/EDI/05 - Maria Luísa Resina - Rua Direita, ao Lumiar, 1/5 - Por despacho dado em 2006/06/30. - Com os seguintes fundamentos: Homologo o presente parecer desfavorável nos termos propostos.

1541/EDI/05 - Ameiximo, S. A. - Estrada de São Bartolomeu, lote 2000/036 - Por despacho dado em 2006/05/18. - Com os seguintes fundamentos: Indeferir nos termos e com os fundamentos propostos.

1539/EDI/05 - Ameiximo, S. A. - Estrada de São Bartolomeu, lote 2000/035 - Por despacho dado em 2006/05/18. - Com os seguintes fundamentos: Indeferir nos termos e com os fundamentos propostos.

1537/EDI/05 - Ameiximo, S. A. - Estrada de São Bartolomeu, lote 2000/033 - Por despacho dado em 2006/05/18. - Com os seguintes fundamentos: Indeferir nos termos e com os fundamentos propostos.

1536/EDI/05 - Ameiximo, S. A. - Estrada de São Bartolomeu, lote 2000/032 - Por despacho dado em 2006/05/18. - Com os seguintes fundamentos: Indeferir nos termos e com os fundamentos propostos.

## Arquivado

7940/DOC/05 - Carlos Alberto Carvalhal Alves - Rua General França Borges, s/n.º - Por despacho dado em 2006/01/24. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo. Embargue-se nos termos e com os fundamentos propostos.*

Por despacho do director municipal, José Eduardo Pires Marques (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 162/P/2006, de 2006/04/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 637, de 2006/06/04):

## Deferidos

2766/OTR - Pierre Marie Bernard Gishlain Lejeune - Rua Doutor José Alberto de Faria, 12 - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com o seguinte fundamento: Defiro.*

559/POL - Eulália Filipa Mota Marques - Rua Dr. João de Barros, 15/15-J - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com o seguinte fundamento: Defiro.*

## Arquivados

425/EDI - Escritório da Pequenedade - Entretenimento Infantil, Ltd.ª - Alameda Roentgen (antiga Alameda Central à Quinta dos Inglesinhos), 6/6-D - Por despacho dado em 2006/05/19. - *Com os seguintes fundamentos: Aceito. Arquite-se.*

1012/EDI - Nortadas Pereira, Unipessoal, Ltd.ª - Alameda das Linhas de Torres, 225, loja 8 e loja 9 - Por despacho dado em 2006/07/05. - *Com os seguintes fundamentos: Transmita-se ao interessado e archive-se.*

721/EDI - Centro Colombo, Centro Comercial, S. A. - Avenida Lusíada, Centro Comercial Colombo, 0, loja 170 e 0 loja 169 - Por despacho dado em 2006/05/17. - *Com os seguintes fundamentos: Aceite-se e Archive-se.*

Por despacho do director de departamento, Pedro Freire Lopes (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 2/DMGU/2006, de 2006/05/18, publicado no *Boletim Municipal* n.º 641, de 2006/06/01):

## Homologado

1030/POL - Mariana Guerreiro Gamito Ferreira - Rua André de Gouveia, lote 1646, 7.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/07/13. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*

## Deferidos

1043/POL - Maria Amélia Videira Rates Morato - Beco dos Ferreiros, 10 - Por despacho dado em 2006/06/28. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*

645/POL - Acra - Arquitectura, Construção, Reconstrução e Administração de Prédios, S. A. - Estrada da Luz, 61-B, loja - Por despacho dado em 2006/05/30. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo. Defiro.*

815/POL - António José Garcia de Pina - Calçada do Tojal, 22, 5.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/05/25. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo. Defiro.*

2817/OTR - António Alberto Matos Alves - Bairro do Jardim Sul e Norte, 9 - Por despacho dado em 2006/07/03. - *Com os seguintes fundamentos: Deferir. Nos termos da informação e despacho, a ocupação com a tipologia cabine eléctrica com 1 m x 1 m, utilização de uma faixa em calçada, deve cumprir o disposto nas condições gerais 2.ª de licença e nas condições construtivas. Cumprir o disposto no Edital n.º 108/92, no que for aplicável, colocar sinalização de segurança de veículos com sinalização diurna e nocturna, sinais de aviso ou proibição.*

765/POL - Associação Lisbonense de Proprietários - Estrada da Damaia, 65, 3.º direito - Por despacho dado em 2006/05/25. - *Com os seguintes fundamentos: Concordo. Defiro.*

859/POL - Elvira Ribeiro Mateus - Rua Jorge Barradas, 48, 6.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/05/25. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

679/POL - Rui Manuel Filipe de Matos - Rua Eugénio Salvador (antiga Rua A do Bairro da Horta Nova), 2/2-D - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

681/POL - Riter - Edificadora - Construções Cívicas e Industriais - Rua Fernando Cabral (antiga Rua C à Rua Alberto Barbosa), lote 13 - Por despacho dado em 2006/06/21. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*

671/POL - Riter - Edificadora - Construções Cívicas e Industriais - Rua Direita da Ameixoeira, 8-A/10 - Por despacho dado em 2006/06/27. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*

## Arquivado

1017/EDI - Rafael José Noura de Almeida - Rua Professor Queiroz Veloso (antiga Rua 2N da Zona de Telheiras), 80, 1.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/07/19. - *Com o seguinte fundamento: Arquivar.*

Por despacho de outros colaboradores:

## Deferidos

4647/DOC - Gesaimo - Gestão e Administração de Imóveis, Ltd.ª - Rua Guiomar Torresão, 55 - Por despacho dado em 2006/07/17. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3522/DOC - Bernardete da Conceição Catarino Mascarenhas - Rua Manuel Ferreira de Andrade, lote 1510, 4.º-B, estacionamento e arrecadação - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3367/DOC - Cleide Najisa Espírito Santo Cravid - Azinhaga da Cidade, 30/30-D - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

1561/DOC - José Fouto da Silva - Estrada de Benfica, 538 - Por despacho dado em 2006/06/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*



8370/DOC/05 - Maria Isabel Cruz Pereira Gomes Menezes - Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 88/88-B - Por despacho dado em 2006/05/25. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

2631/DOC - Mónica da Costa Ferreira - Rua Fernando Vaz (antiga Rua III à Rua José da Costa Pedreira), 12/12-B - Por despacho dado em 2006/05/30. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

1111/DOC - José Luís Marques dos Santos - Rua Joly Braga Santos (antiga Rua Dois à Estrada da Luz), lote G - Por despacho dado em 2006/06/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3362/DOC - Paulo Cristina Oliveira Domingues - Rua César de Oliveira (antiga Rua A à Azinhaga do Jogo da Bola), 20/20-C (lote 30) - Por despacho dado em 2006/05/30. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3333/DOC - Maria Carolina Esteves Remédio - Rua Doutor Bastos Gonçalves (antigo Impasse A à Rua General Firmino Miguel), 1/1-D - Por despacho dado em 2006/05/24. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3329/DOC - José Carlos da Conceição Almeida - Rua Cidade de Rabat, 38/38-C - Por despacho dado em 2006/05/30. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3514/DOC - Manuel António da Silva Dias - Rua Cidade de Cacheu (antiga Rua Um à Rua João Frederico Ludovice), 31/31-D - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3879/DOC - Mok Cheang - Azinhaga da Cidade, 30, 4.º-D - Por despacho dado em 2006/06/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

2980/DOC - Casarroba - Sociedade de Mediação Imobiliária, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Lúcio de Azevedo, 10/10-C - Por despacho dado em 2006/05/24. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3371/DOC - Isabel Maria Martins Gomes Valente - Rua João Frederico Ludovice, 28/28-D - Por despacho dado em 2006/05/24. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3330/DOC - Henrique Manuel da Costa Paquete - Rua João de Freitas Branco, 17-B, r/c, loja - Por despacho dado em 2006/05/24. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

3633/DOC - Joaquim Nascimento - Alameda António Sérgio (antigos Impasses 1 e 2 da Quinta de Santa Clara), 1 - Por despacho dado em 2006/05/31. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

4684/DOC/04 - Marta Estrela de Queirós Pereira - Rua José Gamboa (antiga Rua Dois da Urb. da Cerâmica de Carnide), 4 - Por despacho dado em 2006/05/30. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*

#### Arquivados

3367/DOC - Cleide Najisa Espírito Santo Cravid - Azinhaga da Cidade, 30/30-D - Por despacho dado em 2006/06/26. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*

723/DOC/04 - Francisca Rosário Pires Valente Paixão Figueira - Rua Virgínia Vitorino, 4/4-A - Por despacho dado em 2006/06/26. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*

2631/DOC - Mónica da Costa Ferreira - Rua Fernando Vaz (antiga Rua III à Rua José da Costa Pedreira), 12/12-B - Por despacho dado em 2006/06/20. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*

559/POL - Eulália Filipa Mota Marques - Rua Dr. João de Barros, 15/15-J - Por despacho dado em 2006/07/24. - *Com o seguinte fundamento: Obra n.º 58 160.*

3333/DOC - Maria Carolina Esteves Remédio - Rua Doutor Bastos Gonçalves (antigo Impasse A à Rua General Firmino Miguel), 1/1-D - Por despacho dado em 2006/06/07. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*

4126/DOC - Grupo de Acção Comunitária - IPSS - Rua Professor Fernando de Mello Moser (antiga Rua C da Nova Urbanização do Paço do Lumiar), lote D4 - Por despacho dado em 2006/07/20. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*

8232/DOC/05 - José Luís Almeida de Oliveira - Rua António Albino Machado (antiga Rua Seis do Novo Bairro das FONSECAS), 19/19-B - Por despacho dado em 2006/01/19. - *Com os seguintes fundamentos: Uma vez que existe um pedido de emissão de licença especial de ruído que em tempos foi enviado à DMAU, envia-se este processo àqueles Serviços para os devidos efeitos. O processo é arquivado para sair da lista de tarefas.*

2980/DOC - Casarroba - Sociedade de Mediação Imobiliária, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Lúcio de Azevedo, 10/10-C - Por despacho dado em 2006/06/07. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*

3330/DOC - Henrique Manuel da Costa Paquete - Rua João de Freitas Branco, 17-B, r/c, loja - Por despacho dado em 2006/06/07. - *Com o seguinte fundamento: Arquivado.*

## DIVISÃO DA ZONA ORIENTAL

### Processos despachados

Por despacho da Vereadora Gabriela Seara (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 509/P/2005, de 2005/11/15, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17, do Despacho n.º 730/P/2005, de 2005/12/23, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 619, de 2005/12/29 e do Despacho n.º 72/P/2006, de 2006/01/20, publicado no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/12/16):

### Aprovados

158/EDI - Mc Duarte, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida dos Defensores de Chaves, 17/17-C / Avenida Praia da Vitória, 22/30 - Por despacho dado em 2006/08/23. - *Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto de escavação/contenção periférica, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, projecto de ventilação e exaustão de fumos, projecto de demolição, contenção de fachada total, plano de ocupação de via pública.*

*Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de electricidade, talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Terá ainda de IPPAR -fl. 133, DSRT -fl. 137. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.*

2241/EDI/05 - Ana Maria Simões Freire - Rua Cinco (Bairro da Encarnação), 26 - Por despacho dado em 2006/09/01. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, ficha electrotécnica, projecto de demolição, contenção de fachada parcial. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

789/EDI - Maria do Rosário Amaral Silva Sanches Marques - Rua Pedro Ivo, 11-C, rés-do-chão - Por despacho dado em 2006/08/23. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos expostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, ficha electrotécnica, plano de ocupação de via pública. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de águas. Terá ainda de DGU -fl. 82. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

457/EDI - Fernando António Correia de Almeida Rainha - Rua Brito Aranha, 2 - Por despacho dado em 2006/09/01. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto de escavação/contenção periférica, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, projecto de ventilação e exaustão de fumos, projecto de demolição, contenção de fachada total, plano de ocupação de via pública. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de electricidade, talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

2135/EDI/05 - Banco Comercial Português, S. A. - Avenida de Roma, 3-B, rés-do-chão - Por despacho dado em 2006/09/01. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

1293/EDI - Banco Comercial Português, S. A. - Largo de Dona Estefânia, 17/27 - Por despacho dado em 2006/09/01. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, ficha electrotécnica. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

524/EDI - Ana Paula Mendes Vitorino - Rua Barbosa Colen, 5, rés-do-chão esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/01. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto de ventilação e exaustão de fumos. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de electricidade, talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

408/EDI - Tiago Filipe da Silva Guedes Pina - Rua Rebelo da Silva, 8 - Por despacho dado em 2006/08/23. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, projecto de ventilação e exaustão de fumos, plano de ocupação de via pública. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de electricidade, talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

199/EDI - Licínio Pinto Leitão - Rua dos Lojistas, 160 - Por despacho dado em 2006/09/01. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto de escavação/contenção periférica, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, ficha electrotécnica, projecto de demolição, contenção de fachada parcial. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de telecomunicações, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

252/EDI - Sorepurb - Empreendimentos Imobiliários, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida dos Defensores de Chaves, 22 - Por despacho dado em 2006/08/23. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos.

Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto do comportamento térmico, projecto acústico, projecto de ventilação e exaustão de fumos, ficha electrotécnica, projecto de demolição, contenção de fachada parcial, plano de ocupação de via pública. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. Terá ainda de DGU - fl. 133, frente e verso, ver condições para deferimento. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

1015/EDI - Chavimóvel - Sociedade Imobiliária, Ltd.<sup>a</sup> - Azinhaga dos Barros, lote 32 - Por despacho dado em 2006/09/18. - Com os seguintes fundamentos: Aprovo nos termos e com os fundamentos propostos. A Vereadora em 2006/09/18. Nos termos da informação e despacho, a licença fica condicionada à junção, no prazo de seis meses, dos seguintes projectos: projecto de estabilidade, projecto da rede interna de águas residuais e pluviais, projecto de ventilação e exaustão de fumos. Deverá, ainda e no mesmo prazo, proceder à apresentação de: talão de entrega do projecto de electricidade, talão de entrega do projecto de gás e talão de entrega do projecto de águas. a) Aquando do pedido de licença de utilização, deverão ser contempladas estas alterações. Terá ainda de DGU - fl. 136. Trata-se de um processo de alterações no decurso da obra, cujo processo inicial tem o n.º 1906/ /OB/00 e Licença n.º 62/C/0. Oportunamente serão calculados os encargos urbanísticos que eventualmente venham a ser devidos.

### Deferido

627/EDI/05 - Nuvapa - Empreendimentos Imobiliários, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Silvío Rebelo, 19 - Por despacho dado em 2006/08/23. - Com os seguintes fundamentos: Defiro nos termos e com os fundamentos propostos. Nos termos da informação e despacho, a licença em simultâneo com: prorrogação de Licença n.º 7585/OTR/2005, fica condicionada ao pagamento de encargos de urbanização de 5351,45 euros e à junção dos seguintes elementos: todos os elementos solicitados na licença inicial. O alvará inicial de obras deverá estar sempre em dia, até à data da conclusão das obras. O ajustamento dos projectos das especialidades com o projecto de arquitectura é da responsabilidade dos respectivos autores. Devem ser reparados os estragos causados nos passeios, lancis, sarjetas, etc.

Por despacho do director municipal, José Eduardo Pires Marques (ao abrigo da subdelegação de competências conferida através do Despacho n.º 162/P/2006, de 2006/ /04/06, publicado no Boletim Municipal n.º 637, de 2006/ /06/04):

### Deferidos

483/POL - Imofragide - Investimentos Imobiliários, S. A. - Avenida Almirante Reis, 136/136-F - Por despacho dado em 2006/06/27. - Com o seguinte fundamento: Defiro. 3840/OTR - Granvale - Imobiliária e Investimentos, Ltd.<sup>a</sup> - Rua Sousa Martins, 8 - Por despacho dado em 2006/ /07/11. - Com o seguinte fundamento: Defiro.

### Indeferidos

432/POL - Augusto dos Anjos Paulo - Avenida São João de Deus, 23, 6.º-B - Por despacho dado em 2006/06/09. - Com o seguinte fundamento: Indeferido. 309/POL - Augusto dos Anjos Paulo - Avenida São João de Deus, 23, 7.º-C - Por despacho dado em 2006/06/09. - Com o seguinte fundamento: Indeferido. 1122/POL/05 - Maria Magdalena de Jesus Alves - Rua Cidade de Quelimane, 21, rés-do-chão - Por despacho dado em 2006/08/04. - Com o seguinte fundamento: Indeferido. 2659/POL/05 - Isabel Maria D'Oliveira e Sousa - Rua Cidade de Porto Amélia, 16 - Por despacho dado em 2006/08/04. - Com os seguintes fundamentos: Indeferido nos termos e com os fundamentos expressos.

### Arquivados

1571/EDI/05 - Comsigo - Soc. Prest. Serviços, Saúde e Lazer, Ltd.<sup>a</sup> - Avenida Manuel da Maia, 24, cave direita - Por despacho dado em 2006/08/18. - Com o seguinte fundamento: Archive-se. 2301/EDI/05 - Nuno Miguel Rodrigues Albuquerque - Rua de Dona Estefânia, 53, 5.º direito - Por despacho dado em 2006/04/07. - Com os seguintes fundamentos: Concorde. Comunique-se ao requerente a rejeição e respectivos fundamentos.

Por despacho do director de departamento, Pedro Freire Lopes (ao abrigo da subdelegação de competência conferida através do Despacho n.º 2/DMGU/2006, de 2006/05/18, publicado no Boletim Municipal n.º 641, de 2006/06/01):

### Homologados

1583/POL - Maria Del Carmen Jesus Quintia Barreiro e outros - Avenida Almirante Gago Coutinho, 56, 8.º direito - Por despacho dado em 2006/09/19. - Com o seguinte fundamento: Deferir. 1154/POL - Afonso de Nazaré Alves Moreira - Rua Pascoal de Melo, 29, 3.º direito - Por despacho dado em 2006/ /09/05. - Com o seguinte fundamento: Deferir. 1155/POL - Afonso de Nazaré Alves Moreira - Rua Rebelo da Silva, 71, cave A - Por despacho dado em 2006/ /09/05. - Com o seguinte fundamento: Deferir. 1181/POL - Augusto Leite Ferreira dos Santos - Rua Dr. João Soares, 2/2-B - Por despacho dado em 2006/09/07. - Com o seguinte fundamento: Deferir. 1182/POL - Augusto Leite Ferreira dos Santos - Rua Dr. João Soares, 2/2-B - Por despacho dado em 2006/09/06. - Com o seguinte fundamento: Deferir. 910/POL - Adelaide Marques Lopes - Avenida do Brasil, 20, 7.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/04. - Com o seguinte fundamento: Deferir. 1439/POL - Aquiles Almeida Morgado - Estrada de Moscavide (antiga Rua Direita de Moscavide), 42, 1.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/05. - Com o seguinte



*fundamento: Deferir.*

- 1336/POL - Helena Maria Ferreira Guerra Garcia de Carvalho - Rua Seis (Bairro da Encarnação), 10 - Por despacho dado em 2006/09/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 1555/POL - António Alberto Pinto Tavares Pereira - Rua António Pedro, 99, 2.º direito - Por despacho dado em 2006/09/04. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 1111/POL - Associação Lisbonense de Proprietários - Rua Dr.ª Sara Benoliel, 4, 2.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/07. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 518/POL - Francisco Eurico Salvação Duarte - Praça João de Azevedo Coutinho, 4, 6.º esquerdo frente - Por despacho dado em 2006/09/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 1564/POL - Sociedade Imobiliária Família Paiva das Neves, S. A. - Rua António Patrício, 23, 9.º-D - Por despacho dado em 2006/09/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 407/POL - Domingues Rodrigues - Rua Conselheiro Lopo Vaz, 24, 6.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/04. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 1185/POL - Joana da Costa Araújo Pereira Gonçalves - Rua Sousa Martins, 2, 2.º frente - Por despacho dado em 2006/09/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 1251/POL - Fernando Ribeiro Valério e outro - Avenida do Brasil, 15, 1.º - Por despacho dado em 2006/09/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 978/POL - Maria José Nogueira Caldas - Rua de Ponta Delgada, 64-A, loja A - Por despacho dado em 2006/09/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 934/POL - Montepio Geral - Associação Mutualista - Rua Alexandre Braga, 19, 2.º direito - Por despacho dado em 2006/09/07. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 933/POL - Montepio Geral - Associação Mutualista - Rua Alexandre Braga, 19, 3.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 931/POL - Montepio Geral - Associação Mutualista - Rua Alexandre Braga, 19, 4.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 932/POL - Montepio Geral - Associação Mutualista - Rua Alexandre Braga, 19, 2.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 450/POL - Maria do Carmo Lopes - Circular Sul do Bairro da Encarnação (antiga Rua J do Bairro da Encarnação), 4-B, loja e loja - Por despacho dado em 2006/09/06. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 924/POL - Caixa de Previdência do Pessoal do Caminho de Ferro de Benguela - Rua Cidade de Cabinda, 18-C, 3.º esquerdo - Por despacho dado em 2006/09/07. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*

#### Deferidos

- 1650/POL - Isabel Maria Teixeira da Costa Marques - Avenida Almirante Reis, 127, 4.º direito - Por despacho dado em 2006/09/11. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 1734/POL - Joaquim Jorge Domingues Estêvão - Rua de Arroios, 221/221-C - Por despacho dado em 2006/09/18. -

*Com o seguinte fundamento: Deferir.*

- 1773/POL/05 - José Alberto Tavares Mendes - Rua da Quinta da Fonte (antiga Rua I do Bairro da Encarnação), 11 - Por despacho dado em 2006/09/04. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 495/POL - Manuel da Silva Mendes Manuel da Silva Mendes - Estrada de Moscavide (antiga Rua Direita de Moscavide), 41/41-B - Por despacho dado em 2006/09/05. - *Com o seguinte fundamento: Deferido.*
- 102/POL - Ilda Pinto - Rua Seis (Bairro da Encarnação), 44/44-A - Por despacho dado em 2006/09/08. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*
- 2260/OTR - Coprag - Comércio de Imóveis e Produtos Agropecuários, Ltd.ª - Rua Passos Manuel, 64/64-A - Por despacho dado em 2006/09/11. - *Com os seguintes fundamentos: Deferir. Nos termos da informação e despacho, a ocupação com a tipologia andaime com 9,20 m de frente e 0,90 m de cabeceira e 8 pisos para Rua Passos Manuel, 64, depósito de materiais com a área de 5 x 2 m² deve cumprir o disposto nas condições gerais 2.ª de licença e nas condições construtivas. Cumprir o disposto no Edital n.º 108/92, no que for aplicável, colocar sinalização de segurança de veículos com sinalização diurna e nocturna, pinturas fosforescentes, lanternas intermitentes, sinais de aviso ou proibição, executar corredor pedonal devidamente protegido, superior e lateralmente, com 1,20 m de largura, colocar pala e travamento com 2,20 m de altura, executar corredor pedonal devidamente protegido, superior e lateralmente, com 2,20 m de largura.*
- 896/POL - Isaías de Jesus Brites - Alameda da Encarnação, 15 - Por despacho dado em 2006/09/07. - *Com o seguinte fundamento: Deferir.*

Por despacho de outros colaboradores:

#### Arquivado

- 880/DOC/03 - Nair Claro Delgado Lopes Alves - Avenida Frei Miguel Contreiras, 16/16-D - Por despacho dado em 2006/09/11. - *Com o seguinte fundamento: Arquite-se.*

## DIRECÇÃO MUNICIPAL

## CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

### Processos despachados

Por despacho da directora municipal (no uso da subdelegação de competências conferida no Despacho n.º 125/P/2006, publicado no *Boletim Municipal* n.º 631, de 2006/03/23):

#### Deferidos

E subsequentemente extinto o procedimento, nos termos do disposto no artigo 106.º do CPA

- 29 814/DMSC/05 - Gabriel dos Santos Belo Baguet Júnior (Despacho de 2005/12/09).
- 33 674/DMSC/05 - Gabriel dos Santos Belo Baguet Júnior (Despacho de 2005/12/09).

37 367/DMSC/05 - Fernando de Sousa Lino (Despacho de 2006/01/02).  
 38 200/DMSC/05 - Falanstério - Atelier de Arquitectura, Ltd.<sup>a</sup> (Despacho de 2006/01/02).  
 22 421/DMSC/04 - Catarina Maria Almeida de Matos (Despacho de 2006/01/06).  
 41 503/DMSC/05 - Amílcar Gonçalves Boavida Castelo Branco (Despacho de 2006/01/13).  
 36 337/DMSC/05 - Júlia da Cruz Benhanon de Lima Neto Monteiro (Despacho de 2006/01/23).  
 37 651/DMSC/05 - Omniumgeste, Ltd.<sup>a</sup> (Despacho de 2006/01/23).  
 37 013/DMSC/05 - Maria Raquel Saragga Rodrigues Aguiar (Despacho de 2006/01/25).  
 40 580/DMSC/05 - Maria do Carmo Martins de Abreu (Despacho de 2006/01/30).  
 40 691/DMSC/05 - Carlos Eduardo Azevedo M. Bairrada (Despacho de 2006/04/07).  
 1596/DMSC - Fernando António Nunes Moreira (Despacho de 2006/02/03).  
 1391/DMSC - Isabel Lucinda Franco Gomes (Despacho de 2006/02/08).  
 5041/DMSC - Sofia Aleixo Martins da Silva (Despacho de 2006/03/15).  
 1071/DMSC - José Paulo G. Jacinto (Despacho de 2006/03/16).  
 1730/DMSC - Joaquim Miguel Garcia Figueira (Despacho de 2006/03/22).  
 2327/DMSC - Pedro Miguel Cordeiro da Costa Picoito (Despacho de 2006/03/28).  
 6344/DMSC - Antónia Ramalho Gonçalves (Despacho de 2006/04/05).  
 5210/DMSC - Maria Helena Ribeiro Pereira Lopes Vitorino (Despacho de 2006/04/07).  
 7343/DMSC - Nelson Gomes Barata Ruivo (Despacho de 2006/04/07).  
 10 318/DMSC - Silva Dias, Arquitectos (Despacho de 2006/05/05).  
 14 902/DMSC - Ema Ludivia Diniz Palácios (Despacho de 2006/05/10).

#### Extintos

Nos termos do disposto no artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo

19 624/DMSC/05 - Silvia Paula Neves Heleno Silva (Despacho de 2006/07/07).  
 29 217/DMSC/05 - Delmar Pires Soares Teixeira (Despacho de 2006/07/07).  
 31 566/DMSC/05 - Ana França Jardim (Despacho de 2006/07/07).  
 31 691/DMSC/05 - Carlos Manuel da Cruz de Sousa (Despacho de 2006/07/07).  
 41 088/DMSC/05 - Horácio Martins Gonçalves Mixão (Despacho de 2006/07/07).  
 10 576/DMSC - Jorge Filipe Silva Gordo (Despacho de 2006/07/07).  
 35 446/DMSC/05 - Irene Reis de Carvalho Tavares Leitão (Despacho de 2006/07/19).  
 31 701/DMSC/05 - Carlos Manuel da Cruz de Sousa (Despacho de 2006/08/18).

*Após a consulta do respectivo Volume de Obra, verificando-se a inexistência do documento pretendido e não sendo possível prover ao solicitado, foram informados os interessados, por ofício e não havendo resposta dentro do prazo legal de dez dias úteis, extingue-se o procedimento por impossibilidade.*

5937/DAG/00 - Carlos Calvet da Costa (Despacho de 2006/04/17).  
 15 238/DAG/93 - Maria do Carmo S. C. A. Vasconcelos Figueiredo (Despacho de 2006/07/04).  
 3678/DAG/99 - Pio Gonzalez Bouzó (Despacho de 2006/07/13).  
 7479/DOGEC/99 - Modesto Gonzalez Bouzó (Despacho de 2006/07/13).  
 9607/DOGEC/99 - José Maria Gonzalez Bouzó (Despacho de 2006/07/13).  
 9606/DOGEC/99 - Delmiro Gonzalez Bouzó (Despacho de 2006/07/13).  
 9608/DOGEC/99 - Manuel Gonzales Rodriguez (Despacho de 2006/07/13).  
 17 216/DAG/97 - Emilia Amorim Lima Fonseca (Despacho de 2006/07/20).  
 15 483/DAG/96 - Jaime Simões das Neves (Despacho de 2006/07/27).  
 25 778/DAG/97 - João Nascimento das Dores (Despacho de 2006/07/27).  
 5409/DAG/97 - Sara Valente D. Nunes (Despacho de 2006/08/25).

*Existe para o local um outro a decorrer que substitui o presente. Extingue-se por inutilidade superveniente.*

E subsequentemente arquivado o procedimento, nos termos do disposto nos artigos 106.º e 110.º do Código do Procedimento Administrativo

2216/DMSC/05 - Maria João Parente da Silva (Despacho de 2005/01/25).  
 18 208/DMSC - Solange Marques Morais Juvantes (Despacho de 2006/07/20).  
 24 462/DMSC/05 - Manuel Soares Morais (Despacho de 2006/08/18).  
 5495/DMSC - João de Carvalho (Despacho de 2006/08/18).  
 6311/DMSC - Carlos Eduardo Azevedo M. Bairrada (Despacho de 2006/08/18).  
 2017/DMSC - Maria Madalena Gonçalves Andrade (Despacho de 2006/08/25).  
 21 569/DMSC/04 - Elisabete da Silva Oliveira (Despacho de 2006/08/25).  
 35 837/DMSC/04 - Hermes Alberto Rodrigues Palma (Despacho de 2006/08/25).  
 14 357/DMSC/04 - Palmira Lisboa Fernandes Rosa (Despacho de 2006/09/18).

E subsequentemente arquivado o procedimento, nos termos do disposto nos artigos 106.º e 111.º do Código do Procedimento Administrativo

20 400/DMSC/04 - Paulo Manuel Rapazote Flores (Despacho de 2006/06/19).  
 438/DMSC/05 - Susana Patrícia Simões Madeira (Despacho de 2006/08/18).  
 11 817/DMSC/05 - João Pedro de Laxman Maria Pita (Despacho de 2006/08/18).

26 814/DMSC/05 - Lúcia Pires (Despacho de 2006/08/18).  
34 773/DMSC/05 - Cibete Armanda Lobo Faria Queirós (Despacho de 2006/08/18).  
11 052/DMSC/05 - Pedro Alpalhão (Despacho de 2006/08/22).  
9944/DOGEC/02 - Luís Vaz de Almeida (Despacho de 2006/08/25).  
9010/DMSC/05 - Tiago Miguel Bigorne Lavrador (Despacho de 2006/08/25).

Por despacho da directora municipal (no uso da subdelegação de competências conferida no Despacho n.º 91/P/2005, publicado no *Boletim Municipal* n.º 584, de 2005/04/28):

#### Deferidos

E subsequentemente extinto o procedimento, nos termos do disposto no artigo 106.º do CPA

16 481/DMSC/05 - Carlos Alberto Marques Paixão Senra (Despacho de 2005/07/05).  
9574/DMSC/05 - Nelda - Sociedade de Construções, Ltd.ª (Despacho de 2005/07/08).  
23 047/DMSC/05 - Nuno Eduardo Pereira de S. B. Calvet da Costa (Despacho de 2005/09/21).  
13 606/DMSC/05 - Francisco Eduardo de Almeida (Despacho de 2005/11/09).

Por despacho da directora municipal (no uso da subdelegação de competências conferida no Despacho n.º 6/DMCRU/2005, publicado no *Boletim Municipal* n.º 587, de 2005/05/19):

#### Extintos

Nos termos do disposto no artigo 112.º do CPA

339/DAG/99 - João Paulo Santos Sousa (Despacho de 2005/09/26).  
4459/DOGEC/99 - Associação dos Inquilinos Lisbonenses, CRL (Despacho de 2005/09/26).  
17 801/DOGEC/99 - Maria Cristina Rodrigues de Freitas (Despacho de 2005/09/26).  
5205/DAG/02 - Luís Lucas Lares (Despacho de 2005/09/26).  
5794/DAG/99 - António Manuel Robim (Despacho de 2005/09/26).  
358/DOGEC/99 - Maria José Ferreira Gonçalves (Despacho de 2005/09/26).  
2455/DAG/99 - João Paulo Santos Sousa (Despacho de 2005/09/26).  
10 100/DOGEC/01 - Maria Teresa Lopes Gomes (Despacho de 2005/09/26).  
2895/DOGEC/99 - Maria Luísa Abreu Gonçalves Afonso (Despacho de 2005/09/28).

## DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARTICULARES

### DIVISÃO DE PROJECTO

#### Processos despachados

##### Extintos

E subsequentemente arquivamento do procedimento nos termos do disposto do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (por subdelegação - Despacho n.º 2/DMCRU/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 633, de 2006/04/06)

14 686/DAG/94 - Maria Luísa Ramos e outros - Rua Artilharia Um, 14 - Por despacho da directora do Departamento da DMCRU de 2006/09/18.  
20 384/DAG/96 - António Blanco Lopez - Rua D. Dinis, 27 - Por despacho da directora do Departamento da DMCRU de 2006/09/06.  
15 729/DODEC/99 - Isabel Maria de Castro Teixeira Henriques - Rua Professor Lima Basto, 113, 1.º - Por despacho da directora do Departamento da DMCRU de 2006/09/22.  
4690/DAG/99 - Aires de Oliveira Pinto - Rua Artilharia Um, 14/14-A - Por despacho da directora do Departamento da DMCRU de 2006/09/18.  
8036/DAG/99 - Virgílio dos Santos Pedreirinho - Rua Egas Moniz, 4 - Por despacho da directora do Departamento da DMCRU de 2006/07/05.

E subsequentemente arquivamento do procedimento nos termos do disposto do artigo 111.º do Código do Procedimento Administrativo (por subdelegação - Despacho n.º 2/DMCRU/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 633, de 2006/04/06)

4421/DAG/98 - José António Beja Rosa - Travessa do Barbosa, 6, porta 1 - Por despacho da directora do Departamento da DMCRU de 2006/07/05.

Ao abrigo do Programa Recriph - Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho

38/RH/97 - Administração do Condomínio - Rua Leandro Braga, 6 - Por despacho da directora do Departamento da DMCRU de 2006/05/08 (por subdelegação - Despacho n.º 2/DMCRU/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 633, de 2006/04/06).  
- Nos termos do artigo 112.º do Código de Procedimento Administrativo.

#### Deferidos

Ao abrigo do Programa Recria - Decreto-Lei n.º 329-C/2000, de 22 de Dezembro

43/R/02 - Manuel Gonçalves Lopes - Rua do Jardim Botânico, 27 - Por despacho da Vereadora de 2004/12/22. - Nos termos propostos e por delegação de competência de Sua Ex.ª o Presidente (Despacho n.º 169/P/2004, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 546, de 2004/08/05).

Ao abrigo do Programa Solarh - Decreto-Lei n.º 39/2001, de 6 de Fevereiro

2/SH/04 - Joana Maria Telo de Jesus - Rua Gil Vicente, 15, rés-do-chão direito - Por despacho da Vereadora de 2005/04/29. - Nos termos propostos e por delegação de competência de Sua Ex.ª o Presidente (Despacho n.º 43/P/2005, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 579, de 2005/03/24).



## DIRECÇÃO MUNICIPAL

### ACTIVIDADES ECONÓMICAS

#### DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTOS

##### DIVISÃO DE GESTÃO DE FEIRAS, VENDA AMBULANTE E COMERCIO NÃO SEDENTÁRIO

##### Requerimentos despachados

Despacho do director de departamento (por subdelegação - Despacho n.º 3/DMAE/06, de 2006/06/30, publicado no *Boletim Municipal* n.º 647):

##### Deferidos

Requerimentos de renovação de cartões de vendedores ambulantes e feirantes

375/DGFVACNS - Jivan Bica.  
460/DGFVACNS - Manish Narotam Carsan Lacmane.  
497/DGFVACNS - Clelia Ribeiro Bernardino Carneiro.  
538/DGFVACNS - Cláudio José Gomes Fernandes.  
539/DGFVACNS - Nalinibai Carsane.  
541/DGFVACNS - Arménio Manuel Arrobas Lebres.  
545/DGFVACNS - Sebastião dos Ramos Vaz.  
546/DGFVACNS - Ana Paula Rodrigues Vaz.  
697/DGFVACNS - Darmendra Bagoane Odou.  
783/DGFVACNS - Diogo Miguel Inácio da Silva.  
784/DGFVACNS - Adriano João Ribeiro Espírito Santo.  
834/DGFVACNS - Guilherme Correia Santos Ferreira.  
835/DGFVACNS - Joaquim Bernardino Rita da Conceição.  
836/DGFVACNS - Isaura Conceição Rocha Cruz.  
842/DGFVACNS - António Alberto dos Reis.  
884/DGFVACNS - Maria de Lurdes da Conceição Ferreirinha.  
903/DGFVACNS - Maheshkumar Nanubhai Patel.  
907/DGFVACNS - Bruno Cabral Silva.  
908/DGFVACNS - Rodrigo Mendes Romão.  
926/DGFVACNS - João Viegas Rodrigues da Silva.  
928/DGFVACNS - Maria da Piedade Alves Rodrigues.  
931/DGFVACNS - Maria do Rosário António Dias Ivo.  
932/DGFVACNS - Angélica Branca Gonçalves dos Santos.  
940/DGFVACNS - Horário Rodrigues Marques.  
942/DGFVACNS - Cláudia Cristina Nunes Ferreira.  
943/DGFVACNS - Maria de Lurdes Barão Silva.  
948/DGFVACNS - Hemantekumar Kanjee.  
951/DGFVACNS - Paulo Manuel Maia Gouveia.  
975/DGFVACNS - Zélia Catarina Rodrigues Mendes.  
979/DGFVACNS - Joana Teixeira Pereira.  
980/DGFVACNS - João de Sousa Maciel.  
987/DGFVACNS - Baltasar Augusto Osório.  
988/DGFVACNS - Fernando Nunes Henriques da Palma.  
1057/DGFVACNS - José Benito Cabeça Serrano.  
1060-A/DGFVACNS - Luís Miguel Fonseca Perrulas.  
1074-A/DGFVACNS - Maria Alice Ramos Pinto.  
1101/DGFVACNS - Pinkey Dhansukhlal Parbhoo.

1125/DGFVACNS - Joaquim José Maia Gouveia.  
1126/DGFVACNS - Francisco dos Reis Cabeça Montes.  
1127/DGFVACNS - Lucas Ribeiro Carneiro.  
1140-A/DGFVACNS - Manuel Gomes de Carvalho.  
1147/DGFVACNS - Fernando Gregório Ribeiro.  
1148/DGFVACNS - Mariano Geménio.  
1149/DGFVACNS - Joaquim Serrano Lourenço.  
1150/DGFVACNS - Miguel Fernando dos Ramos Alves.  
1150-A/DGFVACNS - Hiper - Música, Sons & Imagem, Ltd.<sup>a</sup>.  
1151/DGFVACNS - Floriano Ferreira Gonçalves.  
1155/DGFVACNS - Manuel Paulo Ribeiro Brunho.  
1157/DGFVACNS - Luísa Pedrosa Simões Caneira.  
1158/DGFVACNS - João Isaac Velez Croca.  
1162/DGFVACNS - Carlos Correia dos Santos.  
1168/DGFVACNS - Bertília Lourenço Ribeiro.  
1169/DGFVACNS - Jignesh Manilal.  
1170/DGFVACNS - Bhavyesh Manilal.  
1172/DGFVACNS - João Gouveia Parreira.  
1181/DGFVACNS - Laurentino Duarte Inácio.  
1329/DGFVACNS - Fernando Manuel Oliveira Martins.

##### Requerimentos

464/DGFVACNS - Maria Irene da Conceição Pinto Vieira - Atribuição do lugar 49/II da Feira da Ladra com  $3 \times 2 = 6 \text{ m}^2$  para a venda de artigos usados.  
766/DGFVACNS - Doinel Flutur - Atribuição do lugar 39/V da Feira da Ladra com  $6 \times 2 = 12 \text{ m}^2$  para a venda de artigos usados.  
964/DGFVACNS - Álvaro Cardoso Carvalho - Transferência do lugar de castanhas na Avenida Júlio Dinis para o Campo Pequeno junto ao quiosque da Carris, sendo titular do mesmo na venda de gelados.  
1053/DGFVACNS - Ângelo Afonso. - *É concedida, excepcionalmente, apenas a isenção semestral de gelados referente à época Abril/Setembro 2006.*  
1076/DGFVACNS - Emília das Dores Lopes Brito da Costa - Permuta do lugar 7/D com  $8 \times 4 = 32 \text{ m}^2$  da Feira do Relógio, para o lugar 13/V com  $12 \times 4 = 48 \text{ m}^2$  da Feira das Galinheiras. - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*  
1134/DGFVACNS - Domingos Carvalho do Fundo - Permuta do lugar 10/IX com  $6 \times 3 = 18 \text{ m}^2$  da Feira da Ladra para o lugar 27/I com  $7 \times 3 = 21 \text{ m}^2$ . - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*  
1137/DGFVACNS - Luís Filipe Ferreira Martins - Ausência da sua actividade de venda nos quiosques 21 e 22 do Colégio Militar, por 90 dias, com início a 15 de Junho.  
1138/DGFVACNS - Maria Rosa da Conceição Pinheiro - Permuta do lugar 7/III com  $6 \times 4 = 24 \text{ m}^2$  da Feira das Galinheiras, para o lugar 3/III com a mesma área.  
1141/DGFVACNS - José Maia Ferreira - Aumento de espaço comercial através da junção do lugar 8/F de  $10 \times 4 = 40 \text{ m}^2$  com o lugar 6/F de  $4 \times 4 = 12 \text{ m}^2$ , ficando com a área total de  $14 \times 4 = 56 \text{ m}^2$  da Feira do Relógio. - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*  
1144/DGFVACNS - Carlos Henriques Gomes dos Santos - Permuta do lugar 1/III com  $4 \times 2 = 8 \text{ m}^2$  da Feira da Ladra, para o lugar 5/6/IX com  $8 \times 3 = 24 \text{ m}^2$ . - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*

- 1149/DGFVACNS - Desidéria Eufrásia Costa - Permuta do lugar 24/A com  $4 \times 4 = 16 \text{ m}^2$  da Feira do Relógio, para o lugar 2/B com  $6 \times 4 = 24 \text{ m}^2$ . - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 1150/DGFVACNS - Maria de Lurdes dos Remédios Cerdeira Pinto. - *Devido ao estado de saúde da requerente, autoriza-se o apoio de outra pessoa até ao final do corrente ano, na Avenida da Igreja (saída do metro de Alvalade).*
- 1161/DGFVACNS - Joaquim Luís Amaral Saraiva - Permuta do lugar 7/V com  $6 \times 4 = 24 \text{ m}^2$  da Feira das Galinheiras, para o lugar 6/V com  $8 \times 4 = 32 \text{ m}^2$ . - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 1178/DGFVACNS - José Marques Quinta Feira - Atribuição do lugar 22B/VI da Feira da Ladra com  $2 \times 2 = 4 \text{ m}^2$  para a venda de artigos usados.
- 1204/DGFVACNS - António Pinto Nunes - Aumento de espaço comercial através da junção de mais  $3 \times 3 = 9 \text{ m}^2$  do lugar 56/I, ficando com  $6 \times 3 = 18 \text{ m}^2$  da Feira do Relógio. - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 1205/DGFVACNS - Maria Eduarda Carmo Isidoro - Aumento de espaço comercial através da junção do lugar 36L/I de  $3 \times 4 = 12 \text{ m}^2$  de área, com o lugar 36J com a mesma área, ficando a área total de  $6 \times 4 = 24 \text{ m}^2$  da Feira do Relógio. - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 1206/DGFVACNS - Pedro Manuel Azul Fialho - Adjudicação directa da licença a título permanente do lugar 37/II com  $3 \times 3 = 9 \text{ m}^2$  da Feira das Galinheiras.
- 1230/DGFVACNS - Ana Bela Silva Guerreiro - Permuta do lugar 62/I com  $4 \times 3 = 12 \text{ m}^2$  da Feira do Relógio, para o lugar 89/D com  $4 \times 4 = 16 \text{ m}^2$ . - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 1231/DGFVACNS - Nurjahan Abobacar - Permuta do lugar 5/III com  $6 \times 4 = 24 \text{ m}^2$  da Feira das Galinheiras, para o lugar 7/III com  $9 \times 4 = 36 \text{ m}^2$ . - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 1232/DGFVACNS - Eugénia Maria António Jorge - Permuta do lugar 42/XV com  $4 \times 3 = 12 \text{ m}^2$  da Feira das Galinheiras, para o lugar 35/XV com  $7 \times 3 = 21 \text{ m}^2$ . - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 1255/DGFVACNS - Maria Rosa Conceição Pinheiro - Aumento de espaço comercial através da junção do lugar 3/III de  $6 \times 4 = 24 \text{ m}^2$  de área, com metade do lugar 5/III de  $3 \times 4 = 12 \text{ m}^2$ , ficando com a área total de  $9 \times 4 = 36 \text{ m}^2$  da Feira das Galinheiras. - *Há lugar a reajustamento da taxa de ocupação.*
- 2156/DGFVACNS - José Ramos Belo - Reatribuição do lugar 62/C com  $4 \times 4 = 16 \text{ m}^2$  da Feira do Relógio.
- 599/DGFVACNS - Maria Helena Pereira Ribeiro Plácido. - *Por não ser política dos nossos Serviços autorizar aumentos de área comercial, salvo casos excepcionais.*
- 709/DGFVACNS - Gonçalo João Horteiga. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*
- 741/DGFVACNS - Stefka Valeva Margaritova. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*
- 746/DGFVACNS - Maria Celeste Jesus M. Marques. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*
- 797/DGFVACNS - Martim Cardoso. - *Por o lugar pretendido se encontrar ocupado.*
- 936/DGFVACNS - Carlos Alberto Neto Salgueiro. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*
- 972/DGFVACNS - Maria Isabel Mendes Teixeira. - *Por ser proibida qualquer tipo de subconcessão, bem como o exercício por pessoas estranhas, por conta ou em colaboração com o titular da licença.*
- 973/DGFVACNS - Joana Teixeira Pereira. - *Por ser proibida qualquer tipo de subconcessão, bem como o exercício por pessoas estranhas, por conta ou em colaboração com o titular da licença.*
- 1068/DGFVACNS - Zulmira Lopes Marujo Faustino. - *Por a atribuição de licenças para lugares de confecção e venda de produtos alimentares, na Feira do Relógio, ser feita por Hasta Pública.*
- 1136/DGFVACNS - Lucinda Lopes Lima. - *Por os produtos que pretende comercializar serem de natureza diferente.*
- 1144/DGFVACNS - António Assunção Jerónimo. - *Por razões de segurança, não é autorizada a utilização da energia eléctrica noutros lugares da feira que não estejam situados na faixa lateral do sector E, salvo casos excepcionais.*
- 1180/DGFVACNS - Beatriz Maria Guerreiro. - *Por o lugar pretendido se encontrar ocupado.*

#### Arquivados

- 588/DGFVACNS - Maria Celeste Lucena Pombinho Silva. - *Por ter desistido do solicitado.*
- 642/DGFVACNS - Dília Lourenço Duarte Miglietti. - *Por ter desistido do solicitado.*
- 843/DGFVACNS - António Pinto Rodrigues. - *Por ter desistido do solicitado.*
- 1135/DGFVACNS - Vítor Manuel Cardoso. - *Por ter desistido do solicitado.*
- 1163/DGFVACNS - Elsa Jesus Reis. - *Por desinteresse.*

#### Processos indeferidos

Despacho do director de departamento (por subdelegação - Despacho n.º 3/DMAE/06, de 2006/06/30, publicado no Boletim Municipal n.º 647):

- 13916/DMSC - Zeljko Katarincic. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*
- 11 110/DMSC - José Luís Fabian Nuccetelli. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*

#### Indeferidos

- 437/DGFVACNS - Maria Fernanda dos Santos L. Lourenço. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*
- 446/DGFVACNS - Helena Maria Caldas Marques. - *Por a atribuição de licenças de venda ambulante se processar por Hasta Pública.*
- 580/DGFVACNS - Paulo Isidoro Conceição Marques. - *Por o lugar pretendido se encontrar ocupado.*

## Carta indeferida

Despacho do director de departamento (por subdelegação - Despacho n.º 3/DMAE/06, de 2006/06/30, publicado no *Boletim Municipal* n.º 647):

1085/DA - Fernando Jorge Andrade Lobão. - *Por a licença do lugar ter caducado, pelo que o eventual pedido de reatribuição só será analisado após o pagamento de todas as taxas em atraso.*

## DIRECÇÃO MUNICIPAL

### AMBIENTE URBANO

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

### DIVISÃO DE QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

#### Processos despachados

##### Deferidos

Delegação de competências - Despacho n.º 275/P/2002, publicado no *Boletim Municipal* n.º 429, de 2002/05/09:

- 3458/02 - Leitão e Irmão - Artigos Joalheiros da Coroa, Ltd.ª - Largo do Chiado, 16/17.
- 3588/02 - Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Avenida de Berna, 18.
- 3589/02 - Lobo & Gil, Ltd.ª - Rua Álvaro Benamor, bloco D.
- 3590/02 - Helena Isabel Algodres Godinho - Rua Professor João Barreira, 31.
- 3591/02 - Sena & Domingos, Ltd.ª - Avenida Guerra Junqueiro, 4-B.
- 3631/02 - Go By George, Restauração, Ltd.ª - Rua de Belém, 85.
- 3646/02 - Bem Temperado - Avenida Casal Ribeiro, 26-A.
- 3647/02 - Bem Temperado - Avenida Casal Ribeiro, 26-A.
- 3653/02 - Cristina Maria Vieira Évora Cunha Moreira - Rua Augusta.
- 3676/02 - Ferreira Capitão & Nunes, Ltd.ª - Rua Morais Soares, 89-A/B.
- 3881/02 - Maria José Silva Braga Pereira Silva - Rua Morais Soares, 116.
- 3887/02 - Conversas de Rua - Associação - Largo do Rio Seco.
- 3955/02 - Travassos e Simões, 103 - Rua Morais Soares, 103.
- 3965/02 - Narotan e Companhia - Casa Elefante - Rua Morais Soares, 89.
- 3989/02 - Luís Manuel Rodrigues da Silva - Avenida Conde de Valbom, 57.
- 3990/02 - Dalfur & Tavares, Ltd.ª - Rua de Belém, 110 a 116.
- 3993/02 - A Central de Quionga - Vinhos e Comidas, Ltd.ª - Rua Heróis de Quionga, 69.

- 4009/02 - Altaconta - Contabilidade e Gestão de Empresas, Ltd.ª - Rua Morais Soares, 25.
- 4057/02 - Joaquim Rodrigues Pedreira - Praça do Príncipe Real.
- 4064/02 - Clínica Médica e Dentária Arneiros de Benfca, Ltd.ª - Rua dos Arneiros, 58.
- 4064/02 - Edalpro - Imobiliária, Ltd.ª - Praça Marquês do Pombal, 12/12-A.
- 4075/02 - Portusom, Ltd.ª - Rua Conde de Redondo 59.
- 4089/02 - António João Loja Aguiar - Rua Augusta.
- 4092/02 - Naturalbronze, Ltd.ª - Rua Viriato, 21.
- 4110/02 - Banco BPI, S.A. - Avenida da Liberdade, 12-A/B.
- 4178/02 - Lano Vídeo - Distribuição e Comercialização de Vídeos - Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, 21-B.
- 4179/02 - Leonel Cerqueira da Silva - Estrada do Desvio, 14.
- 4180/02 - Eugénia Maria Saldinha, Unipessoal - Praça do Chile, 15.
- 4182/02 - Eugénia Maria Saldinha, Unipessoal - Praça do Chile, 15.
- 4192/02 - Lano Vídeo, S.A. - Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, 21-B.
- 4195/02 - Pereira & Silva Carvalho, Ltd.ª - Rua de Santiago, 4.

##### Indeferidos

Delegação de competências - Despacho n.º 99/P/2003, publicado no *Boletim Municipal* n.º 473, de 2003/03/13:

- 3538/02 - Martins & Abrantes, Ltd.ª - Rua Morais Soares, 97.
- 3543/02 - Maria Rosa Cruz e outra - Avenida da República, 37.
- 3549/02 - Varela & Romão, Ltd.ª - Rua da Costa, 10/12.
- 3633/02 - Associação para o Planeamento da Família - Rua Artilharia Um, 38.
- 3677/02 - Ermelinda da Rocha, Ltd.ª - Rua Barão de Sabrosa, 155.
- 3781/02 - Rats Mamina - Calçada do Correio Velho, 5.
- 3794/02 - António Rodrigues Fontes, Ltd.ª - Rua das Portas de Santo Antão, 8.
- 3870/02 - Jomapre - Móveis e Electrodomésticos, S.A.
- 3903/02 - Cunha & Neves, Ltd.ª - Rua Luciano Cordeiro, 80-A.
- 3964/02 - Narotam e Companhia - Casa Elefante - Rua Morais Soares, 89.
- 4001/02 - MD Baher Molha - Rua dos Correeiros, 113.
- 4136/02 - José António Pereira da Cunha - Rua dos Arameiros, 21.
- 3603/02 - Cervejaria-Bar «Pica Pau», Ltd.ª - Praça Paiva Couceiro, 5.
- 3692/02 - Assadores de Alcântara - Indústria Hoteleira, S.A. - Rua da Cozinha Económica, 6.
- 4158/02 - Dermonutri - Produtos para Farmacêuticos, Ltd.ª - Rua Professor Mário Chicó, 2-F.
- 4159/02 - Erich Brodheim, Ltd.ª - Avenida da Liberdade, 196.
- 4160/02 - Erich Brodheim, Ltd.ª - Avenida da Liberdade, 196.
- 4162/02 - A. Xavier - Mediação de Seguros, Ltd.ª - Azinhaga da Cidade, bloco A 1.



## DIRECÇÃO MUNICIPAL

### PROTECÇÃO CIVIL, SEGURANÇA E TRÁFEGO

#### DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA E TRÁFEGO

##### Processos despachados

Por despacho do director municipal, Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho (no uso das competências que lhe foram subdelegadas pela Vereadora Marina João da Fonseca Lopes Ferreira, por Despacho n.º 196/P/2006, de 2006/06/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 643, de 2006/06/16):

##### Deferidos

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 2.ª emissão

20 641/DMSC - Auto Táxis Cunha & Sousa, Ltd.ª - Licença n.º 73.

18 818/DMSC - Auto Táxis Cuvelo, Ltd.ª - Licença n.º 499.

21 512/DMSC - Táxis Para Já, Ltd.ª - Licença n.º 1720.

22 619/DMSC - Táxis Para Já, Ltd.ª - Licença n.º 1754.

23 439/DMSC - Táxis Alves & Nascimento, Ltd.ª - Licença n.º 1785.

16 003/DMSC - Auto Táxis Sandoeira, Ltd.ª - Licença n.º 1808.

20 736/DMSC - Auto Táxis Rodrigues de Abreu, Ltd.ª - Licença n.º 1947.

10 405/DMSC - Auto Táxis Celoricense, Ltd.ª - Licença n.º 1961.

23 704/DMSC - Auto Táxis Nossa Senhora das Febres, Ltd.ª - Licença n.º 3117.

18 444/DMSC - Táxi Moradias, Ltd.ª - Licença n.º 3153.

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 2.ª emissão

24 037/DMSC - Entre Táxis, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1306.

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo e de titularidade - 2.ª emissão

23 934/DMSC - Táxis Calhariz, Ltd.ª - Licença n.º 146. - *Nos termos da Informação n.º 3732/DSRT/06.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 2.ª emissão

13 107/DMSC - Auto Táxis «Os Dois Unidos», Ltd.ª - Licença n.º 1899. - *Nos termos da Informação n.º 3424/DSRT/06.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 2.ª emissão

22 314/DMSC - Auto Táxis Quintãs & Moreira, Ltd.ª - Licença n.º 52.

23 983/DMSC - Táxis Guilhermina & Garcia, Ltd.ª - Licença n.º 199.

13 004/DMSC - Táxis Estrela de Belém, Ltd.ª - Licença n.º 355.

24 903/DMSC - Transportes Mateus, Ltd.ª - Licença n.º 849.

20 409/DMSC - Táxis Amândio & Pinto, Ltd.ª - Licença n.º 975.

24 981/DMSC - Auto Táxis Carvalho & Amaral, Ltd.ª - Licença n.º 1642.

15 746/DMSC - Auto Táxis Galvão & Ferreira, Ltd.ª - Licença n.º 1779.

21 890/DMSC - Táxis Classe, Ltd.ª - Licença n.º 3074.

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 3.ª emissão

24 191/DMSC - Táxis Estrela Obidense, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1575.

21 462/DMSC - Táxis Alberto Fernandes, Ltd.ª - Licença n.º 2631.

36 557/DMSC/05 - Auto Ruilino - Transportes e Serviços, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 3330.

24 228/DMSC - Auto Táxis Cassiano & Sílvia, Ltd.ª - Licença n.º 3386.

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 3.ª emissão

23 975/DMSC - Tavares & Valente, Ltd.ª - Licença n.º 1271.

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 4.ª emissão

24 818/DMSC - Táxis Ventura, Simão & Patriarca, Ltd.ª - Licença n.º 106.

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 4.ª emissão

24 627/DMSC - Táxis Casal Serrado, Ltd.ª - Licença n.º 121. - *Nos termos da Informação n.º 4103/DSRT/06.*

Pedido de substituição de licença de táxis por furto - 2.ª via

24 329/DMSC/05 - Auto Táxis Eduardo Amaro Leitão, Ltd.ª - Licença n.º 2022. - *Nos termos da Informação n.º 4067/DRST/06.*

*Nos termos da informação e despacho, com fundamento no disposto no Regulamento do Exercício da Actividade de Transportes de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros (Táxis), publicado no «Boletim Municipal» n.º 463, de 2003/01/02, procedeu-se à substituição/emissão das licenças de táxis, as quais deverão ser levantadas na Tesouraria da Câmara Municipal, sita no Campo Grande, 25, Lisboa, entre as 9 e as 16 horas, mediante pagamento da taxa de quinze euros e vinte e oito centimos (por cada).*

Averbamento de táxi (mudança de veículo - matrícula 09-77-SV)

6998/DMSC - Auto Táxis Paulo & Cristina, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 731. - *Nos termos da Informação n.º 1596/DSRT/06.*

Pedido de alteração de sede

27 684/DMSC - Táxis Vales do Sul, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 374. - *Nos termos da Informação n.º 4005/DSRT/06.*

24 829/DMSC - Táxi Mágica, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2952. - *Nos termos da Informação n.º 3696/DSRT/06.*

Renovação de alvará

28 321/DMSC - Auto Táxis Simões & Fernandes - Licença n.º 1436. - *Nos termos da Informação n.º 4121/DSRT/06.*

27 159/DMSC - Táxis Galnupe, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2054. - *Nos termos da Informação n.º 4101/DSRT/06.*

25 522/DMSC - Táxis Teles David, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3090. - *Nos termos da Informação n.º 4102/DSRT/06.*

Desistência de processo

23 988/DMSC - Auto Táxis Sempre Livre, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3261. - *Nos termos da Informação n.º 4092/DSRT/06.*

Arquivado

Pedido de substituição de licença de táxis por furto - 2.<sup>a</sup> via

19 482/DMSC - Auto Táxis Sempre Livre, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 3261. - *Nos termos da Informação n.º 4093/DSRT/06.*

Deferidos

Placa de estacionamento proibido (artigo 50.º do Código da Estrada)

6049/DMSC - Tiago Filipe dos Reis Luís.

21 431/DMSC - Maria José Mateus Pimentão.

23 100/DMSC - Auto Social - Mecânica Geral, Bate-chapa e Pintura, Ltd.<sup>a</sup>.

*Ao abrigo do artigo 50.º do Código da Estrada.*

Parque de deficiente

31 756/DMSC/05 - António Carlos Feio Palmeiro Ribeiro.  
19 557/DMSC - António Miguel Couceiro da Costa Oliveira Cascais.

*Ao abrigo do artigo 2.º da Postura Municipal «Estacionamento Reservado na Via Pública a Pessoas com Deficiência».*

Parque privativo

21 767/DMSC/03 - Hotel Almirante - Sociedade de Exploração Turística, Ltd.<sup>a</sup>. - *Ao abrigo da Proposta n.º 81/90, publicada no «Diário Municipal» n.º 15 867, de 1990/05/03.*

Indeferidos

Parque privativo

4117/DMSC - Charlo - Confecções para Homens, Artigos de Lã e Outros, S. A. - *Dado já existir em frente ao estabelecimento uma zona de cargas e descargas.*

13 588/DMSC - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Associação Comercial de Lisboa. - *Dado não se enquadrar nas normas internas de atribuição.*

Cargas e descargas

23 315/DMSC - Martins de Almeida & Rodrigues, Ltd.<sup>a</sup>. - *Dado que está a ser implementado um novo sistema de gestão de operações de cargas e descargas de mercadorias na zona das Avenidas Novas, prevendo-se o alargamento a outras áreas da cidade.*

Placa de estacionamento proibido (artigo 50.º do Código da Estrada)

4650/DMSC - Jitendra Bachu. - *Dado o acesso de veículos ao interior da fracção não estar legalizado.*

21 180/DMSC - Hernâni Gonçalves Borges. - *Dado não existir espaço de estacionamento legalizado.*

27 480/DMSC - Jorge Beleza Teixeira Seixas Sousa. - *Dado que o portão não apresenta dimensões para permitir acesso de veículos à propriedade.*

Indemnização sobre danos causados

20 594/DMSC - Cátia de Fátima da Costa Marçal. - *A requerente foi oficiada.*

**Revogação de despachos**

Por despacho do director municipal, Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho (no uso das competências que lhe foram subdelegadas pela Vereadora Marina João da Fonseca Lopes Ferreira, por Despacho n.º 196/P/2006, de 2006/06/06, publicado no *Boletim Municipal* n.º 643, de 2006/06/16):

Desistência do pedido de substituição de licença por licença

6489/DMSC/03 - Táxis Cardoso & Moreira, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 145.

7372/DMSC/03 - Ninda - Táxis, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 422.

No *Boletim Municipal* n.º 497, datado de 2003/08/28, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 4330/DRST/06.

10 448/DMSC/03 - Sociedade de Táxis - Jaime Car, Ltd.<sup>a</sup> - Licença n.º 2155.

No *Boletim Municipal* n.º 510, datado de 2003/11/27, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 4330/DRST/06.

10903/DMSC/03 - Autocoope - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 2446.

No *Boletim Municipal* n.º 519, datado de 2004/01/29, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 4330/DRST/06.

7237/DMSC/03 - Auto Táxis Valadense, Ltd.ª - Licença n.º 2767.

8726/DMSC/03 - Auto Táxis, José António & Ventura, Ltd.ª - Licença n.º 2959.

No *Boletim Municipal* n.º 542, datado de 2004/07/08, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 4330/DSRT/06.

19222/DMSC/05 - Auto Táxis Sempre Livre, Ltd.ª - Licença n.º 3260.

No *Boletim Municipal* n.º 602, datado de 2005/09/01, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 4330/DRST/06.

41562/DMSC/05 - Ralumar Táxis, Ltd.ª - Licença n.º 1792.

No *Boletim Municipal* n.º 633, datado de 2006/04/06, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 4330/DRST/06.

19164/DMSC - Auto Ttáxis Vale Pereirense, Ltd.ª - Licença n.º 1404.

No *Boletim Municipal* n.º 653, datado de 2006/08/24, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 4330/DRST/06.

## DIRECÇÃO MUNICIPAL

### PROJECTOS E OBRAS

#### DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

##### GABINETE DO DIRECTOR

##### Autos de consignação de trabalhos

Por despacho da directora do Departamento de Construção e Conservação de Equipamentos, Arq.ª Ana Cristina Lourenço (por subdelegação de competências, nos termos do Despacho n.º 04/DMPO/06):

Por despacho de 2006/07/21, foi homologado o Auto de consignação de trabalhos da «Empreitada n.º 34/DMPO/DCCE/DPOME/2006 - Intervenção no edifício 13 do Campo Grande, para segurança contra incêndios», adjudicada à firma Matias & Ávilas - Construção Civil e Obras Públicas, Ltd.ª.

Por despacho de 2006/09/08, foi homologado o Auto de consignação de trabalhos da «Empreitada n.º 126/DMPO/DCCE/DEOME/2004 - Obras de beneficiação da cobertura da Escola Primária de São José», adjudicada a Sérgio Fernandes Torráo.

Por despacho de 2006/08/31, foi homologado o Auto de consignação de trabalhos da «Empreitada n.º 38/DMPO/DCCE/DEOME/2006 - Obras de recuperação de tecto em sala de leitura na Biblioteca Orlando Ribeiro», adjudicada à firma Santos & Cipriano - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.ª.

##### Autos de recepção provisória de trabalhos

Por despacho da directora do Departamento de Construção e Conservação de Equipamentos, Arq.ª Ana Cristina Lourenço (por subdelegação de competências, nos termos do Despacho n.º 04/DMPO/06):

Por despacho de 2006/09/15, foi homologado o Auto de recepção provisória de trabalhos n.º 10/DFOME/2006 da «Empreitada n.º 31/DCCE/DPOME/2004 - Reabilitação do edifício, sito na Praça David Leandro da Silva, 25, para instalação do Centro de Abrigo», adjudicada à firma JCE - Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, Ltd.ª.

Por despacho de 2006/07/21, foi homologado o Auto de recepção provisória de trabalhos da «Empreitada n.º 189/DMPO/DCCE/DPOME/2004 - Estabilização do talude na Rua Conde Arnoso», adjudicada à firma Soresolve - Construção Civil e Obras Públicas, S. A.

##### Autos de recepção definitiva de trabalhos

Por despacho da directora do Departamento de Construção e Conservação de Equipamentos, Arq.ª Ana Cristina Lourenço (por subdelegação de competências, nos termos do Despacho n.º 04/DMPO/06):

Por despacho de 2006/09/11, foi homologado o Auto de recepção definitiva de trabalhos da «Empreitada n.º 2279/03/DPP - Obras de demolição e/ou desocupação de fogos municipais e/ou alojamentos precários - ETD, nas Freguesias de Anjos, Castelo, Coração de Jesus, Encarnação, Graça, Lapa, Madalena, Mártires, Mercês, Pena, Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa, S. Tiago, S. Cristóvão e S. Lourenço, S. Estêvão, S. José, S. Miguel, S. Nicolau, S. Paulo, S. Vicente de Fora, Santos-o-Velho, Sé, Socorro, Santa Engrácia, S. Mamede, Prazeres, Penha de França, Santa Isabel, Campolide e Santo Condestável», adjudicada à firma Mendes & Simões - Sociedade de Construções, Ltd.ª.

Por despacho de 2006/08/31, foi homologado o Auto de recepção definitiva de trabalhos da «Empreitada n.º 176/DMPO/DCCE/DEOME/2004 - Obras de conservação da Quinta Pedagógica dos Olivais», adjudicada à firma Santos & Cipriano - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.ª.

Por despacho de 2006/09/12, foi homologado o Auto de recepção definitiva de trabalhos da «Empreitada n.º 50/DCEOD/DOM/99 - Obras de remodelação do edifício sito na Rua Castilho, 213/213-A», adjudicada à firma Monopor - Aplicações Técnicas de Construção, Ltd.ª.



Por despacho de 2006/09/05, foi homologado o Auto de recepção definitiva de trabalhos da «Empreitada n.º 2291/03/DPP - Obras de demolição e/ou desocupação de fogos municipais e/ou alojamentos precários - ETD, nas Freguesias de Benfica, Carnide e S. Domingos de Benfica», adjudicada à firma Ramiro & Delgado - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.<sup>a</sup>.

Por despacho de 2006/06/23, foi homologado o Auto de recepção definitiva de trabalhos da «Empreitada n.º 90/DMPO/DCCE/DEOME/2004 - Execução de divisórias para criação de gabinetes em armazém, sito na Rua Américo Jesus Fernandes», adjudicada à firma José da Silva Joaquim - Sociedade de Construções, Ltd.<sup>a</sup>.

Por despacho de 2006/09/12, foi homologado o Auto de recepção definitiva de trabalhos da «Empreitada n.º 2283/03/DPP - Obras de demolição e/ou desocupação de fogos

municipais e/ou alojamentos precários - ETD, nas Freguesias de Alcântara, Ajuda, S. Francisco Xavier e Santa Maria de Belém», adjudicada à firma Ariepe - Construções Cíveis e Obras Públicas, Ltd.<sup>a</sup>.

## DEPARTAMENTO DE CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS E MECÂNICAS

### Processo arquivado

Pedido de providências para obras em propriedade municipal

32 056/DMSC/05 - Maria Catarina Santos Madeira Ruas.  
- *A presente reclamação encontra-se resolvida.*

OS INTERESSADOS  
PODERÃO CONSULTAR  
OS RESPECTIVOS  
PROCESSOS

# ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

## ANÚNCIOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Anúncio de Concurso

#### SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE:

##### I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO:

Designação Oficial: Direcção Municipal de Ambiente Urbano  
- Departamento de Ambiente e Espaços Verdes.  
Endereço postal: Avenida 24 de Julho, 171-C.  
Localidade: Lisboa.  
Código Postal: 1399-021.  
País: Portugal.  
Telefone: 21 391 26 00.  
Fax: 21 397 51 54.

Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:  
Outro: Preencher Anexo A.I.  
Caderno de encargos e documentos complementares  
(incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um  
Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte  
endereço:  
Outro: Preencher Anexo A.II.  
As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados  
para o seguinte endereço:  
Outro: Preencher Anexo A.III.

##### I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES:

Autoridades regionais ou locais.

#### SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO:

##### II.1) DESCRIÇÃO:

###### II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

«Prestação de serviços de manutenção e conservação dos  
ajardinados do Eixo Norte/Sul - B».

###### II.1.2) Tipo de Contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

c) Serviços.  
Categoria de serviços n.º 1.  
Principal local de execução: Município de Lisboa.  
Código NUTS: PT171.

###### II.1.3) O Anúncio implica:

Um Contrato Público.

###### II.1.5) Breve descrição do Contrato ou das aquisições:

«Prestação de serviços de manutenção e conservação  
dos ajardinados do Eixo Norte Sul - B».

##### II.1.6) CLASSIFICAÇÃO CPV (VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS):

Objecto principal.

Vocabulário principal: 77311000.

#### SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO:

##### III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO:

###### III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

Para o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações,  
o adjudicatário terá de prestar uma caução no valor de 5 %  
do montante total da prestação de serviços, com exclusão  
de IVA.

###### III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

No caso da adjudicação da prestação de serviços ser feita  
a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obriga-  
tariamente, antes da celebração do Contrato, na modalidade  
jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade  
solidária.

##### III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

###### III.2.1) Situação pessoal dos operadores económicos, nomea- damente requisitos em matéria de inscrição nos registos profissionais ou comerciais:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumpri-  
mento dos requisitos: Documentos indicados no ponto 9  
do Programa de Concurso.

###### III.2.2) Capacidade económica e financeira:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento  
dos requisitos: Documentos indicados no ponto 9 do Programa  
de Concurso.

###### III.2.3) Capacidade técnica:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumpri-  
mento dos requisitos: Documentos indicados no ponto 9  
do Programa de Concurso.

#### SECÇÃO IV: PROCESSO:

##### IV.1) TIPO DE PROCESSO:

###### IV.1.1) Tipo de processo:

Concurso Público.

#### IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO:

##### IV.2.1) Critérios de adjudicação:

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os critérios enunciados a seguir (os critérios de adjudicação deverão ser apresentados com a respectiva ponderação ou por ordem de importância sempre que a ponderação não seja possível por razões justificáveis):

Critérios - Ponderação:

- Mérito da Proposta: 0,60;
- Preço: 0,40.

##### IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO:

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

6/DMSC-DA/2006.

IV.3.3) Condições para obtenção do Caderno de Encargos e dos documentos complementares (excepto para um SAD) ou memória descritiva (em caso de diálogo concorrencial):

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

- Data: 13/11/2006;
- Hora: 16;
- Documentos a título oneroso: Sim.
- Indicar preço: 11,20.
- Divisa: EUR.
- Condições e modo de pagamento: Numerário, multibanco ou cheque.

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:

Data: 20/11/2006.  
Hora: 16.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

IV.3.7) Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta (Concursos Públicos):

Período em dias: 60 (a contar da data limite para a recepção das propostas).

IV.3.8) Condições de abertura das propostas:

Data: 21/11/2006.  
Hora: 10.

Lugar: Sala de Concursos da Divisão de Aprovisionamentos, sita no Campo Grande, 25, 1.º piso, bloco F, em Lisboa. Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas: Sim.  
Acto Público.

#### SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

##### VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO:

25/09/2006.

ANEXO A: ENDEREÇOS SUPLEMENTARES E PONTOS DE CONTACTO:

I) ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Designação Oficial: Câmara Municipal de Lisboa - Direcção Municipal de Serviços Centrais - Divisão de Aprovisionamentos.  
Endereço postal: Edifício Central do Município, Campo Grande, 25, 2.º piso, bloco A.  
Localidade: Lisboa.  
Código Postal: 1749-099.  
País: Portugal.  
Telefone: 21 798 88 12.  
Fax: 21 798 80 45.

II) ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO JUNTO DOS QUAIS SE PODE OBTER O CADERNO DE ENCARGOS E OS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (INCLUINDO DOCUMENTOS RELATIVOS A UM SISTEMA DE AQUISIÇÃO DINÂMICO):

Designação Oficial: Câmara Municipal de Lisboa - Direcção Municipal de Serviços Centrais - Divisão de Aprovisionamentos - Gabinete de Atendimento.  
Endereço postal: Edifício Central do Município, Campo Grande, 25, 1.º piso, bloco F.  
Localidade: Lisboa.  
Código Postal: 1749-099.  
País: Portugal.  
Telefone: 21 798 94 29.  
Fax: 21 798 80 45.

III) ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO:

Designação Oficial: Câmara Municipal de Lisboa - Direcção Municipal de Serviços Centrais - Divisão de Aprovisionamentos - Gabinete de Atendimento.  
Endereço postal: Edifício Central do Município, Campo Grande, 25, 1.º piso, bloco F.  
Localidade: Lisboa.  
Código Postal: 1749-099.  
País: Portugal.  
Telefone: 21 798 94 29.  
Fax: 21 798 80 45.

Lisboa, em 2006/09/25.

A chefe da Divisão de Aprovisionamentos,  
(a) *Ana Luísa Lucas da Silva*



MUNICÍPIO DE LISBOA

## **Anúncio de Concurso**

Fornecimentos

O Concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Público (ACP)?

Não.

SECÇÃO I - ENTIDADE ADJUDICANTE:

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE:

Organismo: Câmara Municipal de Lisboa.

À atenção de: Direcção Municipal de Ambiente Urbano - Departamento de Ambiente e Espaços Verdes - Divisão de Gestão Cemiterial.

Endereço: Avenida 24 de Julho, 171-C.

Código Postal: 1399-021.

Localidade/Cidade: Lisboa.

País: Portugal.

Telefone: 21 391 26 99.

Fax: 21 395 87 65.

I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Distinto (ver Anexo A).

I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO:

Distinto (ver Anexo A):

I.4) ENDEREÇO ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/ PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO:

Distinto (ver Anexo A).

I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE:

Autoridade Regional/Local.

SECÇÃO II - OBJECTO DO CONCURSO:

II.1) DESCRIÇÃO:

II.1.2) Tipo de Contrato de fornecimentos:

Compra.

II.1.4) Trata-se de um Contrato-quadro?

Não.

II.1.5) Designação dada ao Contrato pela entidade adjudicante:

«Fornecimento de Forno Crematório para o Cemitério dos Olivais».

II.1.6) Descrição/objecto do Concurso:

«Fornecimento de Forno Crematório para o Cemitério dos Olivais».

II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços:

Cidade de Lisboa.

II.1.9) Divisão em lotes:

Não.

II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração?

Não.

II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO:

Prazo em dias a partir da decisão de adjudicação: 90 dias.

SECÇÃO III - INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO:

III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO:

III.1.1) Cauções e garantias exigidas:

O adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5 % do montante total do fornecimento, com exclusão do IVA.

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços:

No caso da adjudicação do fornecimento ser efectuada a um agrupamento de concorrentes, estes associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/ do fornecedor/ do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida:

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

III.2.1.1) Situação jurídica - Documentos comprovativos exigidos:

De acordo com o ponto 11 do Programa de Concurso.

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira - Documentos comprovativos exigidos:

De acordo com o ponto 11 do Programa de Concurso.

III.2.1.3) Capacidade técnica - Documentos comprovativos exigidos:

De acordo com o ponto 11 do Programa de Concurso.

#### SECÇÃO IV - PROCESSOS:

##### IV.1) TIPO DE PROCESSO:

Concurso Público.

##### IV.1.1) Já foram seleccionados candidatos?

Não.

##### IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO:

A) Preço mais baixo.

##### IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO:

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

Processo n.º 13/DMSC-DA/2006.

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais:

Data limite de obtenção: 30/10/2006.

Custo: 5,60.

Moeda: Euros.

Condições e forma de pagamento: Numerário, Cheque ou Multibanco.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação (dd/mm/aaaa):

06/11/2006.

Hora: 16 horas.

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta (meses/dias):

60 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas.

IV.3.7) Condições de abertura das propostas:

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas:

Acto Público.

IV.3.7.2) Data, hora e local:

Data: 07/11/2006.

Hora: 10 horas.

Local: Sala de Concursos da Divisão de Aprovisionamentos, Campo Grande, 25, 1.º-F.

#### SECÇÃO VI - INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

VI.1) Trata-se de um Anúncio não obrigatório?

Não.

##### VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES:

No ponto II.3, onde se lê 90 dias, deve entender-se 3 meses, de acordo com o ponto 3 das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos.

#### ANEXO A

##### I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OBTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Organismo: Câmara Municipal de Lisboa - Direcção Municipal dos Serviços Centrais - Divisão de Aprovisionamentos.

À atenção de Júri do Concurso.

Endereço: Campo Grande, 25, 1.º piso, bloco F.

Código Postal: 1749-099.

Localidade/Cidade: Lisboa.

País: Portugal.

Telefone: 21 798 94 29.

Fax: 21 798 80 45.

##### I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBTIDA A DOCUMENTAÇÃO:

Organismo: Câmara Municipal de Lisboa - Direcção Municipal dos Serviços Centrais - Divisão de Aprovisionamentos - Gabinete de Atendimento.

À atenção de Júri do Concurso.

Endereço: Campo Grande, 25, 1.º piso, bloco F.

Código Postal: 1749-099.

Localidade/Cidade: Lisboa.

País: Portugal.

Telefone: 21 798 94 29.

Fax: 21 798 80 45.

##### I.4) ENDEREÇO ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/ /PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO:

Organismo: Câmara Municipal de Lisboa - Direcção Municipal dos Serviços Centrais - Divisão de Aprovisionamentos - Gabinete de Atendimento.

À atenção de Júri do Concurso.

Endereço: Campo Grande, 25, 1.º piso, bloco F.

Código Postal: 1749-099.

Localidade/Cidade: Lisboa.

País: Portugal.

Telefone: 21 798 94 29.

Fax: 21 798 80 45.

Lisboa, em 2006/09/25.

A chefe da Divisão de Aprovisionamentos,

(a) Ana Luísa Lucas da Silva

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Anúncio n.º 261/06/DCEP

1 - Em 2006/06/22, por determinação da então directora municipal, Mafalda Magalhães Barros, de 2005/04/06, foi realizada uma vistoria ao imóvel sito na Rua Maria Pia, 64, tendo-se constatado, de acordo com o Auto de vistoria (Parecer n.º 230/05), constante do Processo de intimação n.º 120/IC/06, o qual pode ser consultado no local indicado no ponto 5:

- A necessidade de executar obras de conservação para correcção das deficiências descritas;
- A necessidade de despejar temporariamente os logradouros a tardoiz correspondentes ao 1.º esquerdo e ao 1.º direito.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/08/04, intimar:

- Os proprietários para executarem as obras necessárias à correcção das deficiências descritas no referido Auto de vistoria, com o prazo de 30 (trinta) dias úteis para o seu início e de 120 (cento e vinte) dias úteis para a sua conclusão;
- Os ocupantes para despejarem os locais referidos no ponto 1 do presente Anúncio, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, devendo o despejo manter-se até que sejam executadas as obras necessárias para eliminar as condições de insegurança descritas no Auto de vistoria.

3 - A decisão constante do presente Anúncio, ora tornada pública, foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/08/04, exarado na Informação n.º 2834/06/DCEP, com base nos seguintes fundamentos:

- Nos artigos 64.º, n.º 5, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18/09 e 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que cometem à Câmara competência para, precedendo vistoria, determinar a execução de obras de conservação;
- Nos artigos 68.º, n.º 2, alínea n) da Lei n.º 169/99, de 18/09 e 92.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que cometem ao Presidente da Câmara competência para ordenar o despejo dos prédios ou parte dos prédios, cuja reparação ou beneficiação tenha sido determinada;
- Na delegação e subdelegação de competências efectuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 509/P/2005, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006 no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16;
- Na audiência prévia efectuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no artigo 89.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada

deveria ter sido objecto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento directamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo IMOPPI;
- Comunicar ao Departamento de Conservação de Edifícios Particulares, sito no Campo Grande, 25, até 5 dias antes, o início das obras, através do fax 21 798 97 21;
- Executar as obras sem alterar o projecto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respectiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Ficam, ainda, notificados de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, alíneas c) e s) do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12;
- Caso não dêem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2006/09/19.

A directora de departamento,  
(a) *Marta Cardoso*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Anúncio n.º 262/06/DCEP

Serve o presente para tornar público que, por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/06, o pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo proprietário do imóvel sito na Rua São Sebastião da Pedreira, 62, no âmbito do Processo de intimação n.º 112/IC/06, foi Deferido por um prazo de noventa dias para efectivo início das obras intimadas.

A decisão constante, ora tornada pública, foi proferida ao abrigo da delegação de competências efectuada por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizada pelo Despacho n.º 509/P/2005, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006 no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16.

Lisboa, em 2006/09/20.

A directora de departamento,  
(a) *Marta Cardoso*



MUNICÍPIO DE LISBOA

### Anúncio n.º 263/06/DCEP

1 - Em 2006/04/04, por determinação da directora municipal, Alexandra Ferreira, de 2006/02/10, foi realizada uma vistoria ao imóvel sito na Travessa de São Domingos de Benfica, 19, tendo-se constatado, de acordo com o Auto de vistoria (Parecer n.º 93/06), constante do Processo de intimação n.º 133/IC/06, o qual pode ser consultado no local indicado no ponto 5, a necessidade de executar obras de conservação para correcção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/01, intimar os proprietários para:

- Executarem as obras necessárias à correcção das deficiências descritas no referido Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e de 6 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio, ora tornada pública, foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/01, com fundamento:

- No artigo 64.º, n.º 5, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efectuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 509/P/2005, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006 no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16;
- Na audiência prévia efectuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no artigo 89.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objecto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento directamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;

- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo IMOPPI;
- Comunicar ao Departamento de Conservação de Edifícios Particulares, sito no Campo Grande, 25, até 5 dias antes, o início das obras, através do fax 21 798 97 21;
- Executar as obras sem alterar o projecto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respectiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Ficam, ainda, notificados de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, alínea s) do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12;
- Caso não dêem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2006/09/21.

A directora de departamento,

(a) *Marta Cardoso*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Anúncio n.º 264/06/DCEP

1 - Por solicitação da Protecção Civil, em 2006/08/29, foi realizada uma vistoria ao imóvel sito na Rua Luciano Cordeiro, 118, ratificada por despacho proferido pela directora municipal, Alexandra Ferreira, de 2006/09/13, tendo-se constatado, de acordo com o Auto de vistoria (Parecer n.º 192/06), constante do Processo de intimação n.º 152/IC/06, o qual pode se consultado no local indicado no ponto n.º 6:

- A necessidade de apeamento dos azulejos da fachada principal que se encontram soltos e em risco de desprendimento;
- A necessidade de executar obras de conservação, para correcção das deficiências descritas;
- A necessidade de despejar de imediato para a execução das quais, atendendo às condições de insegurança, não é possível a permanência de pessoas e bens nos seguintes fogos do imóvel: r/c, 1.º e 4.º andares.

2 - Na sequência da vistoria realizada foi determinado intimar:

- Os proprietários ao apeamento dos azulejos da fachada principal que se encontram soltos e em risco de desprendimento, conforme descrito no Auto de vistoria/Parecer n.º 192/06, com o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o seu início e de 5 (dias) dias úteis para a sua conclusão;

- Os proprietários à execução das obras necessárias à correcção das deficiências descritas no Auto de vistoria/ Parecer n.º 192/06, com o prazo de 30 (trinta) dias úteis para o seu início e de 180 (cento e oitenta) dias úteis para a sua conclusão;
- Os ocupantes ao despejo imediato e temporário dos fogos referidos no ponto 1 do presente Anúncio, devendo o despejo manter-se até que sejam executadas as obras necessárias a eliminar as condições de insegurança descritas no Auto de vistoria.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/18, com fundamento:

- No artigo 64.º, n.º 5, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Nos artigos 68.º, n.º 2, alínea n) da Lei n.º 169/99, de 18/09 e 92.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que cometem ao Presidente da Câmara competência para ordenar o despejo dos prédios ou parte dos prédios, cuja demolição tenha sido ordenada;
- Na subdelegação de competências efectuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 509/P/2005, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006 no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16.

4 - Atendendo à urgência na actuação dos procedimentos, com vista à salvaguarda de valores e interesses de ordem pública, como a segurança de pessoas e bens:

- Não houve lugar à audiência prévia dos interessados, de acordo com o artigo 103.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11;
- Foi preterida a notificação prévia de vistoria e todos os procedimentos previstos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, de acordo com o n.º 7 do mesmo artigo.

5 - Deverão, ainda, os proprietários do imóvel executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no artigo 89.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objecto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento directamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras os proprietários terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo IMOPPI;
- Comunicar ao Departamento de Conservação de Edifícios Particulares, sito no Campo Grande, 25, até 5 dias antes, o início das obras, através do fax 21 798 97 21;
- Executar as obras sem alterar o projecto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respectiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

7 - Caso os proprietários do imóvel:

- Não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, alíneas c) e s) do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12;
- Não dêem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2006/09/21.

A directora de departamento,  
(a) *Marta Cardoso*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 220/06/DRGUP**

Indeferimento da prorrogação de prazo

(Nos termos do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Torna-se público de que para o imóvel sito no Beco do Jasmim (Socorro), 3, 5 e 7 (Processo 67/I/DRGUP/2006):

Por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/11, exarado na Informação n.º 499/06/UPM, foi determinado Indeferir o pedido de prorrogação de prazo solicitado através de carta que entrou neste Departamento em 2006/07/20 (Entrada n.º 7738/06/DMCRU).

A referida decisão teve por base, os fundamentos expostos na Informação n.º 499/06/UPM, e do teor da qual foram notificados os Herdeiros de António Pedro Nunes.

A mencionada decisão foi proferida ao abrigo da delegação de competências efectuada por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizada pelo Despacho n.º 509/P/2005, de 2005/11/15, publicado no *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17.

Lisboa, em 2006/09/13.

Pel'a directora municipal,  
(a) *Sandra Ferreira*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 221/06/DRGUP**

Rectificação do Anúncio n.º 218/06/DRGUP

Relativamente ao imóvel sito na Rua Manuel Bernardes, 27 (Processo 69/I/DRGUP/2006):

Tendo sido, em 2006/09/08, elaborado com inexactidão o Anúncio n.º 218/06/DRGUP (cuja cópia consta do processo 69/I/DRGUP/2006 e cujo teor se dá por integralmente reproduzido), procede-se pelo presente à devida correcção do mesmo, nos moldes seguintes:

- Onde se lê: «...exarado na Informação n.º 249/06/UPMSP, foi determinado prorrogar...»,

- Deve ler-se: «...exarado na Informação n.º 249/06/UPSB, foi determinado prorrogar...».

Lisboa, em 2006/09/15.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 222/06/DRGUP**

Rectificação do Anúncio n.º 219/06/DRGUP

Relativamente ao imóvel sito na Rua da Cruz dos Poiais, 22/24 (Processo 119/I/DRGUP/2005):

Tendo sido, em 2006/09/08, elaborado com inexactidão o Anúncio n.º 219/06/DRGUP (cuja cópia consta do processo 119/I/DRGUP/2005 e cujo teor se dá por integralmente reproduzido), procede-se pelo presente à devida correcção do mesmo, nos moldes seguintes:

- Onde se lê: «...exarado na Informação n.º 743/06/UPMSP, foi determinado prorrogar...»,

- Deve ler-se: «...exarado na Informação n.º 743/06/UPBAB, foi determinado prorrogar...».

Lisboa, em 2006/09/19.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 223/06/DRGUP**

Prorrogação de prazo para início de obras intimadas

(Nos termos do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Torna-se público de que:

Em resposta ao pedido de prorrogação de prazo, efectuado para início das obras de conservação intimadas, para o edifício sito na Travessa do Maldonado, 12 (Processo 73/I/DRGUP/2006) e com base no despacho proferido pela

Vereadora Gabriela Seara, datado de 2006/09/18 e exarado na Informação n.º 512/06/UPM, foi determinado Deferir o referido pedido, por um período de 90 dias úteis, contados nos termos legais.

A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, com base na delegação de competências efectuada por Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Câmara, concretizada pelo Despacho n.º 509/P/2005, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006 no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16.

Lisboa, em 2006/09/20.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 224/06/DRGUP**

Na sequência da venda do imóvel sito na Rua de São José, 177/179-A, por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/18, foi decidido:

- 1 - Considerar-se válida a vistoria efectuada ao referido edifício em 2004/07/13;
- 2 - Revogar o acto proferido em 2006/05/04 pela Vereadora Gabriela Seara, na parte em que determinou a execução das obras de conservação e de reposição do local conforme o projecto aprovado, descritas no Auto de vistoria n.º 378/04, ao abrigo do disposto no artigo 140.º do CPA, com fundamento na sua inoponibilidade aos novos proprietários;
- 3 - Não revogar o despejo determinado em 2004/12/13, por se manterem as condições de grave insegurança nos fogos dos 2.º e 3.º andares, e tendo em consideração que tal determinação é eficaz desde a sua notificação aos ocupantes;
- 4 - Proceder-se à audiência prévia dos novos proprietários sobre a intenção da Câmara determinar a execução das obras de conservação necessárias à correcção das deficiências descritas no Auto de vistoria n.º 378/04 e à reposição do local de acordo com o projecto aprovado, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e de 7 meses para a sua conclusão, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA;
- 5 - Dar conhecimento aos novos proprietários do despejo dos 2.º e do 3.º andares do edifício, determinado pela Vereadora em 2004/12/13, a manter-se até que sejam executadas as obras necessárias a eliminar as condições de insegurança descritas no Auto de vistoria n.º 378/04.

A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/18, ao abrigo da delegação de competências efectuada por Sua Excelência o Presidente da Câmara, através do Despacho n.º 509/P/2006, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006, publicado no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16.

Lisboa, em 2006/09/20.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*



MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 225/06/DRGUP**

Prorrogação de prazo para início de obras intimadas

(Nos termos do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Torna-se público de que:

Em resposta ao pedido de prorrogação de prazo, para início das obras de conservação intimadas, para o edifício sito na Rua do Recolhimento, 38 (Processo 79/I/DRGUP/2003), e com base no despacho proferido pela Vereadora Gabriela Seara, datado de 2006/09/18 e exarado na Informação n.º 236/06/UPC, foi determinado Deferir o referido pedido, por um período de 3 meses.

A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, com base na delegação de competências efectuada por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizada pelo Despacho n.º 509/P/2005, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006 no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16.

Lisboa, em 2006/09/20.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 226/06/DRGUP**

Intimação para execução de obras de conservação

(Nos termos do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Torna-se público que:

1 - Em 2006/07/05 foi realizada uma vistoria ao edifício sito no Largo da Severa, 1/1-B, tendo-se constatado, de acordo com o Auto de vistoria, que consta do processo 124/I/DRGUP/2006, a necessidade de executar obras de conservação para correcção das deficiências descritas, bem como a reposição do local ao estado inicial ou de acordo com o projecto aprovado.

2 - Assim, foram notificados os proprietários para executar as obras necessárias à correcção das deficiências descritas no referido Auto de vistoria, e reposição do local ao estado inicial ou de acordo com o projecto aprovado, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início e de 180 dias úteis para a sua conclusão, contados nos termos legais.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/18, exarado na Informação n.º 514/06/UPM, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 64.º, n.º 5, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Nos artigos 68.º, n.º 2, alínea m) da Lei n.º 169/99, de 18/09 e 106.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que cometem ao Presidente da Câmara competência para ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efectuadas sem licença;
- Na delegação e subdelegação de competências efectuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 509/P/2005, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006 no *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16;
- Na audiência prévia efectuada nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11 e do artigo 106.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no artigo 89.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objecto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento directamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo IMOPPI;
- Comunicar à Unidade de Projecto da Mouraria, sita na Rua do Arco do Marquês de Alegrete, Edifício EPUL, 2.º-B - 1100-034 Lisboa, até 5 dias antes, o início das obras, através do fax 21 887 26 88;
- Executar as obras sem alterar o projecto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respectiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Foram, ainda, notificados de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente notificação, será instaurado processo de contra-ordenação, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, alíneas c) e s) do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12;

- Caso não dêem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente;
- Uma vez que o edifício se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público, em zona de protecção e/ou em zona especial de protecção, antes de iniciar os trabalhos para a reparação das deficiências descritas, deverá solicitar parecer ao IPPAR, nos termos do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Lisboa, em 2006/09/20.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 227/06/DRGUP**

#### **Despejo administrativo**

(Nos termos artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Torna-se público de que:

1 - Em 2003/07/04 foi realizada uma vistoria ao imóvel, sito Rua da Esperança, 12 e 14, tendo-se constatado de acordo com o Auto de vistoria, que consta do processo 46/1/DRGUP/2006, que o prédio carece de obras de conservação para a execução das quais, atendendo às condições de insegurança, não é possível a permanência dos ocupantes.

2 - Na sequência do referido Auto de vistoria e do despacho da Vereadora Gabriela Seara, datado de 2006/09/21, notificou-se o ocupante do rés-do-chão, do n.º 14 da Rua da Esperança, para despejar imediata e temporariamente a referida fracção, com um prazo de 45 dias úteis, até à conclusão da obra coerciva.

3 - A decisão constante do presente Anúncio, foi proferida por despacho da Vereadora Gabriela Seara, de 2006/09/21, exarado na Informação n.º 427/06/DRGUP, com fundamento:

- Na delegação de competências efectuada por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizada pelo Despacho n.º 509/P/2005, de 2005/11/15, publicado no *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17, alterado e republicado pelo Despacho n.º 72/P/2006, *Boletim Municipal* n.º 626, de 2006/02/16;
- Nos artigos 68.º, n.º 2, alínea n) da Lei n.º 169/99, de 18/09 e 92.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que cometem ao Presidente da Câmara competência para ordenar o despejo dos prédios ou parte dos prédios cuja reparação ou beneficiação tenha sido determinada;

- Nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, para efeitos da execução de obras coercivas, compete ao Município proceder ao despejo administrativo e ocupar o prédio ou fogos, total ou parcialmente;
- Nos termos da audiência prévia dos interessados nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11.

4 - O despejo notificado manter-se-á até que sejam executadas as obras necessárias para eliminar as condições de insegurança, ficando desde já garantida a reocupação do fogo uma vez concluídas as obras, nos termos do artigo 92.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

5 - Notificou-se, ainda, o arrendatário/ocupante do rés-do-chão que, caso não dê cumprimento, no prazo estipulado, ao despejo ora notificado, a Câmara poderá vir a executá-lo coercivamente.

Lisboa, em 2006/09/25.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### **Anúncio n.º 228/06/DRGUP**

#### **Concessão de novo prazo para início de execução de obras de conservação**

(Nos termos do disposto no artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Torna-se público que:

1 - Por despacho da Vereadora Gabriela Seara, datado de 2006/09/18, exarado na Informação n.º 311/06/UPMSP, foi determinado conceder um novo prazo de um mês, a contar nos termos legais, para início da execução de obras de conservação no edifício sito na Rua da Esperança, 132 a 136, intimadas no âmbito do processo 54/1/DRGUP/2005, de acordo com o projecto aprovado.

2 - O despacho supra-referido teve como fundamento o facto de os proprietários demonstrarem o propósito e a intenção de realizar as obras de conservação intimadas.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida ao abrigo da delegação de competências efectuada por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizada pelo Despacho n.º 509/P/2005, de 2005/11/15, publicado no *Boletim Municipal* n.º 613, de 2005/11/17.

Lisboa, em 2006/09/25.

A directora municipal,  
(a) *Alexandra Ferreira*

## AVISOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Aviso n.º 39/2006

Nos termos do n.º 2 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho, torna-se público que a Câmara Municipal de Lisboa, emitiu em 2006/09/25 o Alvará de Loteamento n.º 07/2006, em nome da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, titular do N.I.P.C. 500906475, com sede na Rua Professor Fernando da Fonseca - Edifício Visconde de Alvalade - 2.º piso - 1600-616 Lisboa, que titula a aprovação da operação de loteamento e respectivas obras de urbanização, que incidem sobre prédio sito na Urbanização do Restelo - Empreendimento Restelo Nascente / 2.ª fase, referente ao prédio descrito na 3.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob a ficha n.º 1145/19950102 da freguesia de Santa Maria de Belém e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1009 da Freguesia de S. Francisco Xavier.

A presente operação de loteamento, aprovada por despacho da Ex.<sup>ma</sup> Senhora Vereadora Eduarda Napoleão no processo 3845/PGU/01 em 2004/03/09, e os projectos das obras de urbanização, deferidos por despacho proferido pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da CML, António Carmona Rodrigues, através do processo 2144/PGU/2004, em 2005/09/29, respeitam o disposto no Plano Director Municipal e apresentam, de acordo com a Planta n.º 15/DARPAL/TRIU/06, que constitui o Anexo I, as seguintes características:

- Área da parte do prédio a lotear: 13 575 m<sup>2</sup>;
- N.º de lotes: 1;
- Área total do lote: 6311 m<sup>2</sup>;
- Área máxima de implantação: 2560 m<sup>2</sup>;
- Área de construção acima do solo: 11 023 m<sup>2</sup>, sendo 1603 m<sup>2</sup> destinados a Comércio e 9420 m<sup>2</sup> para Serviços;
- Volumetria: 38 435 m<sup>3</sup>;
- N.º de fogos: 0;
- N.º de pisos acima do solo: 4/5 pisos;
- N.º de pisos abaixo do solo: 2 destinados a estacionamento privado;
- Finalidade: Comércio e Serviços com estacionamento.

As obras de urbanização a realizar constam de arranjos exteriores (espaços verdes) e iluminação pública.

Com a emissão do presente alvará, o prédio ficará com uma área sobrance de 88 175,98 m<sup>2</sup>, que se destina a ulterior desenvolvimento urbanístico.

São cedidos à Câmara Municipal de Lisboa para integração no domínio público 7264 m<sup>2</sup>.

Uma vez que o presente alvará é conferido à EPUL, não lugar à apresentação específica de caução para garantir as obras de infra-estruturas e demais obrigações do loteador, que estão a cargo da referida empresa.

Lisboa, em 2006/09/25.

A Vereadora,  
(a) *Gabriela Seara*

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Aviso n.º 40/2006

Fica, por este meio, notificada a Sr.<sup>a</sup> Lucinda Garcia Costa Pires, que a autorização de ocupação do lugar 8 do sector XVIII da Feira das Galinheiras, caducou ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Geral das Feiras do Concelho de Lisboa, por falta de pagamento das taxas em atraso.

Assim, nos termos dos artigos 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, com redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, fica V. Ex.<sup>a</sup> notificada de que, querendo, poderá dizer o que se lhe oferecer, no prazo de 10 dias.

Lisboa, em 2006/09/25.

O director,  
(a) *João Rodrigues*

## EDITAIS

MUNICÍPIO DE LISBOA

### Edital n.º 61/2006

Assunto: Eventual classificação do imóvel «Palacete do Chafariz d'El-Rei» como de Interesse Municipal, sito na Travessa do Chafariz d'El-Rei, 4, 4-A e 6, na freguesia da Sé, em Lisboa

Nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 5 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, faço público que, por meu despacho de 2006/06/23, foi determinada a abertura do procedimento administrativo relativo à eventual Classificação de Interesse Municipal do imóvel - «Palacete do Chafariz d'El-Rei» - como de Interesse Municipal, sito na Travessa do Chafariz d'El-Rei, 4, 4-A e 6 na freguesia da Sé, em Lisboa.

Face ao exposto, a partir deste momento, o referido imóvel encontra-se em vias de classificação.

Os Serviços Camarários, ficam obrigados a prestar informação ao Departamento de Património Cultural, de qualquer intervenção no bem em questão.

Mais faço saber que os interessados podem, dentro de 30 dias, contados a partir da afixação deste Edital, apresentar quaisquer reclamações.

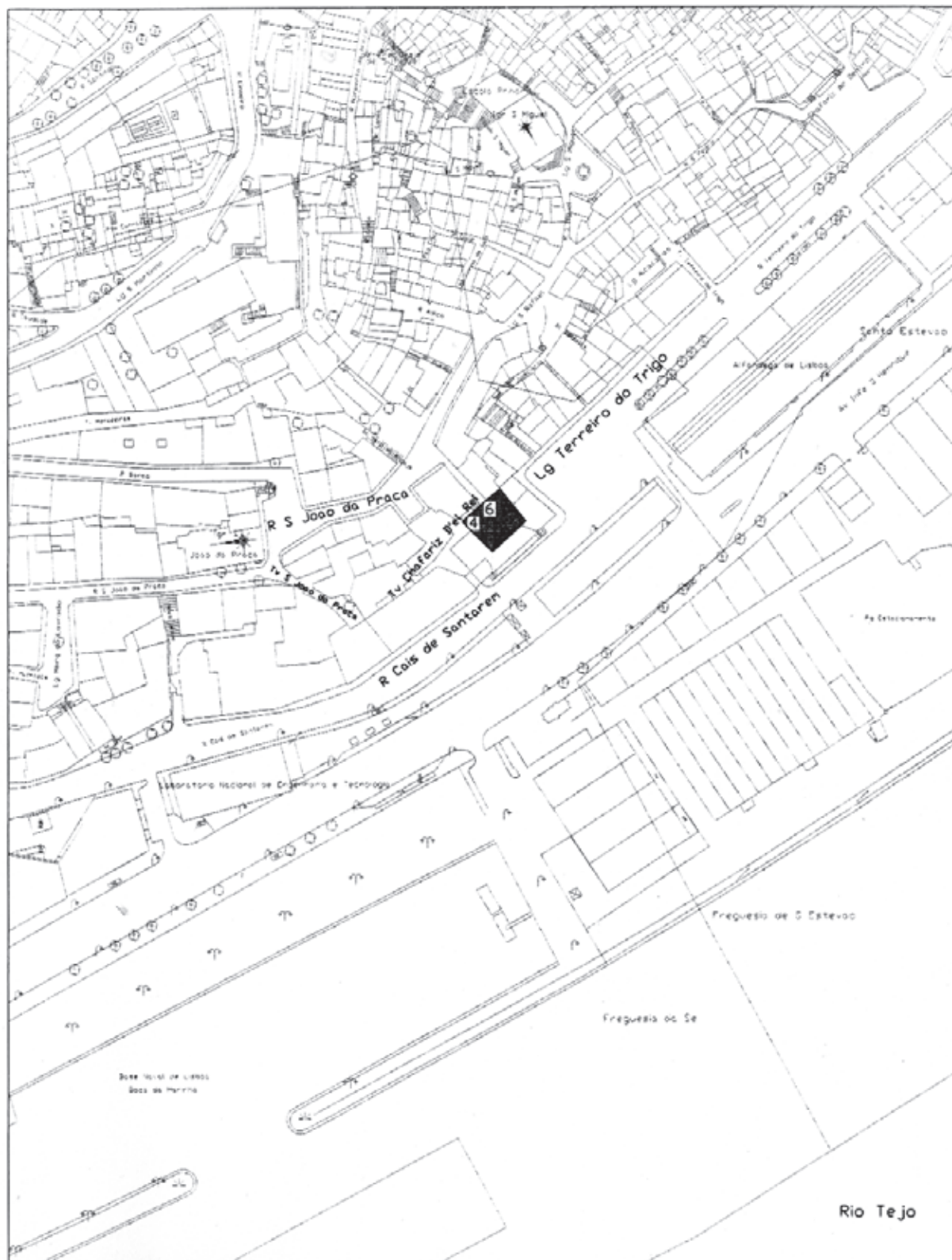
Essas reclamações devem ser fundamentadas por escrito dirigidas ao Departamento de Património Cultural e entregues na Divisão de Informação e Atendimento Municipal, no prazo referido.


E, para constar, se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Lisboa, em 2006/08/21.

O Vereador,  
(a) *José Amaral Lopes*





 <p><b>lisboa</b> CÂMARA MUNICIPAL</p>	<b>PALACETE DO CHAFARIZ D'EL-REI ou PALACETE DAS RATAS</b> <b>TRAVESSA DO CHAFARIZ D'EL-REI, N.º 4, 4a e 6</b> <b>PROCESSO: 12/IM/DPC/04 - (Em Vias de Classificação como de Interesse Municipal)</b>			DES: <b>1</b>
	CONTEM:			SUBSTITUI:
	<b>PLANTA / LOCALIZAÇÃO</b>			SUBSTITUÍDO POR:
				Mapa: <input type="checkbox"/> atual Zona: <input type="checkbox"/> comp.
DES:	ESC: 1:2000	DATA: AGO 2006	FICHEIRO:	PROC. N.: 12/IM/DPC/04

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 62/2006**

**Assunto:** Eventual classificação do imóvel «Casa Museu João da Silva» como de Interesse Municipal, sito na Rua Tenente Raul de Cascais, 11/11-A, na freguesia de S. Mamede, em Lisboa

Nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 5 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, faço público que, por meu despacho de 2006/06/23, foi determinada a abertura do procedimento administrativo relativo à eventual Classificação de Interesse Municipal do imóvel - «Casa Museu João da Silva» - como de Interesse Municipal, sito na Rua Tenente Raul de Cascais, 11/11-A, na freguesia de S. Mamede, em Lisboa.

Face ao exposto, a partir deste momento, o referido imóvel encontra-se em vias de classificação.

Os Serviços Camarários, ficam obrigados a prestar informação ao Departamento de Património Cultural, de qualquer intervenção no bem em questão.

Mais faço saber que os interessados podem, dentro de 30 dias, contados a partir da afixação deste Edital, apresentar quaisquer reclamações.

Essas reclamações devem ser fundamentadas por escrito dirigidas ao Departamento de Património Cultural e entregues na Divisão de Informação e Atendimento Municipal, no prazo referido.

E, para constar, se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Lisboa, em 2006/08/22.

O Vereador,

(a) *José Amaral Lopes*



MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 63/2006**

Taxa de Conservação da Rede Geral de Esgotos da Cidade de Lisboa

Faz-se saber que, nos termos da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais) e na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no ano a que respeita a liquidação, a Taxa de Conservação de Esgotos da Cidade de Lisboa irá estar a pagamento no próximo mês de Outubro, podendo efectuar-se em qualquer balcão dos Correios (CTT), através do Serviço Multibanco, Agentes Payshop, Loja do Município (Rua dos Douradores, 106) ou na Tesouraria da Câmara Municipal de Lisboa (Campo Grande, 25).

A referida taxa corresponde nos prédios urbanos avaliados nos termos do Código da Contribuição Autárquica a 1/4 da taxa aprovada pela Assembleia Municipal para efeitos da liquidação do Imposto sobre Imóveis fixada para o ano de 2005, e nos prédios avaliados de acordo com o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a 1/8.

O pagamento da taxa pode ainda ser efectuado, acrescido de juros de mora, nos 60 dias seguintes a cada uma das prestações, findos os quais se procederá à extracção da certidão de dívida para efeitos de cobrança coerciva.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2006/09/18.

O Vice-presidente,  
(a) *Fontão de Carvalho*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 64/2006**

Toponímia

Por ter saído com inexactidão o Edital n.º 67/2003, de 2003/11/18, e face à necessidade de proceder à natural rectificação, faz-se saber, que a legenda do topónimo Rua Padre José Gallea é exactamente:

RUA PADRE JOSÉ GALLEA  
1891 - 1979

E, para geral conhecimento, se publica o presente Edital.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2006/09/25.

A Vereadora,  
(a) *Gabriela Seara*

MUNICÍPIO DE LISBOA

**Edital n.º 65/2006**

Reunião Extraordinária

Faz-se saber que, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é convocada a Câmara, para reunir extraordinariamente, no dia 6 de Outubro de 2006, com início às 15,30 horas e com a seguinte:

*Ordem de Trabalhos*

1 - Discussão sobre a situação da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa e empresas participadas.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2006/10/02.

O Presidente,  
(a) *António Carmona Rodrigues*



## **PUBLICAÇÕES** na **Toponímia de Lisboa**



### **Engenheiros na Toponímia de Lisboa**

Joaquim Moura Esteves  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1997

### **a Mulher na Toponímia de Lisboa**

Luís da Silveira Botelho  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 1998

### **os Actores na Toponímia de Lisboa**

Mário Jacques e Silva Heitor  
Comissão Municipal  
de Toponímia, 2001

**À venda na Livraria Municipal**  
Av. da República n.º 21-A – 1050-185 Lisboa  
Telef. 21 353 05 22 Fax 21 315 94 69  
Horário: Dias úteis, das 9h às 18h

*Publica-se às 5.<sup>as</sup>-feiras*

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 1100

Assinatura Semestral: € 58,24 Assinatura Anual: € 116,48

**Composto e Impresso na Imprensa Municipal**

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal  
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa Telef. 21 816 14 20 Fax 21 812 00 36 E-mail: imprensa.municipal@cm-lisboa.pt*